



Universidade de Aveiro
Ano 2021

**Adriana José
Faria Pereira**

**Relatório de Estágio:
Análise Económico-Financeira à Cooperativa
CERCIAV, CRL**



Universidade de Aveiro
Ano 2021

**Adriana José
Faria Pereira**

**Relatório de Estágio:
Análise Económico-Financeira à Cooperativa
CERCIAV, CRL**

Relatório de Estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Auditoria, realizado sob a orientação científica do Professor Especialista Carlos Alberto Valente dos Anjos, Professor Adjunto da Universidade de Aveiro.

Dedicatória

Aos meus pais.

“Persista, insista, mas nunca desista! Adversidades sempre existirão, mas nenhuma será tão forte quanto a sua motivação e o seu desejo de vencer e alcançar seus objetivos e sonhos.”

(Guilherme Albuquerque)

O júri

presidente

Professora Doutora Carla Manuela Teixeira de Carvalho

Professora Adjunta, Universidade de Aveiro

vogais

Professora Especialista Helena Maria Cardia Taveira Canha

Professora Adjunta Convidada, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Professor Especialista Carlos Alberto Vicente dos Anjos

Professor Adjunto, Universidade de Aveiro

agradecimentos

A elaboração deste trabalho não seria possível sem a contribuição de algumas pessoas, e a estas quero expressar os meus mais sinceros agradecimentos.

Aos meus pais, família e amigos por toda a motivação e apoio.

Ao professor Carlos Anjos pela sua orientação, sugestões e troca de ideias, que contribuíram para a realização deste relatório de estágio.

À instituição acolhedora, CERCIAV, CRL, pela oportunidade de realização do Estágio, bem como a todos os seus colaboradores pela forma que me receberam. Uma gratulação em especial, ao orientador da entidade acolhedora, Dr. João Campos, por toda a sua disponibilidade, paciência, conselhos e ensinamentos ao longo desta experiência.

A todos, os meus mais singelos e profundos agradecimentos!

palavras-chave:

ESNL, Balanço Funcional, Análise Económico-Financeira, Procedimentos Analíticos, Método dos Rácios e Indicadores

resumo:

Este relatório tem por base o estágio curricular efetuado na CERCIAV, CRL, cooperativa equiparada a uma Instituição Particular de Solidariedade Social, no decorrer de 6 meses, consubstanciado na realização de uma análise económico-financeira no triénio 2018-2020.

A análise económico-financeira é uma ferramenta que possibilita a averiguação da evolução do desempenho de determinada entidade ao longo do tempo, como também auxilia na tomada de decisões idóneas, por parte da gestão, ao proporcionar informações relevantes e determinantes. Esta análise pode ser efetuada com base em diversos instrumentos analíticos, tendo sido o método dos rácios e indicadores o adotado no presente trabalho.

O estudo elaborado permitiu concluir que a entidade tem equilíbrio financeiro de curto prazo, rendibilidades reduzidas e inferiores ao setor, possui pouca diversificação de fontes de financiamento, característica típica do setor, e elevado risco económico. Em contrapartida, a entidade tem um robusto grau de solvabilidade e uma estrutura financeira estável, refletindo um equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, bem como um baixo risco financeiro.

keywords:

Non-Profit Sector Entities, Functional Balance Sheet, Economic-Financial Analysis, Analytical procedures, Method of Ratios and Indicators

abstract

This report is based on the curricular internship carried out at CERCIAV, CRL, a cooperative equivalent to a Private Institution of Social Solidarity, over the course of 6 months, embodied in the carrying out of an economic and financial analysis in the 2018-2020 period.

The economic-financial analysis is a tool that makes it possible to verify the evolution of the performance of a given entity over time, as well as assisting the management in taking appropriate decisions, by providing relevant and determining information. This analysis can be performed based on several analytical instruments, having been the method of ratios and indicators adopted in this work.

The study carried out concludes that the entity has short-term financial balance, low and lower returns than the sector, has little diversification of funding sources, a typical characteristic of the sector, and high economic risk. In contrast, the entity has a robust degree of solvency and a stable financial structure, reflecting a medium and long-term financial balance, as well as a low financial risk.

Índice Geral

Índice de Figuras	iv
Índice de Tabelas	iv
Lista de Siglas.....	v
1. Introdução.....	1
1.1. Enquadramento	1
1.2. Motivações Pessoais e Objetivos	3
1.3. Estrutura do Trabalho	3
2. Caracterização do Estágio	5
2.1. O Estágio Curricular	5
2.2. Apresentação da entidade acolhedora.....	5
2.2.1. Respostas Sociais/Serviços	6
2.2.2. Património Imobiliário.....	7
2.2.3. Sustentabilidade Financeira	8
2.2.4. Parcerias.....	8
2.2.5. Sistemas Informáticos de auxílio à Gestão	9
2.2.6. Organigrama Funcional	9
2.2.7. Enquadramento Jurídico e Setorial	10
2.2.8. Regime Contabilístico.....	11
2.2.9. Apresentação de contas anuais à Segurança Social	11
2.2.10. Regime Fiscal Aplicável.....	12
2.3. Descrição das tarefas realizadas	15

2.3.1. Organização e Numeração de Documentos	15
2.3.2. Contabilização de Documentos	16
2.3.3. Práticas de Controlo Interno	17
2.3.3.1. Reconciliações Bancárias	17
2.3.3.2. Conferência dos saldos de fornecedores	18
2.4. Contributo do estágio para a sua formação	18
3. Revisão da Literatura.....	20
3.1. Entidades do Setor Não Lucrativo	20
3.2. Função, Gestão e Análise Financeira.....	26
3.3. Os principais documentos utilizados na Análise Financeira	30
3.3.1. Balanço Funcional	31
3.3.2. Demonstração de Origens e Aplicações de Fundos (DOAF)	39
3.4. Métodos e técnicas de análise financeira	43
3.4.1. Método dos Rácios e Indicadores	45
3.4.1.1. Rácios de Atividade	47
3.4.1.2. Rácios de Liquidez.....	49
3.4.1.3. Rácios de Solvabilidade e de Estrutura Financeira.....	50
3.4.1.4. Rácios de Rendibilidade	53
3.4.1.5. Rácios de Avaliação do Risco	55
3.5. Auditoria Financeira	57
3.5.1. Procedimentos Analíticos de Auditoria	60
4. Metodologia.....	62
4.1. Métodos de recolha e tratamento dos dados	64
5. Aplicação Prática – CERCIAV, CRL	66

5.1. Diagnóstico Económico-Financeiro da Entidade	66
5.1.1. Balanço Funcional	66
5.1.2. Análise dos valores absolutos e relativos do Balanço Funcional	68
5.1.3. Análise da DOAF e Demonstração de Fluxos de Caixa	75
5.1.4. Análise do Equilíbrio Financeiro de CP	78
5.1.5. Análise do Equilíbrio Financeiro de MLP	81
5.1.6. Análise da Rendibilidade	83
5.1.7. Análise da Avaliação do Risco	84
5.1.8. Síntese da Análise e Recomendações	89
6. Conclusões.....	94
7. Referências Bibliográficas.....	97
8. Anexos.....	114
Anexo I - Organograma Funcional da CERCIAV, CRL	115
Anexo II - Balanços Patrimoniais da CERCIAV, CRL do triénio de 2018-2020	116
Anexo III - Demonstrações dos Resultados por Naturezas da CERCIAV, CRL do triénio 2018-2020	117
Anexo IV - Demonstrações de Fluxos de Caixa da CERCIAV, CRL do triénio de 2018-2020	118
Anexo V - Quadros do Setor.....	119
9. Apêndice.....	123
Apêndice I - Balanço Funcional da CERCIAV, CRL do triénio 2018 - 2020.....	124

Índice de Figuras

Figura 1. Logótipo da CERCIAB, CRL.....	6
Figura 2. Função da Análise Financeira.....	30
Figura 3. Esquema de construção do Balanço Funcional.....	37
Figura 4. Elementos Genéricos da DOAF.....	39

Índice de Tabelas

Tabela 1. Categorias de Risco das ESNL.....	25
Tabela 2. Representação Genérica da Estrutura do Balanço Funcional.....	33
Tabela 3. Apresentação Genérica mais comumente utilizada do Balanço Funcional.....	33
Tabela 4. Apresentação Genérica da DOAF.....	42
Tabela 5. Rácios de Atividade.....	47
Tabela 6. Rácios de Liquidez.....	49
Tabela 7. Rácios de Solvabilidade e de Estrutura Financeira.....	51
Tabela 8. Rácios de Rendibilidade.....	53
Tabela 9. Rácios de Avaliação do Risco.....	55
Tabela 10. Variações Absolutas e Relativas dos elementos do Balanço Funcional (Ativo)....	69
Tabela 11. Variações Absolutas e Relativas dos elementos do Balanço Funcional (Fundos Patrimoniais e Passivo).....	70
Tabela 12. Variações Absolutas e Relativas das Demonstrações dos Resultados por Natureza.....	74
Tabela 13. DOAF.....	76
Tabela 14. Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes.....	77
Tabela 15. Resumo da Demonstração de Fluxos de Caixa.....	77
Tabela 16. Indicadores funcionais de equilíbrio financeiro de CP.....	78
Tabela 17. Rácios de Atividade e Liquidez (Entidade e Setor).....	79
Tabela 18. Rácios de Estrutura Financeira, Solvabilidade e Atividade de MLP.....	81
Tabela 19. Rácios de Rendibilidade (Entidade e Setor).....	83
Tabela 20. Rácios de Avaliação de Risco (Entidade e Setor).....	85
Tabela 21. Resumo dos elementos para o cálculo dos indicadores de risco.....	88
Tabela 22. Pontos Fortes e Fracos da CERCIAB, CRL.....	91

Lista de Siglas

AF – Autonomia Financeira

AFL – Ativo Fixo ou Aplicações Fixas Líquidas

BCP – Banco Comercial Português

BPI – Banco Português de Investimento

CAE – Código de Atividade Económica

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CERCI – Cooperativas de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades

CERCIAV – Cooperativa para Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Aveiro

CGF – Cobertura de Gastos de Financiamento

CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

CIMT – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIS – Código do Imposto do Selo

CIUC – Código do Imposto Único de Circulação

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

CP – Curto Prazo

CRI – Centro de Recursos para Inclusão

CRL – Cooperativa de Responsabilidade Limitada

CRP – Centro de Reabilitação Profissional

CRQE – Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego

DF – Demonstrações Financeiras

DL – Decreto-Lei

DRA – Diretriz de Revisão/Auditoria

EBF – Estatuto dos Benefícios Fiscais

EBIT – *Earnings Before Interest and Taxes*

EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

EE – Estrutura do Endividamento

EF – Estrutura Financeira

ESFL – Entidade Sem Fins Lucrativos

ESNL – Entidades do Setor Não Lucrativo
FM – Fundo de Maneio
FMF – Fundo de Maneio Funcional
FSE – Fornecimento e Serviços Externos
GAC – Grau de Alavanca Combinada
GAF – Grau de Alavanca Financeira
GAO – Grau de Alavanca Operacional
GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IFAC – *International Federation of Accountant*
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IS – Imposto do Selo
ISA – Norma Internacional de Auditoria
ISCA-UA – Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro
ISV – Imposto sobre Veículos
IUC – Imposto Único de Circulação
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
LG – Liquidez Geral
LI – Liquidez Imediata
LR – Liquidez Reduzida
MLP – Médio e Longo Prazo
MS – Margem de Segurança
MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NC – Necessidades Cíclicas
NCRF-ESNL – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não
Lucrativo
NFM – Necessidades de Fundo Maneio
PCV – Ponto Crítico das Vendas
PMI – Prazo Médio de Inventários

PMP – Prazo Médio de Pagamentos
PMR – Prazo Médio de Recebimentos
RA – Rotação do Ativo
RAT – Rendibilidade do Ativo
RC – Recursos cíclicos
RE – Recursos Estáveis
RFP – Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais
RLV – Rendibilidade Líquida das Vendas
ROA – Rendibilidade Operacional do Ativo
ROI – *Return on Investment*
ROV – Rendibilidade Operacional das Vendas
SDAF – Serviço Domiciliário de Apoio às Famílias
SGA – Serviços Gerais e Administrativos
SNC – Sistema de Normalização Contabilística
TA – Tesouraria Ativa
TL – Tesouraria Líquida
TP – Tesouraria Passiva
TSU – Taxa Social Única

1. Introdução

1.1. Enquadramento

A conjuntura económica, congruente com o tecido organizacional, defronta-se incessantemente com rápidas e impactantes mudanças nas quais as sociedades estão suscetíveis, quer no âmbito social, económico, político e cultural, afetando tanto indivíduos como organizações, sendo uma repercussão dessas modificações económicas (Armstrong & Green, 2013; Deng et al., 2020; Smith et al., 2010).

Em todas as entidades, independentemente da sua natureza e dimensão, existe uma política de investimentos e problemas de gestão a resolver que exigem um conhecimento exato da sua situação financeira, de forma a permitir a tomada de decisões oportunas. Muitas entidades que detêm problemas financeiros sentem dificuldades na sua resolução, devido, em muitos casos, não conseguirem analisar convenientemente a sua vertente financeira que se encontra subjacente a toda a sua atividade organizacional (Nabais & Nabais, 2013; Cruz et al, 2016).

Relativamente às Instituições do Setor Não Lucrativo (ISNL), nomeadamente, as Instituições de Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas, estas adotam um papel fulcral na comunidade mediante uma sociedade que, constantemente, passa por momentos de crise, incerteza e insegurança (Belenioti & Vassiliadis, 2018; Carrascoso, 2014; Kim et al., 2012; Santos, 2015; Sousa et al., 2012).

O seu desenvolvimento económico promove, necessariamente, o incremento do seu impacto económico e social, o que resulta numa maior necessidade de aquisição de recursos, e por efeito, obriga ao aperfeiçoamento contínuo da gestão dos mesmos (Santos, 2015; Sousa et al., 2012).

A análise económico-financeira é uma ferramenta de gestão cuja finalidade é fornecer um diagnóstico económico-financeiro da situação de uma determinada entidade (Callan & Thomas, 2014; Carp & Toma, 2018; San-Jose et al., 2014). Nessa vertente, torna-se um instrumento imprescindível para a análise da evolução do seu desempenho no tempo, apoiar a gestão corrente, avaliar os impactos financeiros e determinar do seu valor de

mercado, ao proporcionar informações relevantes e determinantes para a tomada de decisões idóneas (Goh et al., 2018; Teixeira, 2011).

Todavia, apesar dos processos de recolha e tratamento dos elementos informativos poderem ser algo sistematizados, as singularidades de cada negócio fazem de cada análise um processo único e diferente (Fernandes et al., 2019; Morf et al., 2013; San-Jose et al., 2014).

Torna-se relevante referir que os auditores no decurso dos seus trabalhos de revisão legal de contas devem aplicar este instrumento de análise, visto que as normas de auditoria estimulam a utilização de procedimentos analíticos nas diferentes fases da auditoria com diferentes objetivos, designadamente, conhecimento da entidade, avaliação do risco e obtenção de prova (Costa, 2018).

O presente relatório foi efetuado na sequência do estágio curricular realizado na área de contabilidade no domínio da componente não letiva do Mestrado em Contabilidade – Ramo de Auditoria, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (ISCA-UA).

O estágio decorreu na Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Aveiro (CERCIIV), uma cooperativa de responsabilidade limitada (CRL), durante o período de seis meses, nomeadamente, entre dezembro de 2019 a dezembro de 2020, sendo interrompido por 6 meses devido à pandemia COVID19. A CERCIIV, CRL é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de cooperativa, equiparada a uma IPSS, cuja sua missão se debruça em promover a inclusão e cidadania das pessoas com deficiência.

Destaca-se ainda, por motivos de COVID19, o facto de, em concordância com todos os envolvidos, ter ocorrido uma alteração do tema inicialmente proposto e um ajustamento no plano de estágio curricular, dado que o tema e plano de estágio inicial exigiam um regime mais presencial, o que dificultou com a vigência da pandemia. Nesse sentido, a alteração efetuada ao tema e as adaptações realizadas ao plano de estágio possibilitaram uma melhor execução dos mesmos ao permitirem ser efetuados à distância.

1.2. Motivações Pessoais e Objetivos

A motivação para a realização de um estágio curricular esteve assente no desenvolvimento profissional da estagiária, de maneira a adquirir experiência numa área do seu interesse. Os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da sua trajetória académica suscitaram na estagiária o interesse de os aplicar e aprofundar num contexto real.

O principal objetivo da realização do estágio curricular centra-se na exequível aplicação dos conceitos e temáticas lecionados ao longo da trajetória académica da estagiária, num contexto profissional.

Em relação ao estudo presente neste relatório, tem como objetivo a realização de uma análise económico-financeira numa Entidade Sem Fins Lucrativos (ESFL), em concreto, em uma instituição equiparada a uma IPSS. No que concerne a aplicação prática, expressa-se a proposta de análise na CERCIAV, CRL, para o triénio 2018-2020.

Apesar de serem um nicho com características particulares, estas entidades, devido à sua vertente social, possuem um papel progressivamente mais relevante na sociedade. É de salientar que, sendo entidades financiadas predominantemente por capitais públicos, e este estarem gradativamente mais escasso, a sua gestão deve ser rigorosamente controlada.

Desta forma, a aplicação de uma análise económico-financeira a este tipo de entidade, congruente com a integração de procedimentos analíticos, parece ser uma temática muito relevante e atrativa.

Para isso, torna-se fundamental entender bem este setor, que tem regras e características muito singulares, para posteriormente poder analisá-lo. Embora este trabalho apresente uma componente maioritariamente prática e direcionada para a resolução de uma indagação real, é retratado todo um enquadramento teórico baseado em literatura pertinente e prosseguindo uma abordagem técnico-científica.

1.3. Estrutura do Trabalho

O relatório é constituído por sete capítulos. O primeiro capítulo é dedicado a elaboração de uma breve introdução. No segundo capítulo é feita a caracterização do estágio,

na qual inclui a apresentação da entidade acolhedora, as atividades desenvolvidas e uma singela apreciação crítica do mesmo. O terceiro capítulo dá início à realização de um estudo baseado na experiência vivida durante estágio, efetuando uma revisão da literatura sobre o mesmo. No quarto capítulo é apresentada a metodologia adotada. No quinto capítulo é realizado a aplicação prática, composto por um diagnóstico económico-financeiro da instituição acolhedora, onde engloba algumas recomendações de melhoria. Por fim, o sexto capítulo apresenta a conclusão da realização deste trabalho. Finalmente, serão apresentadas todas as referências bibliográficas utilizadas ao longo deste relatório, no capítulo sete, e em sequência, os anexos e apêndices.

2. Caracterização do Estágio

2.1. O Estágio Curricular

O estágio decorre-se CERCIAV, CRL, uma cooperativa equiparada a uma IPSS. A sua sede situa-se na freguesia de São Bernardo, no concelho de Aveiro, embora desenvolva a maior parte das suas atividades em instalações na Nazaré, no concelho de Ílhavo. Este teve a duração de seis meses.

O Estágio Curricular tem como principal objetivo a aplicação dos conceitos e temáticas lecionados ao longo da trajetória académica da estagiária, num contexto profissional, enquadrando e relacionando a teoria e prática adquirida, empregando-a no quotidiano organizacional. O estágio desenvolve-se na área da contabilidade, consequentemente, a estagiária esteve integrada na seção administrativa e financeira da instituição, acompanhando e desenvolvendo tarefas inerentes à sua atividade.

2.2. Apresentação da entidade acolhedora

A CERCIAV, CRL iniciou a sua atividade em 16 de novembro de 1975, em Aveiro, graças à cooperação de pais e profissionais, tornando-se na primeira resposta do distrito de Aveiro a atender às necessidades das pessoas com deficiência intelectual.

Espelhando as Cooperativas de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades (CERCI) e outras organizações semelhantes, a instituição inicialmente focou-se na Escola de Educação Especial. Naquela época, a CERCIAV, CRL priorizava a concretização do direito à educação das crianças com deficiência.

Atualmente, a organização centra-se na defesa dos direitos individuais e de cidadania, em particular no âmbito da promoção do direito à igualdade de oportunidade, a crianças, jovens e adultos com deficiência, incapacidade ou em dificuldade de inserção socioprofissional, desenvolvendo atividades de apoio em diversos campos de intervenção.

Assim, tem como missão “promover a inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidades e garantir a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania” (CERCIAV, 2014). A sua visão incide em “ser uma organização de referência na resposta às necessidades das pessoas com deficiência ou incapacidades e na promoção da sua qualidade de vida”

(CERCIAV, 2014). Na perspectiva de garantir a sua missão e sustentar a sua visão, a CERCIAV, CRL possui como valores a responsabilidade, solidariedade, confidencialidade, integridade, privacidade, rigor, profissionalismo e inovação, sendo estes refletidos em todas as suas atividades.



Figura 1. Logótipo da CERCIAV, CRL
Fonte: CERCIAV, CRL (2021).

2.2.1. Respostas Sociais/Serviços

A instituição cumpre a sua missão através das seguintes respostas sociais e serviços:

Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) - Resposta social que tem como objetivo possibilitar a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, e assegurar a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania (CERCIAV, 2014).

Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) - Centro destinado a apoiar pessoas com deficiência intelectual grave e profunda, multideficiência e com problemáticas psiquiátricas,

após a idade de escolaridade obrigatória, tendo em vista a sua integração na comunidade envolvente (CERCIAV, 2014).

Serviço Domiciliário de Apoio às Famílias (SDAF) - Serviço direcionado a prestar cuidados e serviços individualizados a indivíduos e famílias no seu domicílio quando não consigam assegurar a satisfação das necessidades e/ou as atividades do quotidiano, devido a deficiências, doenças ou outras situações de dependência física e/ou psíquica (CERCIAV, 2014).

Centro de Reabilitação Profissional (CRP) - Resposta que visa promover a qualificação de pessoas com deficiências e incapacidades, com o propósito da sua integração socioprofissional (CERCIAV, 2014).

Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego (CRQE) - Resposta de intervenção especializada no domínio da reabilitação profissional de pessoas com deficiência ou incapacidades maiores de 18 anos, conduzidas pelo Centro de Emprego de Aveiro, com vista a melhoria da qualidade de vida e a autodeterminação da pessoa (CERCIAV, 2014).

Serviços Gerais e Administrativos (SGA) – Nos SGA são incorporados serviços administrativos, de transporte, alimentação, limpeza e manutenção. Estes serviços fornecem uma assistência diária às diversas respostas sociais, possuindo colaboradores comuns às mesmas, especificamente: uma chefe dos serviços gerais, uma chefe dos serviços administrativos, um gestor financeiro, duas assistentes administrativas, uma ajudante de assistente administrativa (protocolo ocupacional), uma cozinheira, duas ajudantes de cozinha, dois motoristas, um vigilante de transporte e duas funcionárias da limpeza e um zelador Sum, 2004) (CERCIAV, 2014). Segundo dados de 2020 da CERCIAV, CRL, a entidade contava com 90 utentes inseridos no CAO, 88 no CRP, 222 no CRI, 153 no CRQP e 34 no SDAF.

2.2.2. Património Imobiliário

O seu património imobiliário é constituído por três prédios, sendo dois de propriedade própria, um localizado na Gafanha da Nazaré e outro em Aradas, e um, situado

em São Bernardo, na qual foi celebrado um contrato de comodato com a Câmara Municipal de Aveiro.

As instalações da Gafanha de Nazaré são constituídas pelo CRP, CAO, SDAF, como também, é neste espaço que são prestados os serviços administrativos e financeiros. Em contrapartida, no edifício em São Bernardo, atual sede da CERCIAV, CRL, são fornecidos os serviços do CRI e do CRQE. O prédio em Aradas atualmente não está em funcionamento (CERCIAV, 2014).

2.2.3. Sustentabilidade Financeira

A instituição dispõe de diferentes tipos de receitas sendo estas provenientes de: bens e capitais próprios, heranças, legados e doações, participações dos utentes e familiares, donativos e receitas provenientes das vendas do CAO, subsídios do estado e participações financeiras de organismos públicos.

No âmbito de obter participações financeiras para o desenvolvimento das suas atividades, a CERCIAV, CRL celebra acordos de cooperação com organismos públicos, designadamente com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Segurança Social, o Ministério da Educação e o Fundo Social Europeu.

Estes acordos assentam na divisão de objetivos e interesses comuns e na distribuição de responsabilidades e obrigações para cada uma das partes relacionadas. Especificamente, o CRI é protocolado pelo Ministério da Educação, o CAO e o SDAF pela Segurança Social, o CRP é financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português, e o CRQP é credenciado pelo IEFP.

Todavia, apesar destes apoios estarem protocolados para todas as respostas sociais da CERCIAV, CRL, não são suficientes para suportar todos os seus encargos.

2.2.4. Parcerias

Para além dos organismos anteriormente mencionados, a instituição estabelece parcerias/protocolos com outras entidades, públicas e privadas, sendo estas: a Câmara Municipal de Aveiro e de Ílhavo, o Grupo Desportivo da Gafanha da Nazaré, o Hospital de Aveiro, Agrupamentos de Escolas de Aveiro, o Centro de Emprego de Aveiro,

Universidades/Escolas Superiores, o Instituto de Reinserção Social e a Empresas/Serviços. Em contrapartida, se encontra recetiva a prestar algumas colaborações mediante as suas possibilidades (CERCIÁV, 2014).

2.2.5. Sistemas Informáticos de auxílio à Gestão

O sistema informático utilizado é o software de gestão *F3M-Information Systems*, certificado e atualizado, na qual possui características específicas do setor social, permitindo a administração e organização integrada das diversas áreas da instituição. A título de exemplo, é usado para registar e processar registos contabilísticos, fazer o processamento de salários, de bolsas e gratificações, atender questões de tesouraria e gerir utentes.

Outro sistema informático usufruído pela instituição é a *Smartdocs*, uma ferramenta de informação e comunicação interna utilizada para acontecimentos de controlo diário, onde são realizadas comunicações internas, requisição de materiais, produtos e viaturas, marcações de almoços e férias, autorizações/comunicações de faltas e serviços de apoio, entre outras funcionalidades.

2.2.6. Organigrama Funcional

Segundo o organigrama funcional da instituição, em Anexo, os órgãos sociais são constituídos pela Assembleia Geral, pela Direção e pelo Concelho Fiscal. A Mesa da Assembleia Geral, órgão supremo da cooperativa, é formada por um Presidente, um Vice-Presidente e uma Secretária, sendo as suas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, obrigatórias para os restantes órgãos da cooperativa e para todos os seus membros (artigo 24.º dos Estatutos CERCIÁV, CRL). Por sua vez, a Direção é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, três Vogais e duas Suplentes, e o Conselho Fiscal integrado por um Presidente e dois Vogais.

Simultaneamente, e regredindo na hierarquia de poder, a entidade encontra-se segmentada em Chefias das Respostas Sociais/Serviços, Gestão Financeira e Assessorias/Consultorias, sendo esta última fração constituída por serviços de consultoria contabilística/financeira e jurídica e de assessoria informática, desenvolvidos por entidades externas.

A CERCIAV, CRL possui uma equipa diversificada, com formação em diversas esferas, essencialmente, na área social, da saúde e educação, indo de encontro às necessidades do seu público-alvo. Constituíam no seu quadro de pessoal 72 colaboradores.

2.2.7. Enquadramento Jurídico e Setorial

A CERCIAV, CRL é uma cooperativa, sem fins lucrativos, integrada no ramo da solidariedade social, conforme o disposto no artigo 4.º, n.º1, alínea l), da Lei n.º 119/2015 (Código Cooperativo, de 31 de agosto), que prossegue os objetivos definidos no artigo 1.º do Decreto-Lei (DL) n.º 119/93, de 25 de fevereiro, que aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, sujeito à quinta alteração pelo DL n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, e com a redação dada pela Lei n.º 76/2015, sendo reconhecida nesse âmbito pela Direção-Geral da Ação Social como equiparada a estas instituições ficando sujeita a aplicação do mesmo estatuto de direitos, deveres e benefícios, nomeadamente, fiscais (Segurança Social, 2021).

A instituição é reconhecida como uma pessoa coletiva de utilidade pública mediante o disposto nos artigos 2.º e 3.º do DL n.º 460/77, de 7 de novembro, alterado pelo DL n.º 391/2007, de 13 de dezembro.

No âmbito de comprovar a sua legal constituição e regular funcionamento, a CERCIAV, CRL é obrigada a remeter à Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES): cópia dos relatórios anuais de gestão e dos documentos anuais de prestação de contas; cópia dos atos de constituição e de alteração dos estatutos e cópia do balanço social (artigo 116.º da Lei n.º 119/2015).

Após a submissão dos atos de comunicação obrigatória do Código Cooperativo (artigo 116.º) e a verificação da sua conformidade pela CASES, ser-lhe-á emitida, pela mesma entidade, a credencial comprovativa da legal constituição e regular funcionamento. A instituição, com a obtenção da sua credencial passa a beneficiar-se do apoio técnico e financeiro, e dos benefícios fiscais concedidos pelas entidades públicas (artigo 117.º do Código Cooperativo).

2.2.8. Regime Contabilístico

De forma a reconhecer e colmatar a lacuna da existência de regras contabilísticas apropriadas às ESNL, destacando para o efeito, a relevância que estas entidades têm na sociedade, tal como o peso que representam na mesma, e a sua expansão, em 2011, realizou-se uma atualização do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) às ESNL, com a publicação a 9 de março do DL n.º 36-A/2011. Esta integração no SNC faz com que as ESNL se regem pelos princípios deste, adequando algumas regras às suas especificidades.

Nessa vertente, as Demonstrações Financeiras (DF) da instituição são realizadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo DL n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pelo DL n.º 98/2015, de 2 de junho, e seguem os modelos de demonstrações financeiras aprovados e publicados pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho. Congruentemente, a Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, aprova o Código de Contas. A NCRF-ESNL em vigência foi homologado pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho.

2.2.9. Apresentação de contas anuais à Segurança Social

De acordo com o Instituto de Segurança Social, I.P. (2021), a CERCIADV, CRL a partir do momento em que é declarada como uma entidade de solidariedade social equiparada a uma IPSS pela Segurança Social, e em consequência, financiada pelo mesmo instituto, passa a ter um conjunto de obrigações contabilísticas a cumprir, necessariamente por via eletrónica.

A instituição tem a obrigatoriedade de enviar à tutela, até ao dia 31 de maio de cada ano vigente as contas anuais do ano anterior, pois preenche os requisitos para que possa ser efetuada a entrega de contas por via eletrónica, sendo estes: ser uma IPSS ou equiparada, estar inscrita na Segurança Social Direta, e ter as contas submetidas e regularizadas dos exercícios anteriores (Instituto de Segurança Social, I.P., 2021).

Congruentemente, além do preenchimento dos formulários eletrónicos, é obrigatório fornecer à entidade tutelar, por *upload*, os seguintes documentos: Declaração de responsabilidade da instituição pela publicitação das contas em site próprio; Parecer do

Conselho Fiscal; Ata de Aprovação das Contas pelo Órgão de Administração; Anexo conforme modelo ESNL nos termos da Portaria nº 220/2015 de 24 de julho; Balancete analítico de encerramento de exercício; Balancete analítico imediatamente anterior ao encerramento de exercício (Instituto de Segurança Social, I.P., 2021).

É de ressaltar que anteriormente havia a obrigatoriedade de submeter o orçamento anual para o ano seguinte, contudo atualmente é de caráter facultativo, tendo sido objeto de uma reformulação em 2013, consubstanciando uma ferramenta de gestão previsional para as instituições. Nesse sentido, a realização do orçamento é da competência da Direção, o qual deve ser submetido à apreciação do órgão de fiscalização da entidade (Instituto de Segurança Social, I.P., 2021). Assim, para as instituições interessadas, o orçamento anual do ano N deverá ser realizado durante o mês de dezembro do ano N-1.

2.2.10. Regime Fiscal Aplicável

A CERCIAV, CRL, na qualidade de cooperativa de solidariedade social equiparada a uma IPSS, concomitantemente, ser considerada uma pessoa coletiva de utilidade pública, beneficia de um vasto leque de isenções e benefícios fiscais. De seguida apresentam-se algumas isenções e benefícios fiscais considerados relevantes.

Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) - Recai sobre os rendimentos obtidos, mesmo quando provenientes de atos ilícitos, no período de tributação, pelos respetivos sujeitos passivos (artigo 1.º do Código do IRC). Assim, perante o disposto no artigo 10.º, nº1, alíneas a) e b) do CIRC e do artigo 66.º-A, n.º1, alínea e) do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), a instituição encontra-se isenta de IRC.

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – Visa tributar todo o consumo em bens materiais e serviços, incluindo na sua incidência todas as fases do circuito económico (preâmbulo do Código do IVA (CIVA)). A CERCIAV, CRL, mediante o artigo 10.º e nos termos dos pressupostos do artigo 9.º, alíneas 6) e 7), do CIVA, está isenta de IVA, desde que os serviços prestados, assim como as transmissões de bens a ela associados, façam referências a serviços de Segurança Social e assistência social. Todavia, a entidade, em determinadas situações, pode ser restituída parcialmente do montante do IVA suportado, nomeadamente, em serviços de construção, e assistência social. Contudo, a entidade, em

determinadas situações, pode ser restituída manutenção e conservação de imóveis, nos ativos fixos tangíveis sujeitos a depreciação, com exceção de veículos e respetivas reparações, e na aquisição de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas, nos termos do DL n.º 84/2017, de 21 de julho, do artigo 2.º alínea c).

Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de Imóveis (IMT) - Incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade sobre imóveis e das figuras parcelares desse direito (preâmbulo do Código do IMT (CIMT). Nesse sentido, a instituição também se encontra isenta de IMT na aquisição de quaisquer direitos sobre imóveis destinados, direta ou indiretamente, à prática dos seus fins estatutários, conforme estipulado artigo 6.º, al. e), do CIMT e do artigo 66.º-A, n.º 8 do EBF.

Imposto de Selo (IS) - Face ao exposto no artigo 6.º, alíneas c) e d) do Código do IS e no n.º 13 do artigo 66.º-A do EBF, a cooperativa está igualmente isenta de IS sobre todos os atos, contratos, documentos, títulos e outros factos, incluindo as transmissões gratuitas de bens, no momento que este imposto constitua seu encargo. Esta é uma isenção automática, não existindo necessidade de a requerer, apenas invocá-la diante dos organismos competentes para a sua liquidação e pagamento.

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Tem efeito sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, formando receita dos municípios onde os mesmos se localizam (artigo 1.º, n.º1, do Código do IMI). Em matéria de isenções, da mesma forma que os anteriores códigos citados, a CERCIAV, CRL também é contemplada pela isenção de IMI, na qual é constatada no Código do EBF. Mais concretamente, a entidade está isenta quanto aos prédios ou parte de prédios destinados diretamente à sede e ao exercício das suas atividades, de acordo com o artigo 44.º, n.º 1, al. f) e artigo 66.º-A, n.º 9 do referido código.

Imposto sobre Veículos (ISV) – É um imposto que afeta veículos automóveis ligeiros de passageiros novos ou usados, admitidos ou importados e que se designem a ser matriculados. A CERCIAV, CRL está isenta na aquisição de viaturas de transporte coletivo de utentes com lotação de nove lugares, incluindo o condutor, obtidos a título oneroso, em estado novo, desde que se destinem ao transporte em atividades de interesse público e que se mostrem

apropriados à sua natureza e finalidade (artigo 52.º, da Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho). A isenção prevista não automática, à semelhança do IMT, pois depende de reconhecimento, conforme o estatuído no n.º 2 do art.º 52.º, da Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho.

Imposto Único de Circulação (IUC) - Consiste num imposto pago anualmente, no mês da aquisição do veículo, pela propriedade de determinado veículo. De acordo com a alínea b) do n.º 2 do art.º 5.º do Código do IUC (CIUC), a entidade encontra-se isenta deste imposto, pois é a reconhecida, após a entrega de um requerimento devidamente documentado, no serviço de finanças da área da sua sede, como pessoa coletiva de utilidade pública.

Taxa Social Única (TSU) - Designa o valor que as entidades e os trabalhadores descontam para a Segurança Social todos os meses, a cooperativa, como entidade sem fins lucrativos equiparada às IPSS, tem direito a uma redução da taxa contributiva global, segundo os artigos 110.º e 111.º, al. c) do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro). Assim, de acordo com artigo 112.º do mesmo Código, a TSU correspondente aos trabalhadores é de 33.3%, sendo 22,3% ao encargo da entidade empregadora e de 11% ao encargo do trabalhador.

Benefícios Fiscais relativos ao Mecenato - Para efeitos fiscais, consoante o disposto no art.º 61.º do EBF, “os donativos constituem entregas em dinheiro ou em espécie, concedidos, sem contrapartidas que configurem obrigações de carácter pecuniário ou comercial, às entidades públicas ou privadas”. Os donativos concedidos à instituição, são considerados como custos ou perdas do exercício, até ao limite de 8/1000 do volume de vendas ou serviços prestados (artigo 62.º n.º 3, alíneas a) e b) do EBF). Esses donativos são levados a custos em valor equivalente a 130% do respetivo total ou 140% no caso de se destinarem a patrocinar medidas de promoção de iniciativas dirigidas à criação de oportunidades de trabalho e de reinserção social de pessoas, famílias ou grupos em situações de exclusão ou risco de exclusão social, designadamente no âmbito do rendimento social de inserção, de programas de luta contra a pobreza ou de programas e medidas adotadas no contexto do mercado social de emprego, de acordo com o artigo 62.º, n.º 4, al. c) do EBF.

2.3. Descrição das tarefas realizadas

O percurso na CERCIAV, CRL iniciou-se com uma fase de integração, onde foram anunciadas e elucidadas a forma de trabalho da instituição, como também esclarecida a importância das tarefas a executar.

Oportunamente, foi exibido todo o processo contabilístico, desde a receção dos documentos aos seus lançamentos, mais concretamente foi explicado que os registos contabilísticos realizados pelos serviços administrativos são relativos a:

- Operações de faturas e recibos, caixa e bancos;
- Processamento e pagamento de remunerações de mensalidades de utentes e colaboradores;
- Processamentos de bolsas e gratificações com a formação profissional;
- Por último, registos relacionados a operações diversas.

Os restantes trabalhos associados ao fim de exercício e fecho de contas são elaborados pelo contabilista certificado externo à cooperativa.

Prontamente, serão descritas, de forma detalhada, as atividades desenvolvidas pela estagiária ao longo dos seis meses de estágio na CERCIAV, CRL.

2.3.1. Organização e Numeração de Documentos

O arquivo, uma das tarefas de suporte da contabilidade, consiste na organização e classificação, em pastas exclusivas, por ordem crescente de numeração, dos documentos contabilizados.

A documentação é fundamentalmente formada por vendas e prestações de serviços, faturas de fornecedores, movimentos e levantamentos de caixa, recibos, notas de crédito, depósitos e transferências bancárias, entre outros documentos. Nesse sentido, a instituição possui a contabilidade organizada de acordo com os diversos diários, que são adequados ao tipo de documentação existente, possibilitando uma fácil identificação e acessibilidade da documentação sempre que solicitados. Em concreto, a documentação é organizada em *dossiers*, separados por mês e ano, com os diários: de bancos, de caixa, de compras/vendas, de gratificações e das bolsas, de vencimentos, e de operações diversas.

Pelo estipulado no artigo 9.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, a instituição é obrigada a segregar os gastos e rendimentos relacionados ao centro de formação profissional. Assim, é de salientar os diários afetos unicamente a esta portaria: o diário de vencimentos – CRP, de bancos - CRP, das bolsas – CRP, e de operações diversas – CRP.

2.3.2. Contabilização de Documentos

A contabilização de documentos traduz-se na classificação e lançamento dos mesmos, sendo uma das tarefas de maior relevância, exigindo, por parte de quem a executa, rigor, responsabilidade e concentração. É elaborada com recurso a um software de gestão específico e apropriado para o setor de atividade da CERCIAV, CRL, como já referido, o F3M, que integra o programa de contabilidade. Esta ferramenta simplifica o preenchimento dos mapas contabilísticos, não necessitando, por parte do utilizador, de profundos conhecimentos informáticos para utilizá-la.

No fundo, a adequada classificação e lançamento de documentos nas concernentes contas é crucial para que a contabilidade apresente uma imagem verdadeira e apropriada da realidade da entidade, bem como, para mantê-la organizada e de fácil consulta.

A classificação e registo dos documentos é baseada, como já referido, nas NCRF-ESNL, respeitando os princípios e critérios de mensuração, diretrizes e normas contabilísticas. Os documentos contabilísticos são inseridos no programa de contabilidade no respetivo diário, por ordem cronológica e numérica. Deste modo, no sistema informático, inicia-se por selecionar o diário na qual irão ser lançados os movimentos e o mês¹ do respetivo documento. Posteriormente, é aberta uma janela em que se deverá inserir a descrição e número interno do documento, as contas a debitar e a creditar e os respetivos valores.

Se for detetado, pelo programa contabilístico, incoerências entre os valores a débito e crédito, o programa não permite prosseguir para o próximo lançamento sem se corrigir erro detetado, constituindo, assim, uma ferramenta de controlo.

¹ Os documentos são lançados no último dia do mês a que dizem respeito. Por exemplo, se uma fatura de compra possui a data de 12/01/2020 no programa contabilístico faz-se referência ao último dia do mês, neste caso a 31/01/2020.

É de referir que todos os lançamentos realizados possuem suporte documental, estando em conformidade com o expostos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 123.º do CIRC.

2.3.3. Práticas de Controlo Interno

O controlo interno é um conjunto de procedimentos de gestão, realizados pela direção e todos os colaboradores, de forma a atingir elevados níveis de segurança. Estas práticas têm como finalidade alcançar as metas estabelecidas relativas à eficácia, eficiência e controlo das operações, assegurando a credibilidade e fiabilidade da informação financeira produzida, bem como garantir a conformidade com as leis, normas e regulamentos aplicáveis nas matérias relevantes (AlQadasi & Abidin, 2018; Chapple et al., 2018; Han et al., 2016; Singh & Kota, 2017).

Em suma, o controlo interno busca garantir as boas práticas de gestão, bem como o cumprimento das políticas estabelecidas pelo órgão de gestão (Costa, 2018). Os procedimentos de controlo interno efetuados pela estagiárias resumem-se na realização de reconciliações bancárias e conferência de saldos de conta corrente de fornecedores.

2.3.3.1. Reconciliações Bancárias

A reconciliação bancária, que consiste num procedimento que compara os movimentos registados no banco, através de um extrato bancário, com os movimentos realizados na contabilidade para o mesmo período de tempo (Abdu & Jibir, 2017; Kumar et al., 2020; Psillaki et al., 2010; San-Jose et al., 2014; Wang et al., 2020). A entidade realiza conciliações bancárias, mensalmente, nas quatro entidades bancárias que opera, nomeadamente, no Banco BPI (Banco Português de Investimento), Banco Montepio, Millennium BCP (Banco Comercial Português), e a Caixa Geral de Depósitos. Os extratos bancários estão disponíveis na plataforma *online* do Banco, pelo que o gestor financeiro tem acesso aos mesmos.

É um procedimento significativo na verificação da ocorrência de eventuais erros no registo contabilístico. Os movimentos presentes quer no extrato bancário, quer nos registos contabilísticos, são transcritos para o programa Excel, com o intuito de encontrar

divergências nesses registos, que assim poderão ser objeto de análise (Choy & King, 2005; Ghosh & Tang, 2015; Han et al., 2016). Deste modo, consegue-se perceber se os documentos estão em conciliação, ou se será necessária a realização de ajustes. O processo só termina quando forem identificadas e corrigidas todas as incoerências e ambos os documentos estarem em conformidade.

2.3.3.2. Conferência dos saldos de fornecedores

Após serem realizados os lançamentos contabilísticos da entidade, mensalmente, são solicitados os extratos da conta corrente dos fornecedores para confrontá-los com o seu respetivo extrato da contabilidade da instituição. Este método é adotado com o objetivo de detetar e corrigir possíveis ocorridos durante o lançamento contabilístico, fortalecendo, assim, o seu controlo interno.

2.4. Contributo do estágio para a sua formação

O estágio curricular traduz-se no primeiro contacto profissional da estagiária. Assim, a sua realização foi de extrema relevância para a aquisição e consolidação de conhecimentos teóricos, bem como para o desenvolvimento pessoal da estagiária, devido a interação diária com os colaboradores da área administrativa da instituição, solidificando, simultaneamente, a sua preparação prática para o mercado de trabalho. Comumente, possibilitando-lhe adquirir experiência e conhecimentos sobre as especificidades do setor não lucrativo, o que refletirá numa mais-valia para a sua vida profissional, especialmente, se quiser atuar nesta área. Em contrapartida, a concretização do estágio também foi furtiva para a CERCIAV, CRL, pois a estagiária serviu de reforço para a realização de tarefas quotidianas, aliviando a carga de trabalho dos seus colaboradores inerentes às atividades administrativas, assim como pelo seu contributo inovador e conhecimentos atualizados.

Todavia, a fim de melhorar a eficiência na execução de tarefas, recomenda-se a implementação de um mapa de controlo de tarefas, que serve, como a própria designação indicia, para que cada colaborador da entidade possa acompanhar quais as tarefas já foram realizadas e as que, com maior precedência, têm que ser executadas, evitando assim alguns stressés e acúmulos de trabalhos presenciados. Deverão estar integrados neste mapa,

essencialmente, todas as obrigações contabilísticas e fiscais a realizar pela instituição. Este mapa deve ser constantemente atualizado. Refletindo sobre os seis meses de estágio e as nas várias atividades desenvolvidas no âmbito do mesmo, notou-se que os procedimentos executados pela CERCIAV, CRL estão em conformidade com o que foi ensinado academicamente e recomendado na literatura existente.

3. Revisão da Literatura

3.1. Entidades do Setor Não Lucrativo

Em contextos hostis e de crise económica, o Setor Não Lucrativo adota um papel predominante na economia de um país, procedendo nas mais variadas áreas com vista a salvaguardar indivíduos e bens e a amparar projetos de grande interesse científico, social, cultural, artísticos e educacional, formando, cada vez mais, um setor diferenciado na economia. Neste vertente, a sociedade contemporânea incumbe e reconhece, pelo seu valor e atividade, a relevância destas entidades (Domingues, 2016).

Comumente, é denominado de terceiro setor, pois complementa o governo e o mercado na prestação de serviços, especialmente na educação, saúde e áreas sociais (Brhlikova, 2004). Contudo, além destas, existe um vasto número de terminologias que lhe podem ser atribuídos, quer empregadas em Portugal quer mundialmente.

A título de exemplo temos: “economia social”, “economia solidária”; “organizações não governamentais”, “organizações filantrópicas”, “entidades sem fins lucrativos”, “setor não lucrativo”, “economia social”, “economia solidária”, “organizações da sociedade civil”, “setor do voluntariado” e “associativismo”, entre outros (Andrade & Franco, 2007; Francisco, 2005). Do mesmo modo, a economia que abrange este setor pode ser referenciada como economia social, economia comunitária, economia de interesse geral, e economia solidária (Muehombo, 2013).

Segundo Francisco (2005), o terceiro setor surge da iniciativa dos cidadãos, para dar resposta as necessidades pressentidas e específicas de um determinado grupo de pessoas, para combater por um objetivo altruísta, por um ideal, filantrópico, de procura do bem comum, em que não existe o intuito do lucro, mas o de satisfazer determinada necessidade ou de lutar por uma causa específica.

Em Portugal, estas entidades desempenham um vasto leque de atividades que compreendem o apoio às crianças e jovens, a proteção dos cidadãos na saúde, através da prestação de cuidados preventivos, curativos e de reabilitação, a promoção da integração social e comunitária, a velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, a resolução dos problemas

habitacionais das populações, a educação e formação profissional dos cidadãos, a defesa dos direitos do consumidor, das famílias, das pessoas portadoras de deficiência, entre muitas outras atividades (Amorin, 2011). Em suma, este setor compreende entidades que não têm fins lucrativos e que visam fornecer serviços de utilidade pública ou interesse social.

Complementarmente, a Carta Social no seu relatório de 2018 evidencia que as ESNL, nos últimos períodos, apresentaram um comportamento expansionista no que respeita ao número de equipamentos detidos e respostas sociais prestadas, enfatizando a relevância desta setor em épocas de crise económica (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social [MTSSS] & Gabinete de Estratégia e Planeamento [GEP], 2019)

As ESNL diferenciam-se quer do setor privado, uma vez que tem como finalidade o lucro, quanto das entidades públicas, dado não estarem sujeitas às mesmas políticas governamentais. A crescente importância destas entidades faz com que incremente o seu grau de exposição, e conseqüentemente, aumente a necessidade de informação.

Adicionalmente, neste setor é crucial gerir recursos, em especial, os recursos escassos, de um modo eficiente, o que exige, naturalmente, a aplicação de práticas e metodologias modernas de gestão que possibilitem um melhor desempenho na utilização dos recursos e no desenvolvimento de atividades de grande interesse público.

Segundo, Sousa et al. (2012) e Silva et al. (2014), na mesma linha de pensamento, defende que as ESNL são incitadas a definir estratégias mais oportunas para a concretização dos distintos objetivos que se propõem cumprir. No percurso desse propósito deverão ser eficazes e eficientes, construindo uma adequada otimização dos recursos e sempre que possível propiciar o excedente financeiro imprescindível à sua sobrevivência (gerando recursos complementares às participações públicas na qual dependem), e, se exequível, ao reinvestimento na sua própria atividade (mediante a inovação de produtos e serviços, a formação dos seus recursos humanos e o desenvolvimento de tecnologia).

As ESNL diferenciam-se quer do setor privado, visto não terem como finalidade o lucro, quanto das entidades públicas, dado não estarem sujeitas às mesmas políticas governamentais. A crescente importância destas entidades faz com que incremente o seu

grau de exposição, e conseqüentemente, aumente a necessidade de informação (Silva et al., 2014; Sousa et al., 2012).

Nessa perspectiva, a distinção entre entidades com ou sem fins lucrativos reside no facto de que o desempenho financeiro das entidades com finalidades lucrativas constitui um fim em si mesmo, enquanto nas sem fins lucrativos o seu desempenho financeiro é apenas um meio para que sobrevivam e consigam atingir os seus fins próprios, não somente financeiros, isto é, alcançar a concretização dos seus fins estatutários (Silva et al., 2014; Sousa et al., 2012).

De acordo com Francisco (2005), as ESNL podem caracterizar-se por:

- Não deterem fins lucrativos e não serem governamentais;
- Não subsistirem sobre elas interesses proprietários;
- A maioria das suas receitas serem resultado de donativos, de contribuições, de cobranças pelos serviços concedidos e não da cobrança de quaisquer impostos ou taxas;
- Um montante significativo dos seus recursos provirem de contribuições de pessoas ou entidades que não esperam uma compensação pecuniária proporcional a essa mesma contribuição;
- Visarem a satisfação de determinada(s) necessidade(s), sem custos ou ao mais baixo custo para o respetivo beneficiário;
- A principal relação entre os seus membros, ser sempre uma relação sem interesse monetário (financeiro);
- O seu sucesso poder ser medido através da maior ou menor contribuição da organização para o bem-estar público;
- A autoridade na organização ter as suas raízes no coletivo como um todo; ser dada ênfase aos valores da livre associação, da cooperação, do consenso e da democracia.

As ESNL são constituídas por um considerável conjunto de entidades, heterogéneas e estruturadas sob formas jurídicas, sendo, em Portugal, as mais ínsitas:

Associações – é uma entidade, sem fins lucrativos, de direito privado, dotada de personalidade jurídica, resultante da reunião de duas ou mais pessoas para a realização e consecução de ideais e objetivos comuns. Estas podem ter índole social, cultural ou outras (Belenioti & Vassiliadis, 2018; Kim et al., 2012).

Associações Mutualistas – são pessoas coletivas compostas por um número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida que, fundamentalmente através da quotização dos seus associados, exercitam, no interesse destes e de suas famílias, fins de auxílio recíproco, com a finalidade de proporcionar benefícios na área da saúde e Segurança Social (artigo 2.º do DL n.º 72/90, de 3 de março).

Cooperativas – são entidades autónomas, de livre constituição, de composição e capital variáveis, que mediante uma corporação de propriedade conjunta e democrática, de cooperação e entreajuda dos seus membros, com fidelidade aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais de interesse público (artigos 2.º da Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto).

Fundações – são pessoas coletivas, de natureza privada, que administram um conjunto de bens afetos à prossecução de determinado fim macróbico, não lucrativo, e socialmente relevante, seja moral, cultural, religioso ou de beneficência, formada a partir de legado ou doação, aos quais é atribuída personalidade jurídica (Kalbaska et al., 2017).

IPSS - são pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas unicamente por iniciativa de particulares, com o intuito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e solidariedade, auxiliando na efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, contando que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público, regendo a sua concretização pelos princípios orientadores da economia social (artigo 1.º do DL n.º 119/83, de 25 de fevereiro).

Segundo o Conselho Económico e Social (2013), a maioria das ESNL encontram-se numa situação económico-financeira árdua devido a:

- Relação entre a sustentabilidade e oferta de serviços de qualidade;

- Dificuldades económicas das famílias que progressivamente têm menor capacidade de realizar as participações das respetivas respostas sociais;
- Cortes salariais e nas pensões, que obrigatoriamente têm repercussão sobre a capacidade de pagamento das mensalidades;
- Aumento das despesas de exploração decorrentes, por exemplo, do incremento do preço dos serviços de água e eletricidade;
- Reduzidas participações por parte da Segurança Social (Conselho Económico e Social, 2013).

Congruentemente, outras dificuldades enfrentadas por este tipo de entidades provêm do modelo de financiamento adotado, que dificulta a implementação de uma gestão sustentável. As IPSS, em concreto, apoiam-se veemente no financiamento público através dos protocolos de cooperação instituídos com o Estado, que visam prosseguir e reforçar a cooperação entre o Estado e as instituições sociais, por intermédio dos serviços de Segurança Social.

Paralelamente a este meio de financiamento, as instituições, na sua maioria, para assegurarem a prossecução da sua atividade, encontra-se dependentes das participações dos utentes e familiares, e doações.(República Portuguesa et al., 2021). Todavia, os preços dos serviços fornecidos apresentam-se regularmente inferiores aos preços de mercado, e as doações cada vez mais escassas (Coutinho, 2017; Ma, 2020; Ressler et al., 2021).

A acentuada dependência destes meios de financiamento suscita questões como a inexistência de autonomia e sustentabilidade das instituições.

De acordo com *Charity Commission* (2010) e Omar et al. (2013), os riscos que as IPSS enfrentam, atendendo a sua natureza, estão agrupados em cinco categorias: de governação, operacionais, financeiros, externos e de conformidade com as leis e regulamentos. Na tabela 1 apresenta exemplos de riscos relacionados a cada uma das categorias.

Tabela 1. Categorias de Risco das ESNL

Categoria de Risco	Exemplos
Riscos de Governação	<ul style="list-style-type: none">- Estrutura organizacional inadequada;- Falta de competências ou de compromisso por parte do órgão de gestão;- Conflitos de interesse.
Riscos Operacionais	<ul style="list-style-type: none">- Falta de bem-estar ou segurança dos beneficiários (utentes);- Baixos preços praticados;- Precário recrutamento e formação de pessoal;- Incerteza sobre a segurança dos ativos.
Riscos Financeiros	<ul style="list-style-type: none">- Informações financeiras imprecisas e / ou insuficientes;- Reservas e fluxo de caixa inadequados;- Dependência limitadas de fontes de receita;- Políticas de gestão de investimentos inapropriadas;- Carência na cobertura de seguro.
Riscos Externos	<ul style="list-style-type: none">- Fraca reputação ou perceção pública;- Alterações demográficas;- Ambiente económico e político volúvel e incerto;- Mudanças nas políticas governamentais.
Conformidade com a Lei e Regulamentos	<ul style="list-style-type: none">- Possibilidades de ocorrência de fraudes;- Debilitado conhecimento da legislação e regulamentação, por parte dos colaboradores.

Fonte: Adaptado de Omar et al. (2013).

E de salientar que, das cinco categorias de risco expostas, na generalidade dos casos, os riscos financeiros acarretam uma maior repercussão na avaliação final do risco destas entidades (*Charity Commission*, 2010; Omar et al., 2013). Assim sendo, e de forma a atenuar os efeitos dos riscos financeiros, a aplicação de uma análise económico-financeira nestas entidades é aconselhável e de mais-valia, visto fornecer um diagnóstico económico-financeiro da situação de uma determinada entidade, possibilitando a análise da evolução do seu desempenho no tempo, avaliar os impactos financeiros, apoiar a gestão corrente, e determinar o seu valor de mercado, ao promover informações relevantes e determinantes para a tomada de decisões idóneas (Goh et al., 2018; Teixeira, 2011).

3.2. Função, Gestão e Análise Financeira

Mundialmente, existe inúmeras organizações distintas, sendo as diferenças assentes, essencialmente, no objetivo base que cada uma se propõe. Relativamente às diversidades entre as entidades lucrativas e as não lucrativas, em concreto, enquanto as não lucrativas têm como objetivo primordial a satisfação de determinadas necessidades específicas, as organizações lucrativas têm como finalidade a maximização do seu valor, com o intuito de originar riqueza para os seus acionistas ou sócios (Belenioti & Vassiliadis, 2018; Darko et al., 2016; Kim et al., 2012; Ma, 2020).

Contudo, todas elas possuem diversos aspetos em comum, tal como:

- Resultarem de agrupamentos de duas ou mais pessoas;
- Encontrarem-se reunidas sob autoridade de um ou mais indivíduos, com funções de organização, planeamento, controlo e liderança;
- Agirem num determinado contexto ao ambiente que as influências, e, ao mesmo tempo, poder ser influenciado por elas;
- Aplicarem uma combinação eficaz de um conjunto de meios e recursos disponíveis;
- Possuírem como objetivo a obtenção de um objeto predeterminado (Fernandes et al., 2019).

De igual modo, as organizações encontram-se organizadas em várias funções, geralmente representadas num organigrama, conforme os diversos tipos de recursos que gerem, como por exemplo, a função de recurso humanos, comercial, de produção e, evidente, a função financeira, que gere os recursos financeiros.

Nesse sentido, e focando-nos na função financeira, esta pode ser compreendida como o conjunto de pessoas e serviços que, no seio da entidade, assumem a sua gestão financeira, elaborando e executando as decisões financeiras. Esta função inclui tarefas relacionadas com a obtenção e aplicação de recursos financeiros, tais como: obtenção vantajosa desses recursos; inventariação das necessidades de recursos financeiros; utilização racional de recursos financeiros; gestão de tesouraria; realização de diversos programas e orçamentos

enquadrados no planeamento financeiro da entidade; e controlo e correlação das aplicações (Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).

Em síntese, a função financeira baseia-se no processo de elaboração, tomada, execução e controlo das decisões financeiras das organizações, onde se integram as vertentes da análise financeira e da gestão financeira (Nabais & Nabais, 2013).

No que concerne à gestão financeira, esta pode ser definida como um conjunto de ações e procedimentos administrativos que incluem o planeamento, análise e controlo das atividades financeiras de determinada organização. Essas ações são cruciais para que uma organização alcance bons resultados, visto que possibilita a criação de metas, estabelecer prazos e analisar se os resultados obtidos estão em conformidade com o esperado pela organização (Silva & Ferreira, 2018). Por outras palavras, consiste no conjunto de decisões, tomadas pelo gestor financeiro (pessoa responsável pela função financeira), e atividades que, dentro da organização, e em função dos seus objetivos, contribuem para a regulação dos fluxos financeiros de aplicação e de origem, na qual ela é um instrumento de ajustamento (Fernandes et al., 2019). Por meio das suas decisões, a gestão financeira deve assegurar a obtenção de meios de financiamento tempestivos, ao menor custo possível, como também, maximizar a rentabilidade da organização, sem colocar em risco a sua continuidade.

Assim, a gestão financeira é responsável pelos seguintes pontos:

- Administrar as tarefas que compõem a função financeira;
- Garantir o processo de obtenção de recursos financeiros, com o intuito de atingir e manter o nível de atividades almejadas;
- Assegurar os objetivos da gestão;
- Procurar a estabilidade e continuidade da entidade;
- Gerar rentabilidade mediante a capacidade de adquirir recursos com os recursos disponíveis (Fernandes et al., 2019; Silva & Ferreira, 2018).

A deliberações relacionadas à gestão financeira, tendo por base o horizonte temporal, podem classificar-se como médio e longo prazo (MLP) e curto prazo (CP).

A médio e longo prazo, cabe à gestão a definição e planeamento dos investimentos, a eleição das fontes de financiamento, assim como a delimitação da política de dividendos, que deve ser orientada e equacionada de acordo com os objetivos da entidade e das expectativas dos acionistas/sócios e futuros investidores (Fernandes et al., 2019).

Neste âmbito, as decisões da gestão financeira necessitam buscar assegurar a obtenção de níveis de risco e de rentabilidade atrativos para as distintas entidades com interesse genuíno no desempenho de determinada organização.

Na ótica de curto prazo, as decisões operacionais encontram-se associadas, por um lado, à gestão do ativo corrente, como por exemplo, a gestão dos meios financeiros líquidos, o controlo financeiro dos inventários e aplicação de excedentes de tesouraria, e o controlo do crédito concedido aos clientes, e por outro lado, com a gestão dos débitos correntes, tal como a cobertura de défices temporários de tesouraria e gestão do crédito concedido pelos fornecedores (Fernandes et al., 2019).

Resumidamente, o gestor financeiro tem a responsabilidade de garantir os meios de financiamento necessários de modo eficaz e eficiente, maximizar a rentabilidade por meio da criação de resultados com as aplicações dos fundos adquiridos, como também, maximizar o valor da entidade.

Assim, o gestor financeiro, no prosseguimento das suas funções, emprega diferentes instrumentos e aptidões como é o caso da análise financeira. A análise financeira está orientada para a recolha, tratamento e análise da informação fundamentalmente, de cariz económico-financeiro, a fim de fornecer elementos que auxiliaram no apoio à tomada de decisões dos gestores financeiros (Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013).

Deste modo, e tendo como papel principal a análise do valor de determinada entidade, a análise financeira integra:

- A aplicação de um conjunto de técnicas;
- O estudo da situação económico-financeira das entidades;
- O recurso à análise de informações e documentos:
- Contabilísticos (sobretudo DF);
- Extra contabilísticos (por exemplo, informações sobre a organização como

entidade jurídica, o enquadramento setorial e legal da entidade, a conjuntura económica e política, consulta de relatórios de auditoria, entre outras (Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013).

Congruentemente, existem três vertentes de estudo associadas a análise financeira, nomeadamente:

Equilíbrio financeiro – Compreende a capacidade de a entidade liquidar atempadamente as suas obrigações de curto prazo, assim como, a capacidade de solver os seus compromissos de médio e longo prazo que, por seu turno, está vinculado a dois fatores relevantes, designadamente, o grau de cobertura do ativo com capitais próprios, e a capacidade da entidade para gerar resultados positivos ou lucros (Fernandes et al., 2019).

Rentabilidade dos capitais - Permite avaliar a capacidade de a entidade gerar resultados, com a utilização de determinados recursos, tal como os ativos, o capital próprio, e o volume de negócios (Fernandes et al., 2019).

Risco - Integra a análise da incerteza em relação a acontecimento futuros e o seu possível impacto em variáveis críticas para a entidade, como por exemplo, a rentabilidade (nas suas várias vertentes) ou a capacidade de endividamento futuro (Fernandes et al., 2019).

Sintetizando, a análise financeira, partindo da análise de documentos e informações contabilísticas e extra contabilísticas, visa:

- Averiguar a evolução da situação financeira e de rentabilidade da entidade;
- Detetar tendências futuras de evolução;
- Proporcionar informações para a gestão;
- Sugerir medidas corretivas.

Assim sendo, na figura 2, encontra-se esquematizado a função da análise financeira como ferramenta de apoio à tomada de decisão da gestão financeira.

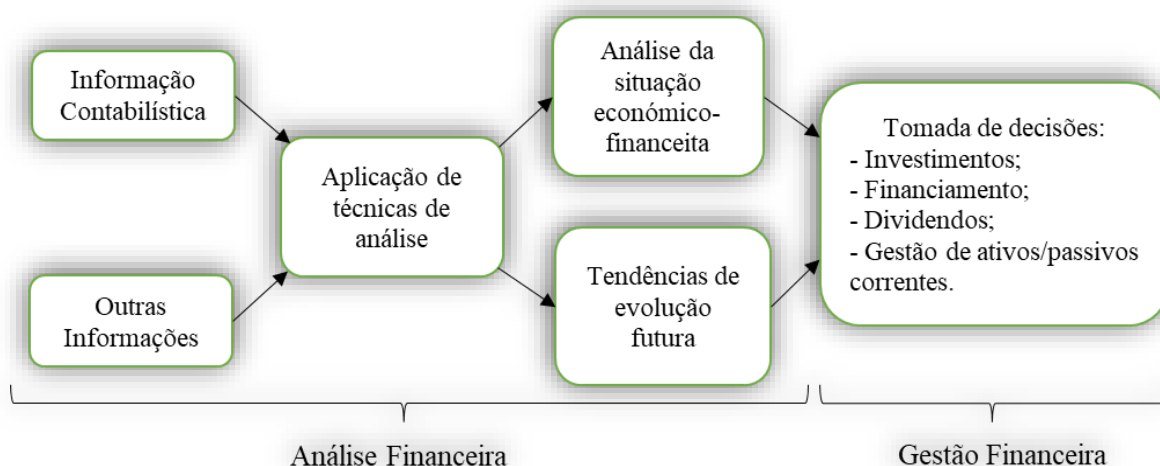


Figura 2. Função da Análise Financeira
Fonte: Adaptado de Fernandes et al. (2019).

Deste modo, pode-se afirmar que a análise económico-financeira é um instrumento de informação crucial para a tomada de decisões oportunas, quer para os gestores financeiros da própria entidade, quer para todos os interessados na entidade (*stakeholders*²).

Assim, o diagnóstico financeiro pode ser usado tanto ao nível interno como externo, visto que a informação financeira e a sua interpretação constituem o objeto principal da comunicação entre a entidade e o meio envolvente (Fernandes et al., 2019).

Neves (2015) reforça a ideia de que, independentemente natureza da atividade e dimensão de uma entidade, é terminante possuir o conhecimento preciso da situação económica e financeira da entidade, de forma a facilitar a resolução de problemas de gestão.

3.3. Os principais documentos utilizados na Análise Financeira

Como constatou-se no ponto anterior, a gestão financeira apresenta múltiplas funções, entre as quais a função de previsão e análise, que por sua vez, baseadas em documentos contabilísticos. Os três principais documentos da análise financeira são Balanço

² A expressão *stakeholder* significa indivíduo, grupo ou entidade com legítimos interesses no desempenho de uma organização, e cujas atuações e decisões podem ter impacto, indireta ou diretamente, nessa mesma organização. A categoria *stakeholders* engloba: gestores, funcionários, proprietário (sócios ou acionistas), clientes, fornecedores, credores, Estado, sindicatos e várias outras pessoas ou entidades que se relacionam com a organização, e nesta possuem interesses de distintas naturezas (Fernandes et al., 2019).

Patrimonial, Demonstração dos Resultados e a Demonstração de Fluxos de Caixa (Anning-Dorson et al., 2018; Poh et al., 2018; Virglerova et al., 2017).

Estes documentos são indissociáveis, dado que modificações num dos mapas implica alterações em pelo menos em um dos mapas, assim, a forma de obter uma visão global da situação financeira de uma entidade implica comparar, com minúcia e articulação, os documentos, e de preferência em períodos sucessivos (Silva & Ferreira, 2018).

De forma simples e sucinta, o Balanço Contabilístico ou Patrimonial é um mapa, financeiro e estático, que representa a fotografia patrimonial de uma entidade em um determinado momento do tempo (normalmente de um ano). Por sua vez, Demonstração dos Resultados consiste num mapa económico e dinâmico, que divulga o montante dos resultados obtidos, tal como os componentes que contribuíram para a sua formação (rendimentos e gastos), podendo-se identificar se a entidade obteve lucro ou prejuízo, ao longo de um período económico. (Fernandes et al., 2019; Silva & Ferreira, 2018).

Por último, a Demonstração de Fluxos de Caixa apresenta os fluxos de entrada e saída de dinheiro que realmente existem numa entidade, sendo assim, um documento financeiro, monetário e dinâmico (Fernandes et al., 2019; Silva & Ferreira, 2018). Adicionalmente, a partir destes documentos pode-se construir e analisar outros mapas que, similarmente, são importantes auxiliares dos gestores financeiros e analistas para a realização da análise financeira, nomeadamente, o Balanço Funcional, que corresponde a organização da informação financeira de acordo com os distintos ciclos de atividade que a entidade possui, e a Demonstração de Origens e Aplicações de Fundos (DOAF), que evidencia de onde vêm os fundos e o modo que são posteriormente aplicados (Silva & Ferreira, 2018). Nos pontos seguintes da revisão de literatura, nomeadamente os pontos 3.3.1. e 3.3.2., abordam-se, em detalhe, as características destes dois documentos.

3.3.1. Balanço Funcional

O Balanço Funcional, efetuado a partir do balanço contabilístico, visa retratar a imagem de determinada entidade, num momento do tempo específico, identificando as aplicações e os recursos (origens) associados aos ciclos financeiros da entidade, independentemente da sua natureza jurídica. Sendo o ciclo financeiro, o resultado financeiro

das decisões tomadas a diversos níveis, como operacional, estratégico e exclusivamente financeiro (Silva & Ferreira, 2018). Pode-se identificar, normalmente, a existência de três ciclos financeiros:

De Investimento - Corresponde às atividades associadas as decisões inerentes à análise e seleção de investimentos e desinvestimento, nomeadamente, a transformação de meios financeiros líquidos em ativos não correntes, a efetuar pela entidade. As operações deste ciclo influenciam o volume dos investimentos existentes (Fernandes et al., 2019; Silva & Ferreira, 2018).

De Exploração (ou operacional) - Diz respeito às atividades correntes criadoras de valor da entidade, bem como, comercialização, aprovisionamento, comercialização. De forma resumida, engloba todas as atividades que implicam consumos e compra de recursos, que são refletidos nos gastos e rendimentos operacionais, apresentados na demonstração de resultados. No âmbito do balanço, cria necessidades de recursos para financiar clientes e inventários, a título exemplo, banco, sócios, fornecedores e outros credores (Fernandes et al., 2019; Silva & Ferreira, 2018).

De financiamento - Abrange o conjunto de operações que asseguram a existência e gestão dos meios financeiros ao normal desenvolvimento dos ciclos de investimento e de exploração integrando atividades como: a concessão, obtenção e reembolso de empréstimos, alterações do capital social ou distribuição dos resultados. Em síntese, trata-se do conjunto de atividades ligadas a obtenção de fundos para investimentos e necessidades de financiamento do ciclo de exploração, podendo, nesta vertente ainda distinguir-se:

Ciclo das operações de capital, cuja finalidade, dentro do horizonte temporal de médio e longo prazo, prende-se na obtenção de fundos estáveis para o financiamento, essencialmente, de ativos não correntes, e gestão desses recursos;

Ciclo das operações de tesouraria, envolve, dentro do horizonte temporal de curto prazo, tarefas como a gestão das disponibilidades e, no caso de insuficiência, garantir a sua cobertura financeira de curto prazo (Fernandes et al., 2019; Silva & Ferreira, 2018).

Resumindo, o Balanço Funcional, como pode-se observar, tem por base uma forma alternativa de observar as componentes ativas, passivas e de capital próprio da entidade recorrendo, fundamentalmente, à autonomização dos ciclos financeiros (Fernandes et al., 2019). Nesse sentido, é feita uma reorganização dos elementos do balanço patrimonial conforme o tipo de atividades que lhes dão origem: de investimento, de exploração ou de financiamento (Fernandes et al., 2019; Silva & Ferreira, 2018).

A tabela 2 apresenta a divisão das rubricas do balanço funcional, atendendo aos diferentes ciclos abordados.

Tabela 2. Representação Genérica da Estrutura do Balanço Funcional

Ciclo	Aplicações	Origens	Ciclo
Investimento	Aplicações Fixas Líquidas ou Ativo Fixo	Recursos Estáveis ou Capitais Permanentes	Operações de Capital
Exploração	Necessidades Cíclicas	Recursos Cíclicos	Exploração
Operações de Tesouraria	Tesouraria Ativa	Tesouraria Passiva	Operações de Tesouraria

Fonte: Adaptado de Silva e Ferreira (2018).

Em termos práticos, e exibido na tabela 3, a apresentação mais comumente utilizada é a seguinte:

Tabela 3. Apresentação Genérica mais comumente utilizada do Balanço Funcional

N.º	RUBRICAS	ANO N-1	ANO N
1	Capitais Próprios		
2	Capitais Alheios Estáveis		
3	Recursos Estáveis (1+2)		
4	Aplicações Fixas Líquidas		
5	Fundo de Maneio Funcional (3-4)		
6	Clientes		
7	Existências		
8	Estado e outros entes públicos (a receber)		
9	Necessidades Cíclicas (6+7+8)		
10	Fornecedores		
11	Estado e outros entes públicos (a pagar)		
12	Recursos Cíclicos (10+11)		
13	Necessidades em Fundo de Maneio (9-12)		
14	Tesouraria Líquida (5-13)		

Fonte: Adaptado de Nabais e Nabais (2013).

Para uma melhor compreensão, de seguida, serão discriminadas algumas das rubricas, distintas do balanço tradicional (patrimonial), que compõem o Balanço Funcional, tendo por base Fernandes et al., (2019), Silva e Ferreira (2018) e Nabais e Nabais (2013).

Ativo Fixo ou Aplicações Fixas Líquidas (AFL) - Compreende as aplicações duradouras, de permanência superior a 1 ano, e que serão utilizadas para além do decurso normal do ciclo de exploração. Assim, esta rubrica integra:

- Ativos fixos tangíveis;
- Ativos fixos intangíveis;
- Investimentos financeiros;
- Propriedades investimento;
- Empréstimos a entidades do grupo e associadas com carácter de permanência;
- Adiantamentos a fornecedores de investimento de médio e longo prazo;
- Outras rubricas com carácter de permanência;
- Inventários em excesso para além do que é necessário à normal atividade da entidade e que constituem aproveitamentos estratégicos.

Necessidades Cíclicas (NC) - Incluem-se nesta denominação as contas resultantes das decisões do ciclo de exploração e que envolvem necessidades de financiamento. É o caso de:

- Inventários, expurgando-se eventuais aprovisionamentos estratégicos;
- Adiantamentos a fornecedores, exceto se resultarem de aproveitamentos estratégicos;
- Clientes (clientes conta corrente, títulos a receber, cobrança duvidosa, sendo necessário deduzir as imparidades que tiverem sido constituídas para a cobertura dos créditos de cobrabilidade incerta);
- Estado e outros entes públicos (relacionados com a atividade corrente da entidade);
- Outros devedores de exploração (valores a recuperar do estado (IVA ou IRC), saldos a receber do pessoal inerentes a atividade da entidade);
- Diferimentos ativos de exploração.

Tesouraria Ativa (TA) - Constituem os ativos líquidos ou quase líquidos da entidade.

Estão incluídos:

- Meios financeiros líquidos (caixa e aplicações de tesouraria);
- Diferimentos ativos não incluídos noutra ciclo;
- Estados e outros entes públicos não incluídos noutra ciclo
- Outros devedores não incluídos noutra ciclo (como contas de acionistas e obrigacionistas).

Expurgam-se, nesta denominação, as disponibilidades assimiladas nas aplicações financeiras de carácter de permanência, bem como, as mínimas consideradas como necessidade financeira, a qual devem ser englobadas nas aplicações fixas líquidas.

Capitais Próprios - Configuram, na perspectiva funcional, os fundos à disposição da entidade (capital realizado, prestações suplementares, reservas e resultados) para utilização no período em referência. Pelo menos, devem ser expurgados de: partes de capital por realizar e resultados a ser distribuídos.

Capital Alheio Estável - Estão aqui integradas todas as dívidas de médio e longo prazo ou as que, apesar de curto prazo, têm predisposição para se permanecerem estáveis, isto é, financiamentos de curto prazo de carácter renovável, com exceção das dívidas provenientes do ciclo de exploração, que serão adicionadas aos recursos cíclicos.

Capitais Permanentes ou Recursos Estáveis (RE) - Corresponde à soma dos Capitais Próprios e Alheios Estáveis. Detalhadamente, é inserido nesta rubrica:

- Capital próprio;
- Passivo não corrente;
- Financiamentos de curto prazo ciclicamente renováveis (tal como, empréstimos bancários);
- Empréstimos de sócios ou acionistas;
- Empréstimos por títulos de participação;
- Obrigações convertíveis com tendência para a estabilidade;
- Fornecedores de investimento de médio e longo prazo.

Recursos Cíclicos (RC) - Abarca as contas resultantes das decisões associadas ao ciclo de exploração e que envolvem a criação de recursos financeiros. Decompõem-se da seguinte forma:

- Fornecedores (fornecedores de conta corrente, faturas em receção e conferência e títulos a pagar);
- Adiantamento de Clientes;
- Estado e outros entes públicos (relacionados com a atividade corrente da entidade);
- Outros credores de exploração (dívidas a sindicatos, consultores, entre outros);
- Diferimentos passivos de exploração (como remunerações a liquidar, seguros e rendas de instalações).

Tesouraria Passiva (TP) - Corresponde ao passivo imediato ou quase que resulta de decisões de financiamento. Encontram-se integradas:

- Dívidas de CP resultantes de decisões de financiamento (como empréstimos bancários, suprimento, letras descontadas e não vencidas e rendas imediatas da locação financeira);
- Acréscimos e Diferimentos não incluídos noutra ciclo;
- Estados e outros entes públicos não incluídos noutra ciclo;
- Outros credores não incluídos noutra ciclo;
- Recursos cíclicos em mora.

De modo a facilitar o entendimento, na figura 3 encontra-se esquematizado um método simples e prático de construir o Balanço Funcional, devendo ser aplicado a cada uma das suas rubricas.

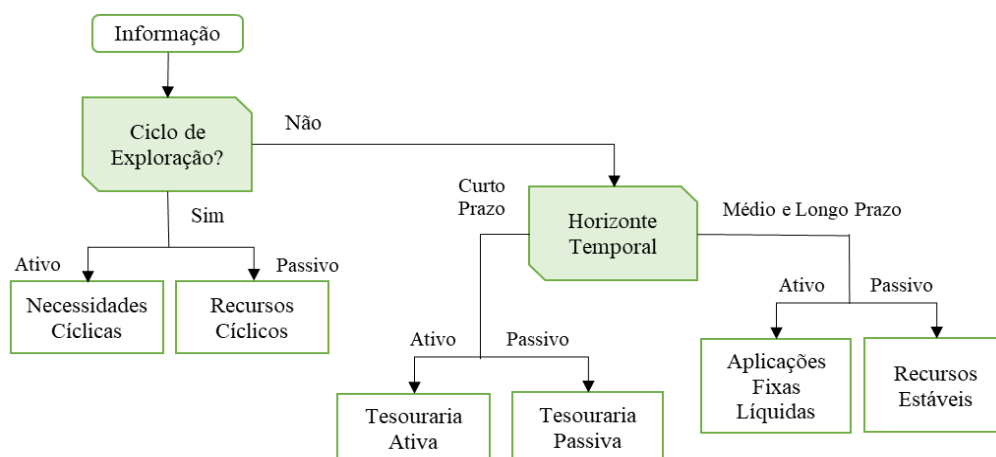


Figura 3. Esquema de construção do Balanço Funcional
Fonte: Adaptado de Fernandes et al. (2019).

Não obstante, é de salientar algumas limitações e dificuldades, de relevância, que subsistem, nomeadamente:

- A reclassificação das rubricas do balanço tradicional em função do respetivo ciclo pode ser, excessivamente difícil;
- A classificação de recursos estáveis pode ser enviesada (considere-se os casos de financiamentos de curto prazo em que pode ocorrer renovação automática);
- A dificuldade na esporádica detenção de algumas operações *off-balance sheet*, essencialmente quando não existe a obrigatoriedade de relato (Fernandes et al., 2019).

É importante referir que em alguns casos devem ser realizados ajustamentos ao balanço e à demonstração dos resultados conjuntamente, visto que as modificações que envolvam rubricas de rendimentos e gastos, implicam, conseqüentemente, das alterações no resultado do período.

Embora a estrutura do Balanço Funcional seja baseada nos ciclos financeiros possui no horizonte a premissa do princípio do equilíbrio financeiro, que consiste, de modo prático, que um investimento de CP deve ser financiado por financiamentos de CP, o mesmo se aplica aos investimentos e financiamentos de MLP.

Assim, e de acordo Fernandes et al. (2019), com uma das principais finalidades com a elaboração deste balanço assenta na facilidade de observação dos equilíbrios e

desequilíbrios financeiros que possam existir, por intermédio de indicadores, designadamente:

Fundo de Maneio Funcional (FMF) - Está associado aos ciclos de longo prazo da entidade, medindo o montante de recursos estáveis em excesso sobre as AFL que financia parte das NC, em outras palavras consiste na margem de segurança criada pelo ciclo de operações de capital sobre o ciclo de investimento. Assim, para que exista margem de segurança, este indicador deverá exibir um valor positivo. Em contrapartida, se assumir valores negativos, indica que, AFL estão a ser financiadas por parte dos fundos não estáveis, o que assume, por si só, um fator de risco.

É calculado do seguinte modo: $FMF = RE - AFL$

Necessidades de Fundo Maneio (NFM) - Está associado às necessidades de financiamento do ciclo de exploração, isto é, consiste no montante de fundos que a entidade necessita aplicar para poder financiar a sua atividade. Se este indicador exibir um valor positivo, representa que existe necessidade de financiar o ciclo de exploração. Caso contrário, retrata excedentes financeiros do ciclo de exploração, o ciclo se financia a ele mesmo.

É calculado do seguinte modo: $NFM = NC - RC$

Complementarmente, apesar de não existir um valor de referência para o FMF, este precisa, no mínimo cobrir as NFM.

Tesouraria Líquida (TL) - Encontra-se relacionada com o ciclo de financiamento de curto prazo. Nas situações em que o FMF seja suficiente para cobrir as NFM, a TL apresentará um valor positivo. Do contrário, será negativa, o que significa que as rubricas integradas na TA não conseguem fazer face as dívidas de curto prazo extra exploração, refletindo a necessidade de financiar parte das NC com operações de TP.

É calculado do seguinte modo: $TL = FMF - NFM$ ou $TL = TA - TP$

De forma a obter-se uma análise mais profunda sobre o equilíbrio financeiro de curto prazo da entidade, estes indicadores devem ser interpretados de forma integrada, visto que a sua relação provoca situações financeiras diferentes.

Em síntese, o balanço funcional é um instrumento que facilita a análise do equilíbrio financeiro e a criação de valor de uma entidade, mediante a aplicabilidade e observação dos indicadores anteriormente mencionados.

3.3.2. Demonstração de Origens e Aplicações de Fundos (DOAF)

Como já referido, o balanço patrimonial é uma demonstração financeira estática, na qual o valor nele integrados referem-se a uma data específica. Todavia, recorrer a uma análise dinâmica das aplicações e origens de fundos torna-se pertinente e de extrema utilidade, daí a necessidade de desenvolver a DOAF ou, comumente denominado, Mapa de Origens e Aplicações de Fundos (MOAF) (Silva & Ferreira, 2018).

Esta demonstração, com base na análise comparativa de balanços sucessivos, tal como da demonstração de resultados, tem como objetivo analisar as origens dos recursos financeiros de uma entidade averiguando posteriormente onde estes são aplicados. Deste modo, é um instrumento tradicional da análise financeira de apoio ao estudo da liquidez.

A figura 4 demonstra os seus elementos genéricos (Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).

Aplicações	Origens
↑↑ Ativos	↑↑ Passivo + Capital Próprio
↓↓ Passivo + Capital Próprio	↓↓ Ativos

Figura 4. Elementos Genéricos da DOAF
Fonte: Adaptado de Silva e Ferreira (2018).

Como podemos constatar na Figura 4, as origens, que correspondem a fontes de financiamento, estão associadas ao aumento do passivo e capital próprio e a redução do ativo.

As **origens**, ainda, podem ser diferenciadas entre **origens internas**, que correspondem ao autofinanciamento da entidade, em específico, a soma dos **resultados líquidos, amortizações e previsões, e de outros ajustamentos**. Atendendo que o resultado líquido do período não deverá integrar ganhos ou perdas ocorridas em exercícios económico

passados e que tenham sido contabilizados na conta de resultados transitados, por se tratar de autofinanciamento de anos anteriores (Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).

E **origens externas**, que configuram origens que não estão relacionadas com a atividade de exploração da entidade, tal como, oriundas de alienação de ativos e de capital social, e origens circulantes, que por sua vez, são provenientes da sua atividade corrente como fornecedores, estado e outros entes públicos e descobertos bancários (Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).

Especificadamente, e segundo Nabais e Nabais (2013) e Silva e Ferreira (2018), as origens externas referem-se a:

Aumentos do capital próprio - Relacionados, por exemplo, a aumentos de capital social devido a entrada de novos sócios, prémios de emissões de ações ou quotas, sendo valor de emissão superior ao valor nominal, e prestações suplementares. Expurgam-se os aumentos de capital e reservas de origem interna, designadamente, no que concerne a reavaliação de ativos e a distribuição dos resultados. Por seu turno, englobam-se, também, os incrementos da conta de resultados transitados, em razão de existir correções imputáveis a exercícios anteriores, e os ganhos resultantes da cessão de quotas e ações.

Movimentos financeiros de MLP - Consideram-se nesta rubrica a redução das dívidas a receber, o aumento das dívidas a pagar, a cessão de investimentos financeiros amortizáveis e alienação, pelo valor contabilístico, e o reembolso e a anulação, pelo valor bruto, de investimentos financeiros não renováveis.

Diminuições de ativos fixos - Abarcam-se nesta rubrica a alienação, doação, quebra e outros abates, pelo valor líquido ou contabilístico, de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Relativamente às **aplicações**, envolvem aumentos do ativo ou reduções do passivo e capital próprio, podendo estar associados com a atividade corrente, mediante aumentos das contas de disponibilidades, inventários e das dívidas de terceiro de curto prazo, bem como aplicações na aquisição de ativos, distribuições de resultados, participações financeiras ou na redução dos financiamentos obtidos. Detalhadamente, refere-se a:

Diminuições e distribuições de capitais próprios - Estas aplicações estão relacionadas com a diminuição do capital próprio, por conta da distribuição de resultados ou reembolsos das prestações suplementares, das correlações negativas imputáveis a exercícios anteriores, e das perdas na cessão de quotas ou ações próprias.

Movimentos financeiros a MLP - Integram-se nesta rubrica movimentos relativos a compras, pelo valor de aquisição, de investimentos financeiros, a incrementos dos investimentos financeiros em curso e a aumento de adiantamentos por efeito de investimentos financeiros. Embarcam, ainda, a concessão de empréstimos de financiamento e a redução das dívidas a pagar a médio e longo prazo.

Aumentos de ativos fixos - Abrangem as aquisições de ativos fixos tangíveis e intangíveis, como também, o aumento dos investimentos em curso. Excluem-se desta rubrica, outros aumentos de ativos, como as reavaliações e as transferências entre contas de investimento.

Em termos práticos, para a realização do DOAF, as contas do balanço patrimonial necessitam ser repartidas em dois grupos, nomeadamente:

- Um grupo abrange as existências, dívidas de terceiros de curto prazo, disponibilidades e dívidas de terceiros curto prazo. Mediante as variações ocorridas nestas contas obtemos a demonstração das variações dos fundos circulantes. Estas variações compõem as origens e aplicações de fundos de curto prazo;
- E o outro grupo engloba as restantes contas do Balanço. A DOAF propriamente dita é obtida através das variações ocorridas nestas contas.

As tabelas 4 e 5, respetivamente, ilustram a estrutura genérica da DOAF e da demonstração das variações dos fundos circulantes.

Tabela 4. Apresentação Genérica da DOAF

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE FUNDOS					
ORIGENS DE FUNDOS			APLICAÇÕES DE FUNDOS		
RUBRICAS	PERÍODOS		RUBRICAS	PERÍODOS	
	ANO N-1	ANO N		ANO N-1	ANO N
Internas: Resultado líquido do período (+/-) Amortizações/Depreciações Variação de provisões (+/-) Variação de imparidades (+/-)			Distribuições: Por aplicação de resultados Por aplicação de reservas		
Externas: Aumento dos capitais próprios			Diminuições dos capitais próprios		
Movimentos financeiros a MLP Reduções de investimentos financeiros Diminuição das dívidas de terceiros de MLP Aumento das dívidas a terceiros de MLP			Movimentos financeiros a MLP Aumentos de investimentos financeiros Aumento dívidas de terceiros de MLP Diminuições das dívidas a terceiros de MLP		
Desinvestimentos Cessão de ativos fixos			Investimentos Aquisição de ativos fixos Trabalhos para a própria empresa		
Diminuição dos Fundos Circulantes			Aumento dos Fundos Circulantes		
Total das Origens			Total das Aplicações		

Fonte: Adaptado de Silva e Ferreira (2018).

Tabela 5. Apresentação Genérica da Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DOS FUNDOS CIRCULANTES					
APLICAÇÕES DE FUNDOS			ORIGENS DE FUNDOS		
RUBRICAS	PERÍODOS		RUBRICAS	PERÍODOS	
	ANO N-1	ANO N		ANO N-1	ANO N
Variações Ativas Aumento de existências Aumento das dívidas de terceiros de CP Diminuição das dívidas a terceiros de CP Aumento das disponibilidades			Variações Passivas Diminuição das existências Diminuição das dívidas de terceiros de CP Aumento das dívidas a terceiros de CP Diminuição das disponibilidades		
Diminuição dos Fundos Circulantes			Aumento dos fundos circulantes		

Fonte: Adaptado de Silva e Ferreira (2018).

É de mencionar que, caso se reconheça um incremento dos fundos circulantes deduz-se que, no período, se registou um investimento ao nível do ciclo de exploração. De outro modo, ou seja, de diminuição dos fundos circulantes, entende-se que ocorreu uma redução dos fundos investidos no ciclo de exploração, de maneira a criar liquidez ao nível da tesouraria da entidade (Silva & Ferreira, 2018).

Torna-se pertinente apontar algumas limitações da sua aplicabilidade.

A análise da DOAF necessita ter em conta que os valores constados nos balanços têm natureza jurídico-fiscal, podendo não se adequarem aos fluxos reais do período em causa.

De seguida, e de acordo com Nabais e Nabais (2013), é apresentado um conjunto de operações que esclarecem este tipo de incorreções:

- Nos casos de aumento de capital devido a transferência de dívidas de fornecedores, reservas e resultados transitados para a conta capital social, não traduz na realidade uma verdadeira origem ou aplicação de fundos.
- No mesmo sentido, as reavaliações do ativo fixo tangível, que proporciona aumentos do valor do ativo e do capital próprio, não configuram fluxo de entrada ou saída.
- Algumas contas do balanço são mistas, isso é, podem apresentar simultaneamente um saldo credor, que figura o passivo, e um saldo devedor, que figura no ativo. Porém, não pode haver compensação dos saldos, pois o grau de liquidez do valor do ativo é, geralmente, diferente do grau de exigibilidade do valor do passivo. Análise financeira deve atender a esta situação, caso contrário não será objetiva.

Em síntese, a principal utilidade da DOAF está relacionada com análise da política de financiamento dos investimentos. Nesse desígnio, pelo contributo de cada natureza das origens e aplicações de fundos, torna-se possível perceber e justificar a gestão do fundo de maneio, vínculo entre o ativo circulante e o passivo circulante, (Silva & Ferreira, 2018).

3.4. Métodos e técnicas de análise financeira

A Análise financeira de qualquer entidade é elaborada com base num conjunto diversificado de métodos e técnicas de distintas naturezas e níveis de complexidade, e que podem ser aplicados de forma isolada ou conjunta (Martini et al., 2016; Wu & Ong, 2008).

Na sua generalidade, estas técnicas refletem abordagens específicas à leitura das DF das entidades. De seguida, e segundo Fernandes et al., (2019), apresentar-se-ão as primordiais:

Análise de DF de um único período - Este método é exequível quando existem apenas informações relativas a um único período. Contudo, ao basear-se somente num único período impossibilita a averiguação da perspectiva de evolução futura da entidade (Tirkey & Osamah, 2013);

Comparação de DF sucessivas - Esta técnica permite elaborar comparações com base em tendências passadas, possibilitando assim, antecipar tendências futuras. A título de exemplo temos a análise dos valores absolutos e relativos das DF (Białek & Matusiewicz, 2015; Sanchez et al., 2016);

Análise estática e dinâmica - A análise estática diz respeito à análise do desempenho financeiro da empresa a partir de um único balanço ou de vários consecutivos. Em contrapartida, a análise dinâmica corresponde a análise dos fluxos financeiros (Galindo et al., 2011);

Utilização de padrões de comparação - É um reforço para a análise do desempenho das entidades, tendo em vista que, ao possibilitar estabelecer comparações em contextos e situações apropriadas, facilita a compreensão do posicionamento relativo da entidade face às demais, e, conseqüentemente, permite executar um diagnóstico ajustado à realidade em que a entidade se insere (Ren & Dewan, 2015). Pode-se, ainda, diferenciar três tipos de padrões de comparação:

Indicadores da própria entidade em análise - Corresponde à comparação de valores em termos evolutivos (Fernandes et al., 2019; Sahu & Charan, 2013; Tirkey & Osamah, 2013);

Indicadores de entidades concorrentes - Possibilitam comparações diretas entre entidades de um grupo restrito do mesmo setor de atividade, tais como de uma mesma área geográfica, dimensão ou mercado-alvo (Madzík et al., 2015; Poh et al., 2018; Sahu & Charan, 2013; Tirkey & Osamah, 2013).

Fontes fiáveis e periódicas para obter padrões de comparação para este tipo de indicadores é por exemplo, o Portal da Justiça, imprensa especializada, conservatória do registo comercial e as próprias entidades concorrentes (Fernandes et al., 2019);

Indicadores setoriais - Cujas finalidades residem igualmente na comparação entre entidades, no entanto, agora atendendo exclusivamente ao setor de atividade.

A Central de Balanços do Banco de Portugal³, Relatórios do Instituto Nacional de Estatística ou Entidades especializadas na recolha e tratamento de informação financeira e comerciais são ótimas fontes de padrões de comparação para este tipo de indicadores (Omri, 2020; Poh et al., 2018; Stefko et al., 2017).

Análise do Risco, é uma técnica que tem como intuito a apreensão do grau de sensibilidade dos resultados futuros da entidade a possíveis modificações em variáveis críticas para o sucesso (Butzbach & von Mettenheim, 2015; De Vito & Gómez, 2020; Neifar & Jarboui, 2018; Wu & Ong, 2008).

Utilização de Rácios e Indicadores, é das principais e mais utilizadas técnicas de análise económico-financeira, visto permitir a obtenção de informação pertinente e complementar àquela que advém da simples leitura dos valores absolutos registados nas DF (Ponikvar et al., 2009). Este método será descrito em pormenor no ponto seguinte.

3.4.1. Método dos Rácios e Indicadores

Entende-se por rácio e/ou indicador a relação entre duas grandezas correlacionadas e típicas da situação da atividade ou do rendimento, efetivo orçamental, de uma entidade real, ideal ou de uma média de entidades representativas de um setor ou segmento de atividade (Silva & Ferreira, 2018). A sua aplicação depende dos objetivos da análise, da natureza dos fenómenos que se pretende mostrar ao medir e das fontes de informação que se empregam.

Segundo Drake & Fabozzi (2010), a análise de rácios e indicadores implica a aplicação de métodos, cálculos e interpretações para perceber, analisar e controlar o desempenho de uma entidade. A utilização deste método possibilita a sintetização de toda a informação pertinente acerca de um conjunto de informações financeiras. Nesse sentido, o seu objetivo visa a obtenção de informação útil, singular e complementar a informação

³ Consiste numa base de dados de informações económica e financeira sobre empresas não financeiras portuguesas (Banco de Portugal, 2021).

compreendia nos valores absolutos retratados nas demonstrações financeiras (Fernandes et al., 2019).

Este método é extremamente benéfico para o auxílio de tomadas de decisões oportunas. No caso das ESFL, a análise de rúcios e indicadores deve contribuir na percepção do alcance da sua missão, associando-se, deste modo, a uma maior transparência da informação por parte da instituição (Abraham, 2006).

Mediante vasto número de grandezas possíveis de serem confrontadas, existe, comumente, uma abundante variedade de rúcios e indicadores pelo que, em cada análise, a seleção dos rúcios e indicadores a empregar deve ter em conta: os objetivos que norteiam a análise; a peculiaridade da entidade em estudo; a consideração da não redundância e da coerência da informação; e o gosto e experiência do próprio analista (Fernandes et al., 2019).

Por seu turno, dentro da variedade, pode-se, ainda, agrupar os rúcios e indicadores consoante o tipo de informação que proporciona. Assim, é possível retratar uma classificação dos mesmos nas seguintes categorias: atividade, liquidez, estrutura financeira, rentabilidade e risco (Correia, 2014; Fernandes et al., 2019). De seguida, apresentar-se-ão alguns rúcios mais comumente utilizados numa análise económico-financeira, de acordo com a revisão de literatura efetuada.

3.4.1.1. Rácios de Atividade

Os rácios de Atividade ou Funcionamento procuram aferir o grau de eficiência na gestão dos ativos da entidade, quer sejam imobilizados ou circulantes. E por efeito, auxiliar na explanação dos impactos financeiros da gestão ao nível do ciclo de exploração (Fernandes et al. 2019; Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).

Destaca-se ainda que, no cálculo dos rácios de atividade, devem empregar-se os valores médios do balanço, visto que sendo este um documento estático que reflete a posição financeira da entidade no final de cada período económico, os valores de algumas rubricas podem estar afetados por acontecimentos casuais sucedidos no final do período. Nesse sentido, a consideração dos valores médios atenua os inconvenientes associados a essa situação. O valor médio da rubrica no ano N é obtido a partir da fórmula: $\frac{(\text{Valor da Rubrica}_{\text{ano } N-1} + \text{Valor da Rubrica}_{\text{ano } N})}{2}$, (Fernandes et al. 2019; Silva & Ferreira, 2018).

Tabela 5. Rácios de Atividade

Rácios de Atividade	Fórmula	Conceito	Fontes Bibliográficas
Prazo Médio de Inventários (PMI)	$\left(\frac{\text{Inventários}_{\text{Média}} + \text{Ativos Biológicos}_{\text{Média}}}{\text{CMVMC}^a} \right) * 365$	Reflete o tempo médio que os inventários são renovados durante o exercício económico, neste caso em dias.	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).

Rádios de Atividade	Fórmula	Conceito	Fontes Bibliográficas
Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	$\left(\frac{\text{Clientes}_{\text{Média}}^b}{\text{Volume de Negócios}^c * (1 + \text{IVA})} \right) * 365$	Mede a eficiência da política de crédito concedido, dado que revela o tempo médio que os clientes demoram a liquidar as suas dívidas, em dias.	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).
Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	$\left(\frac{\text{Fornecedores}_{\text{Média}}^b}{\text{Compras}^d * (1 + \text{IVA}) + \text{FSE}^e * (1 + \text{IVA})} \right) * 365$	Revela o tempo médio, em dias, que a entidade demora a liquidar as suas dívidas.	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).
Rotação do Ativo (RA)	$\frac{\text{Volume de Negócios}^b}{\text{Ativo Total}_{\text{Média}}}$	Mensura o grau de eficiência na utilização dos ativos (investimentos realizados), relativo às vendas e prestações de serviços (volume de negócios). Na prática, retrata o número de unidades monetárias vendidas por cada unidade monetárias investida.	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).

Nota. ^a Sigla para Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas. ^b Salienta-se que, caso seja prática usual da entidade a exigência de adiantamentos a clientes, ou serem exigidos adiantamentos à entidade por parte de fornecedores, os respetivos montantes devem ser deduzidos no numerador do rácio. ^c Integra na sua composição as Vendas e os Serviços Prestados. ^d Sigla para Fornecimento e Serviços Externos. ^e O montante das Compras é obtido através da seguinte fórmula: $\text{Compras} = \text{CMVMC} + \text{Existências}_{\text{finais}} - \text{Existências}_{\text{iniciais}}$. **Fonte:** Elaboração Própria (2021).

3.4.1.2. Rácios de Liquidez

O conceito de liquidez está relacionado com a capacidade de um determinado ativo de ser transformado em meios líquidos. Deste modo, os rácios de liquidez facultam informação sobre a capacidade de uma entidade cumprir as suas responsabilidades exigíveis de CP, tal como, o pagamento ao Estado e a outros credores correntes, das dívidas a fornecedores, e a amortização de financiamentos com maturidade inferior a 1 ano (Correia, 2014; Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).

Tabela 6. Rácios de Liquidez

Rácios de Liquidez	Fórmula	Conceito	Fontes Bibliográficas
Liquidez Geral (LG)	$\frac{\textit{Ativo Corrente}}{\textit{Passivo Corrente}}$	Atenta o equilíbrio entre recursos e obrigações de curto prazo, examinando a aptidão da entidade para fazer face aos seus compromissos de curto prazo, recorrendo aos seus ativos correntes.	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013; Ryan & Irvine, 2012; Sahu & Charan, 2013; Silva & Ferreira, 2018; Tirkey & Osamah, 2013).
Liquidez Reduzida (LR)	$\frac{\textit{Ativo Corrente} - \textit{Inventários}}{\textit{Passivo Corrente}}$	Permite averiguar se a entidade tem aptidão para solver as suas obrigações de curto prazo através da transformação dos ativos correntes em meios monetários, excluindo aqueles que têm menor grau de liquidez (inventários).	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013; Sahu & Charan, 2013; Silva & Ferreira, 2018).

Rácios de Liquidez	Fórmula	Conceito	Fontes Bibliográficas
Liquidez Imediata (LI)	$\frac{\textit{Meios Financeiros Líquidos}}{\textit{Passivo Corrente}}$	Considera apenas o valor disponível de imediato pela entidade para fazer face ao seu passivo corrente, pelo que exprime o grau de cobertura dos passivos de curto prazo por meios financeiros líquidos (disponibilidades).	(Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).

Fonte: Elaboração Própria (2021).

3.4.1.3. Rácios de Solvabilidade e de Estrutura Financeira

Os Rácios/Indicadores de Solvabilidade e de Estrutura Financeira refletem a capacidade financeira de uma entidade para garantir a solvência dos seus compromissos, em todos os horizontes temporais (CP e MLP), assim como a sua autonomia e mobilizar novos fluxos de capitais (Correia, 2014; Silva & Ferreira, 2018).

Tabela 7. Rácios de Solvabilidade e de Estrutura Financeira

Rácios de Solvabilidade e de Estrutura Financeira	Fórmula	Conceito	Fontes Bibliográficas
Autonomia Financeira (AF)	$\left(\frac{\textit{Fundos Patrimoniais}}{\textit{Ativo Total}} \right)$	Mede a independência da entidade face ao capital alheio, e retrata a proporção do ativo total que é financiada com fundos patrimoniais. Em outras palavras, exprime a solidez financeira de uma entidade e a sua capacidade para solver os seus compromissos não correntes.	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).
Endividamento Total (ET)	$\left(\frac{\textit{Passivo Total}}{\textit{Ativo Total}} \right)$	Congruente à Autonomia Financeira, determina a independência da entidade face ao capital alheio, realizando a medição do peso do passivo no total das fontes de financiamento da entidade.	(Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).
Estrutura do Endividamento (EE)	$\left(\frac{\textit{Passivo Corrente}}{\textit{Passivo Total}} \right)$	Analisa se a carga do endividamento da entidade recai, maioritariamente, no CP ou MLP, aferindo a estrutura do capital alheio.	(Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).
Solvabilidade	$\frac{\textit{Fundos Patrimoniais}}{\textit{Passivo Total}}$	Define o grau de cobertura do passivo pelo capital próprio, aferindo a aptidão da entidade para fazer face aos seus compromissos de médio e longo prazo, e que, por consequência, reflete o risco que os credores estão sujeitos.	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019; Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).

Rádios de Solvabilidade e de Estrutura Financeira	Fórmula	Conceito	Fontes Bibliográficas
Estrutura Financeira (EF) [<i>Debt-to-equity ratio</i>]	$\frac{\textit{Passivo Total}}{\textit{Fundos Patrimonial}}$	Permite conhecer a estrutura de capitais de uma instituição ao aferir o grau de financiamento dos seus ativos por meio de capitais alheios.	(Omar et al., 2013; Sahu & Charan, 2013; Silva & Ferreira, 2018; Tirkey & Osamah, 2013).
Cobertura de Gastos de Financiamento (CGF)	$\frac{\textit{Resultado Operacional}^a + \textit{Rendimentos financeiros}}{\textit{Gastos de Financiamento (GF)}}$	Determina a aptidão da entidade atingir resultados suficientes para suportar as suas obrigações de natureza financeira (gastos de financiamento).	(Nabais & Nabais, 2013; Silva & Ferreira, 2018).
Cobertura do Serviço da Dívida (CSD)	$\frac{\textit{Resultado Operacional}^b}{\textit{GF} + \textit{Dívida Financeira}}$	Mensura a competência de uma entidade para conseguir satisfazer os seus compromissos financeiros, relacionando o serviço da dívida que a entidade suporta com o resultado operacional que gera.	(O’Toole & Slaymaker, 2021; Silva & Ferreira, 2018).

Nota. ^a Diz respeito ao resultado operacional antes gastos de financiamento e impostos (EBIT - sigla em inglês para “*Earnings Before Interest and Taxes*”). ^b Corresponde ao resultado operacional ande de gastos de financiamento, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA - sigla em inglês para “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*”). **Fonte:** Elaboração Própria (2021).

3.4.1.4. Rácios de Rendibilidade

A rendibilidade, como já mencionado, está associada com os resultados conquistados por uma entidade num determinado momento. Assim, os rácios/indicadores de rendibilidade são utilizados para definir a eficiência com que a entidade emprega os seus ativos. Melhor dizendo, visam relacionar os resultados com os meios necessários para atingir esses resultados (Correia, 2014; Silva & Ferreira, 2018). Realça-se que, em relação às ESNL, a obtenção de níveis de rendibilidade elevados não constitui de todo o seu principal objetivo. Contudo, as instituições necessitam procurar pelo menos obter níveis suficientes para manter a sua atividade social.

Tabela 8. Rácios de Rendibilidade

Rácios de Rendibilidade	Fórmula	Conceito	Fontes Bibliográficas
Rendibilidade Líquida das Vendas (RLV)	$\left(\frac{\text{Resultado Líquido do período (RLP)}}{\text{Volume de Negócios}^a} \right) * 100$	Amplamente familiarizado na literatura como <i>Return on Investment</i> (ROI). Reflete o ganho obtido, em termos líquidos, pela entidade por cada unidade monetária vendida.	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019; Silva & Ferreira, 2018).
Rendibilidade Operacional da Vendas (ROV)	$\left(\frac{\text{Resultado Operacional}^b}{\text{Volume de Negócios}^a} \right) * 100$	Comumente conhecido por Margem Operacional, reflete o ganho obtido em termos operacionais, por cada unidade monetária vendida.	(Fernandes et al., 2019; Silva & Ferreira, 2018).

Rádios de Rendibilidade	Fórmula	Conceito	Fontes Bibliográficas
Rendibilidade do Ativo (RAT)	$\left(\frac{RLP + \text{Gastos de financiamento} * (1 + t)^c}{Ativo Total_{Média}} \right) * 100$	Avalia o desempenho dos capitais totais (próprios ou alheios) investidos pela entidade, isto é, independentemente das decisões de financiamento.	(Fernandes et al., 2019).
Rendibilidade Operacional do Ativo (ROA)	$\left(\frac{Resultado Operacional^b}{Ativo Total_{Média}} \right) * 100$	Averigua a eficiência e aptidão de gestão dos ativos detidos pela entidade em termos de produção de resultados financeiros. Por outras palavras, corresponde ao ganho obtido, em termos operacionais, por cada unidade monetária vendida.	(Bowman, 2011; Davis & Peles, 1993; Fernandes et al., 2019; Ren & Dewan, 2015; Ryan & Irvine, 2012).
Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais (RFP)	$\left(\frac{RLP}{Fundos Patrimoniais_{Média}} \right) * 100$	Determina a capacidade dos fundos patrimoniais de uma entidade gerar retorno financeiro. Todavia, tendo em conta as características singulares das ESNL, este rácio pode ser utilizado para examinar a taxa de crescimento dos fundos patrimoniais com base nos resultados alcançados pela entidade.	(Artiach et al., 2010; Correia, 2014; Duarte, 2016; Fernandes et al., 2019; Lourenço & Branco, 2013; Shao, 2010; Silva e Ferreira, 2018).

Nota. ^a Integra na sua composição as Vendas e os Serviços Prestados. ^b Corresponde ao resultado operacional antes gastos de financiamento e impostos (EBIT - “*Earnings Before Interest and Taxes*”). ^c O fator fiscal, dado pelo valor $(1 - t)$, em t é a taxa de imposto considerada para o cálculo do imposto sobre o rendimento, pode ser obtido pela fórmula: $\frac{RLP}{Resultado \text{ antes de impostos}}$. **Fonte:** Elaboração Própria (2021).

3.4.1.5. Rácios de Avaliação do Risco

No exercício da sua atividade as entidades enfrentam um conjunto de riscos que influenciam o seu desempenho. Assim, como já citado, o risco está associado a incerteza relativa a acontecimentos futuros e o seu impacto em variáveis críticas da entidade. Na análise financeira, o risco deve ser visto como a variação presumível dos fluxos de caixa futuros. Pode-se dividir em dois grupos: o risco económico e o risco financeiro (Correia, 2014; Fernandes et al., 2019).

O risco económico corresponde a probabilidade dos resultados operacionais, (EBIT), ser inapropriados aos objetivos da entidade, isto é, que os rendimento e ganhos não sejam suficientes para cobrir os gastos e perdas operacionais (Fernandes et al., 2019). Em contrapartida, o risco financeiro está associado à capacidade de entidade satisfazer as suas obrigações de dívida, e geralmente é medido usando o grau em que o financiamento da dívida é empregado em relação aos fundos próprios da entidade (Drake & Fabozzi, 2010). A análise do risco global corresponde a conjunção da análise do risco económico com o risco financeiro (Fernandes et al., 2019).

Tabela 9. Rácios de Avaliação do Risco

Rácios de Avaliação do Risco	Fórmula	Conceito	Fontes de Bibliográficas
Ponto Crítico das Vendas (PCV)	$\frac{\text{Gastos Fixos}}{\text{Margem Bruta Vendas}}$	Representa o valor das vendas para qual a entidade apresenta um resultado operacional nulo, isto é onde todos os gastos operacionais são cobertos pelo nível de vendas. Também conhecido como ponto de equilíbrio.	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019).

Rácios de Avaliação do Risco	Fórmula	Conceito	Fontes de Bibliográficas
Margem de Segurança (MS)	$\frac{\text{Vendas} - \text{PCV}}{\text{Vendas}}$	Reflete a quantidade de vendas, num dado momento, acima do PCV. Por outras palavras, quantidade ou percentagem que as vendas poderiam cair sem afetar a entidade.	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019).
Grau de Alavanca Operacional (GAO)	$\frac{\text{Margem Bruta}^a}{\text{Resultado Operacional}^b}$	Mensura a volatilidade dos resultados operacionais face a variações ocorridas ao nível do volume de negócios.	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019).
Grau de Alavanca Financeira (GAF)	$\frac{\text{Resultado Operacional}^b}{\text{Resultado Antes de Impostos}}$	Examina a sensibilidade dos resultados líquidos do período face a variações ocorridas nos resultados operacionais.	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019).
Grau de Alavanca Combinada (GAC)	$\text{GAO} * \text{GAF}$	Determina a sensibilidade dos resultados líquidos do período (pela via dos resultados antes de impostos) face as variações ocorridas no volume de negócios.	(Correia, 2014; Fernandes et al., 2019).

Nota. ^a A Margem Bruta é obtida pela fórmula: **Margem Bruta = Volume de Negócios – Gastos Variáveis = Vendas e serviços prestados - (CMVMC – Fornecimento e Serviços Externos (FSE))**. ^b Corresponde ao resultado operacional antes gastos de financiamento e impostos (EBIT - “*Earnings Before Interest and Taxes*”).

Fonte: Elaboração Própria (2021).

Não obstante, o método dos rácios/ indicadores não está imune a críticas. Embora a análise de rácios possa fornecer informações úteis sobre as operações e condição financeira de uma dada empresa, ela acarreta limitações, e os analistas devem estar cientes dos problemas que podem surgir, de forma a efetuarem os ajustes necessários (Brigham & Houston, 2009).

Nabais e Nabais (2013) enumera um conjunto de fatores que limitam o alcance prático da técnica dos rácios, designadamente:

- Relacionam dados quantitativos, contudo, não consideram fatores qualitativos;
- São influenciados pela sazonalidade da atividade e os seus montantes;
- Dependem dos critérios de volumetria, de amortizações, entre outros;
- Os rácios, isolados, apresentam pouco interesse;
- A sua interpretação está condicionada pelo setor e pela conjuntura económica;
- São permeáveis a inflação;
- As comparações realizadas, baseadas em rácios de entidades similares ou setoriais, podem apresentar imperfeições se tiverem por base diferentes práticas contabilísticas.

Em síntese, o método dos rácios e indicadores é de simples e acessível aplicação, proporcionando-nos informações relevantes, sintéticas e analíticas acerca da atividade, estrutura e desempenho das entidades e, conseqüentemente, auxilia nas tomadas de decisões oportunas. Contudo, há que estar ciente das suas limitações.

3.5. Auditoria Financeira

A Auditoria Financeira pode ser entendida como um processo objetivo e sistemático, efetuado por um terceiro independente, com o intuito de avaliar e adquirir evidências a respeito das asserções sobre ações e eventos económicos, para averiguar o nível de conformidade entre essas asserções e os critérios estabelecidos, comunicando, no final, aos utilizadores da informação, os resultados (Aksu & Kosedag, 2006; Almeida, 2019; Dinc & Bilgin, 2020; Kanapickienė & Grundienė, 2015).

Por outras palavras, a Auditoria Financeira assente na avaliação da qualidade da informação financeira produzida, assim como na salvaguarda dos ativos e no cumprimento dos normativos contabilísticos que a entidade auditada está sujeita (Aksu & Kosedag, 2006; Borlea et al., 2017; Ghosh & Tang, 2015).

Sendo que, e segundo a Diretriz de Revisão/Auditoria (DRA), 510 “Prova de Revisão/ Auditoria”, as asserções subjacentes às DF correspondem a informações notificadas pelos gestores, de modo explícito ou não, integradas nas DF, ao nível da mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação dos diversos elementos as constitui.

A *International Federation of Accountants* (IFAC), em 2009, por meio da Norma Internacional de Auditoria⁴ (ISA) 200, *Objetivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria*, enfatiza que a primordial finalidade de uma auditoria financeira consiste no incremento do grau de confiança dos utilizadores das DF (Forte et al., 2017; Ghecham & Salih, 2019).

Deste modo, o auditor, profissional qualificado e independente à entidade auditada, averigua se as demonstrações financeiras foram elaboradas, em todos os aspetos materiais, segundo o normativo aplicável, emitindo no final do seu trabalho uma opinião objetiva sobre as mesmas (Costa, 2018; Almeida, 2019).

Nesse sentido, os pareceres emitidos pelo(s) auditor(es), pretendem, essencialmente, atribuir credibilidade à informação financeira, atendendo às necessidades dos *stakeholders*.

O auditor coordena a sua auditoria de forma a garantir uma segurança razoável de fiabilidade, referente se as DF elaboradas se encontram isentas de distorção material, sejam estas provenientes de erro ou fraude (Dinc & Bilgin, 2020; Ghecham & Salih, 2019; Kanapickienė & Grundienė, 2015).

Sendo que, e de acordo com a ISA 200, uma distorção corresponde à diferença entre o montante, classificação, apresentação ou divulgação de um item, que se encontra retratado

⁴ Tradução em português de *International Standard on Auditing (ISA)*.

nas DF e o montante, classificação, apresentação, ou divulgação que é exigido para que esse item esteja em conformidade com o referencial de relato financeiro aplicável.

O auditor na execução do seu trabalho, reconhece e aceita determinado nível de incerteza, o designado **risco de auditoria**, que consiste no risco de o auditor expressar uma opinião de auditoria inapropriada quando as DF estejam distorcidas de forma materialmente relevante (ISA 200). Este é constituído em função de outros riscos, nomeadamente:

Risco de deteção - Consiste no risco de os procedimentos executados pelo auditor não conseguirem detetar uma distorção material e potencialmente relevante, individualmente ou em agregado com outras distorções. Em suma, é o erro do auditor falhar na sua auditoria.

Risco de distorção material - Corresponde a probabilidade de as demonstrações financeiras estarem materialmente distorcidas antes da realização de uma auditoria. Este risco, por sua vez integra

Risco inerente - Diz respeito a probabilidade de existir erros ou omissões independentemente da existência de qualquer tipo de controlo preexistente na entidade auditada.

Risco de controlo - Nada mais é que, o risco de que uma distorção não seja prevenida, detetada e corrigida tempestivamente pelo controle interno de determinada entidade.

Assim, no intuito de obter uma garantia razoável de fiabilidade das DF, o auditor deve conseguir adquirir prova de auditoria suficiente e apropriada para reduzir o risco de auditoria, para um nível aceitavelmente baixo e, em consequência, permitir ao auditor extrair conclusões razoáveis que sirvam de base para a sua opinião (ISA 200, Costa, 2018; Almeida, 2019).

Deste modo, torna-se crucial, que o auditor no decorrer do seu trabalho recorra a um conjunto de procedimentos de auditoria, na qual consiste num conjunto de métodos e técnicas empregados pelo auditor para adquirir evidências ou provas que fundamentem as

suas opiniões, recomendações e comentários expressos no Relatório de Auditoria (Abdi et al., 2018; Dinc & Bilgin, 2020).

Congruentemente, os procedimentos de auditoria adotados numa auditoria têm em vista a manipulação do risco de detecção de forma a manter o risco de auditoria aceitavelmente baixo, mediante os objetivos estabelecidos para o trabalho de auditoria (Abid et al., 2018; Chen & Leitch, 1998; Khalil & Mazboudi, 2016; Zhu & Zheng, 2020).

Em suma, a redução do risco que estão sujeitas, a melhoria da qualidade do relato financeiro, a prevenção e detenção de fraudes, assim como o aperfeiçoamento da consecução da auditoria, são alguns dos benefícios da utilidade e relevância de uma auditoria para as entidades.

3.5.1. Procedimentos Analíticos de Auditoria

A designação de procedimentos analíticos e a sua adaptação ao ambiente de risco na qual é desenvolvido a auditoria encontra-se regulada na ISA 520 - *Procedimentos Analíticos*.

Segundo referida norma, os procedimentos analíticos correspondem a avaliações da informação financeira realizada a partir da análise de relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Simultaneamente, incluem a investigação de flutuações ou de relações identificadas que sejam inconsistentes com outras informações importantes ou que se difiram significativamente de quantias que tenham sido previstas (Chen & Leitch, 1998).

Pinho (2009) refere que a aplicação de procedimentos analíticos de auditoria tem como fundamento principal a diminuição de testes substantivos de detalhe ou definição de áreas onde é necessária uma maior evidência substantiva, bem como a deteção de erros e fraudes.

Ameen e Strawser (1994), em consonância com a ISA 520, afirma que a aplicação de procedimentos analíticos é consistente em todas as fases do trabalho de auditoria, isto é, quer seja na fase do planeamento, execução ou emissão de opinião. Todavia, segundo o estudo realizado por Pinho (2009), são mais utilizados na fase de planeamento para a

avaliação do risco, a fim de adquirir uma melhor compreensão da entidade e do seu meio envolvente.

A utilização destes procedimentos nesta fase do trabalho da auditoria pode revelar aspetos de uma entidade na qual o auditor não se encontra ciente e auxiliá-lo, essencialmente, na avaliação dos riscos de distorção material a fim de definir a natureza, tempestividade e extinção de outros procedimentos de auditoria (Costa, 2018).

De acordo com Costa (2018), os procedimentos analíticos incluem ter em conta a comparação da informação financeira da entidade, com:

- Informação comparável de períodos anteriores (real ano n *versus* real n-1);
- Os resultados previstos pela entidade, como previsões ou orçamentos (real ano n *versus* previsão realizada no ano n-1 para o ano n) ou com as expectativas do auditor, bem como a estimativa da depreciação;
- As informações similares do mesmo setor de atividade, como por exemplo, a comparação de rácios, com a média do setor ou com outras entidades de dimensão equiparável do mesmo setor.

De realçar que os procedimentos analíticos também integram ter em consideração relações:

- Entre componentes da informação financeira que seria expectável estar em conformidade com modelo previsto alicerçado na experiência da entidade, como percentagens de margem bruta;
- Entre informações financeiras não financeiras pertinentes, tal como a relação entre o total da folha de remunerações com o de trabalhadores (Costa, 2018).

Neste trabalho focar-nos-emos na comparação de informação financeiras relativa a períodos anteriores da entidade em análise e do respetivo setor.

4. Metodologia

A seleção de uma metodologia apropriada a uma investigação está intrinsecamente ligada ao objeto de estudo e com os objetivos que se desejam atingir. Contudo, para que se possa considerar um trabalho ou relatório de investigação de carácter científico é necessário identificar, de forma clara e eficiente, as técnicas e operações mentais adotadas para a sua verificação, isto é, quando é possível determinar o método que possibilitou o alcance do conhecimento adquirido no trabalho de investigação (Arnett & Madhavaram, 2012; Fok et al., 2004; Nielsen & Smeets, 2018; Pisano et al., 2017). De acordo com Gil (1994), um método pode ser considerado como um “caminho para se chegar a determinado fim” (p.8).

A metodologia científica baseia-se em juntar evidências observáveis e mensuráveis assentes na experiência e as analisar com coerência e lógica. A utilização de um método científico, qualitativos e quantitativo exploratório permite ao investigador responder a questões, isto é, possibilita a obtenção de informação precisa e fiável (Mendonça et al., 2004; Scaltrito, 2016).

Todo o tipo de investigação apresenta vantagens e desvantagens, portanto a tomada de decisão de optar por um ou outro tipo de investigação deve focar-se, essencialmente, nos objetivos que se visam atingir, podendo-se assim maximizar as vantagens da aplicabilidade de um determinado tipo de investigação, e em contrapartida, diminuir as suas desvantagens. Salvo que, é possível combinar diversos tipos de investigação (Aalbers et al., 2016; Al-dalaien et al., 2018; Forte et al., 2017; Gupta et al., 2015; Hsu & Chang, 2011; Palvalin et al., 2018; Roozbeh, 2018).

Assim, como o presente trabalho tem como um dos objetivos a elaboração de uma análise económico-financeira de uma ESNL, na qual o parecer final poderá ser, em muitos casos, adotado e adaptado à generalidade e realidade deste tipo de entidades, a estratégia de pesquisa adotada é um estudo de caso.

Segundo Yin (2001), uma investigação empírica analisa um determinado fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando esse fenómeno não está claramente definido.

Esta estratégia de pesquisa se suporta na ideia de que a análise de uma unidade de um dado universo possibilita, com razoável grau de confiança, a compreensão da generalidade do mesmo, desde que o investigador tome cuidado de escolher o caso adequadamente (Gil, 1994).

Segundo Neves (2015), a análise da situação económica e financeira de uma entidade necessita, primordialmente, preocupar-se em atender a duas questões:

- Em que medida a entidade dispõe de recursos financeiros apropriados às suas necessidades operacionais, ou poderá vir a dispor desses recursos, de forma a garantir a consecução dos seus objetivos e assegurar sua independência perante terceiros?
- Qual a capacidade que a entidade possui para gerar rendimentos, possibilitando assim a satisfação de todos os que dela participam, bem como a subsistência e expansão da sua atividade?

Por outras palavras, a primeira questão alude ao estudo da situação financeira, isto é, à análise dos conceitos referentes ao ciclo de exploração, endividamento, equilíbrio financeiro de curto e médio e longo prazo, solvabilidade e liquidez. Por sua vez, a segunda questão incide na análise da entidade na perspectiva económica, avaliando o seu grau de eficiência, em termos de rentabilidade e risco (Neves, 2015).

Deste modo, atendendo ao objetivo da realização de uma análise económico-financeira de uma ESNL e a revisão de literatura efetuada, o estudo da análise económico-financeira basear-se-á, essencialmente, na análise do equilíbrio financeiro, de CP e MLP, liquidez, funcionamento, estrutura financeira, solvabilidade, rentabilidade e risco da entidade em análise. Complementarmente, *a priori*, é efetuada a aplicação e análise do balanço funcional e da DOAF.

No que concerne ao objeto em estudo, corresponde ao próprio caso, isto é, a entidade na qual se realiza o estágio, a CERCIAV, CRL. Este objeto é de carácter não probabilístico e por conveniência, ou seja, a seleção do caso foi feita de forma arbitrária, em função da conveniência da investigadora.

4.1. Métodos de recolha e tratamento dos dados

Para analisar a situação económico-financeira da CERCIAV, CRL, cooperativa sem fins lucrativos, recorreu-se ao estudo de caso da mesma, com aplicação de uma metodologia mista, quantitativa e qualitativa (Lourenço & Branco, 2013; Marginean et al., 2015; Peffers & Tuunanen, 2005; Wu & Ong, 2008).

Relativamente aos dados utilizados, recorreu-se à recolha de dados primários recolhidos por meio de conversas informais, ao longo do estágio, às pessoas competentes (órgãos da direção – diretora, gestor financeiro e chefe dos serviços gerais), bem como à recolha de dados secundários provenientes de elementos internos da entidade, mais concretamente, análise de documentos contabilísticos como as DF compreendidas entre 2018-2020.

Do mesmo modo, recolheu-se a mesma informação secundária dos relatórios de contas referentes ao setor terciário para o mesmo período, através do Portal do Banco de Portugal (Central de Balanços) utilizando o Código de Atividade Económica (CAE), 88102 - *Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento*, de acordo com a atividade específica desenvolvida pela instituição, que compreendia 71 entidades. (Acar & Ozkan, 2017; Dinc & Bilgin, 2020; Lanier Jr. et al., 2010). Alerta-se para o facto de não ser possível discernir, com utilização do CAE, as organizações lucrativas das não lucrativas. Contudo, acredita-se que, ainda assim, é uma boa base de comparação, visto ser o setor de atividade económica que mais se aproxima da realidade do objeto em análise, sendo as confrontações e conclusões efetuadas plausíveis.

Em suma, como o relatório de estágio é baseado, fundamentalmente, em conhecimentos adquirido durante a realização do estágio, a metodologia adotada assente na observação participante, conversas informais e análise de documentos relevantes, aplicando uma abordagem, principalmente, qualitativa. A aplicação deste tipo de abordagem é pertinente para a investigação, visto permitir compreender o fenómeno através da interpretação e descrição do mesmo (Lourenço & Branco, 2013; Dinc & Bilgin, 2020; Wu & Ong, 2008).

Trata-se de uma abordagem flexível, rica em contexto e subjetiva. Esta é frequentemente usada em técnicas indutivas e exploratórias, onde enfatiza a recolha de dados qualitativos e realça a análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados (Yin, 2001).

Esta metodologia permitirá adquirir um apropriado conhecimento do ambiente organizacional e dos processos associados ao estudo. Desta forma, em termos de objetivos, o trabalho de investigação, tem como natureza uma investigação exploratória, enquadrada numa pesquisa aplicada, visto que o seu propósito é esclarecer e apurar conceitos e ideias sobre análise económico-financeira das ESNL, e complementar os conhecimentos já existentes sobre o mesmo, com vista a tornar o tema abordado mais explícito, possibilitando assim a resolução de problemas. As técnicas quantitativas de recolha de dados e procedimentos de amostragem não são usualmente aplicadas neste tipo de pesquisa (Gil, 1994).

Tendo em conta as características da pesquisa e os métodos de recolha de dados selecionados, o tratamento dos dados centrar-se-á na análise de conteúdo, na qual consiste num conjunto de mecanismos metodológicos aplicáveis a discursos, escritos ou verbais (Bardin, 2016). A análise de conteúdo permite condensar os dados, categorizá-los e uniformizá-los de forma a tornar mais acessível a análise das respostas e suas interpretações (Bardin, 2016).

5. Aplicação Prática – CERCIAV, CRL

5.1. Diagnóstico Económico-Financeiro da Entidade

A realização de um diagnóstico económico-financeiro tem como objetivo sintetizar a situação de um entidade nas diversas vertentes, sendo constituído, essencialmente, por análises de equilíbrio financeiro de CP (designadamente, a análise da liquidez, que abrange quer rácios de natureza eminentemente financeira, quer de atividade de CP) e de MLP (como a análise da solvabilidade, estrutura de financeira e de atividade de MLP), de rentabilidade e de risco, de modo a conseguir uma caracterização integral daquilo que é a posição relativa da entidade num dado contexto económico (Fernandes et al., 2019).

Salienta-se, uma vez mais, que o presente estudo visa realizar uma análise económico-financeira numa ESFL, particularmente, em uma instituição equiparada a uma IPSS. Especificamente, a sua aplicação prática é realizada na CERCIAV, CRL, entidade acolhedora do estágio, já caracterizada anteriormente, para o triénio 2018-2020.

Os dados setoriais apresentados, em conformidade com a atividade específica da entidade em análise, foram calculados mediante as informações estatísticas constantes da Central de Balanços do Banco de Portugal. Refere-se ainda que foi assumido, por falta de indicações, que os balanços do setor não sofreram ajustamentos financeiros e que a adequação aos ciclos financeiros já se encontra efetuada.

A informação recolhida do setor encontra-se exposta no anexo VI deste relatório. Por sua vez, os dados da CERCIAV, CRL, têm origem, essencialmente, nos seus balanços patrimoniais e demonstração de resultados por naturezas dos períodos em análise (anexos II e III).

5.1.1. Balanço Funcional

Com base na informação financeira disponível, em primeiro lugar, foram realizadas as correções às DF pertinentes para elaboração do balanço funcional, a fim de evidenciar a situação financeira da CERCIAV, CRL, relativos ao triénio em estudo. Salienta-se que as

correções efetuadas não tiveram impacto nas demonstrações de resultados do triénio. Nesse sentido, procederam-se os seguintes ajustamentos:

- Atendendo ao carácter de permanência e renovação consecutiva da rubrica de “Financiamentos obtidos” integrada no passivo corrente do balanço patrimonial, passa a ser considerada como uma conta de MLP. Sendo o seu procedimento:
 - Reduzir a rubrica de “Financiamentos obtidos” no passivo corrente, no montante respetivo a cada um dos anos do triénio;
 - Incrementar a referida rubrica no passivo não corrente, no mesmos montantes para cada ano do triénio.

Não sendo identificadas mais correções convenientes a efetuar ao balanço patrimonial, procede-se à reclassificação das respetivas contas, consoante os ciclos financeiros da entidade, com vista a realizar o seu balanço funcional. Importa referir, mais uma vez, que não foram necessários executar ajustamentos às demonstrações de resultados. Para o efeito, baseou-se no esquema apresentado na figura 3.

Detalhadamente, as decisões tomadas para a sua construção foram as seguintes:

- As AFL do balanço funcional, correspondem a totalidade do ativo não corrente do balanço patrimonial;
- Todas as rubricas do ativo corrente do balanço patrimonial associadas à atividade principal da CERCIAV, CRL, foram consideradas como NC. Atente-se que, no que se respeita à rubrica “Outras contas a receber”, apenas considerou-se como NC a parte relacionada com a exploração corrente;
- Na TA integraram-se todas as rubricas do ativo corrente tipicamente associadas com as operações financeiras de tesouraria. Adicionalmente, considerou-se a rubrica “Outras contas a receber” que corresponde a atividades de extra exploração e depreende-se que se trata de uma rubrica de CP por expressar um comportamento decrescente e estagnante ao longo do período em análise;
- No que respeita aos RE considerou-se pertinente englobar a totalidade dos fundos patrimoniais e passivo não corrente do balanço tradicional, devidamente

- ajustado pelas correções ao passivo não corrente anunciados anteriormente;
- Incluiu-se nos RC todas as rubricas do passivo corrente do balanço patrimonial associadas à atividade principal da entidade. Realça-se que, no que concerne à rubrica “Outras contas a pagar”, só se considerou como RC a parte relacionada com a exploração corrente;
 - Por fim, considerou-se como TP todo o financiamento obtido proveniente das decisões de financiamento, de extra exploração, de CP. Assim, integrou-se na TP parte da rubrica “Outras contas a pagar” que respeitava estes parâmetros, pois percebendo-se como extra exploração, exibem, comumente, tendências de evolução no CP (aponta-se ao facto da sua evolução ser aleatória ao longo do período em análise).

A apresentação do balanço funcional da CERCIAV, CRL, para o triénio 2018-2020, encontra-se representados no apêndice I do presente relatório.

5.1.2. Análise dos valores absolutos e relativos do Balanço Funcional

Com vista a explorar os elementos contantes no balanço funcional e obter informações quantitativas que possibilitem, entre outros aspetos, aferir tendências de evolução integral da entidade ao longo do período em análise, usufrui-se das técnicas de análise dos valores absolutos e relativo, no âmbito da comparação das DF sucessivas (Fernandes et al., 2019). A tabela 10 apresenta esta informação de forma sucinta.

Em relação aos elementos inseridos no balanço funcional observa-se, pela variação de valores absolutos e relativos, que existe uma quebra significativa no total do ativo ao longo do triénio, à cerca de 18% de ano para ano. Este comportamento é transversal a maioria dos elementos do ativo total, contudo, ressalvo a TL que, na sua globalidade, apresentam um ligeiro crescimento, de 2019 para 2020. Em contrapartida, as NC, exibem um incremento de 2018 para 2019, e um decréscimo no ano seguinte.

Tabela 10. Variações Absolutas e Relativas dos elementos do Balanço Funcional (Ativo)

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	DATAS							
	31/12/2018		31/12/2019			31/12/2020		
	Montante	% ⁵	Montante	%	$\Delta 2019/2018$ (%) ⁶	Montante	%	$\Delta 2020/2019$ (%)
ATIVO								
Ativos Não Corrente								
Aplicações Fixas Líquidas								
Ativos fixos tangíveis	797 266,93	62%	558 341,60	53%	-30%	476 247,38	54%	-15%
Ativos intangíveis	-	0%	-	0%	-	-	0%	-
Investimentos financeiros	4 952,08	0%	6 696,59	1%	35%	7 995,55	1%	19%
Total das Aplicações Fixas Líquidas	802 219,01	63%	565 038,19	53%	-30%	484 242,93	55%	-14%
Total do Ativo Não Corrente	802 219,01	63%	565 038,19	53%	-30%	484 242,93	55%	-14%
Ativo Corrente								
Necessidades Cíclicas								
Inventários	-		-	0%	-	-	0%	-
Créditos a receber (Clientes e Utentes)	40 004,57	3%	31 164,23	3%	-22%	28 131,56	3%	-10%
Estado e outros entes públicos	4 571,54	0%	648,93	0%	-86%	305,58	0%	-53%
Outras contas a receber	321 481,75	25%	379 632,47	36%	18%	277 923,87	32%	-27%
Diferimentos	6 041,62	0%	5 564,82	1%	-8%	4 791,70	1%	-14%
Outros ativos correntes	7 324,08	1%	10 571,22	1%	44%	9 042,32	1%	-14%
Total das Necessidades Cíclicas	379 423,56	30%	427 581,67	40%	13%	320 195,03	37%	-25%
Tesouraria Ativa								
Caixa e depósitos bancários	91 201,86	7%	66 243,60	6%	-27%	67 814,66	8%	2%
Outras contas a receber	3 786,67	0%	2 970,00	0%	-22%	2 970,00	0%	0%
Total da Tesouraria Ativa	94 988,53	7%	69 213,60	7%	-27%	70 784,66	8%	2%
Total do Ativo Corrente	474 412,09	37%	496 795,27	47%	5%	390 979,69	45%	-21%
Total do Ativo	1 276 631,10	100%	1 061 833,46	100%	-17%	875 222,62	100%	-18%

Fonte: Elaboração Própria (2021).

⁵ Os valores relativos (%) são calculados pela fórmula: % da Componente Y sobre a Rubrica $X_{Ano N} = \left(\frac{Componente Y_{Ano N}}{Total Rubrica X_{Ano N}} \right) * 100\%$.

⁶ As variações (Δ) são obtidas através da fórmula: $\Delta_{Ano N/N-1}(\%) = \left(\frac{Rubrica Ano N - Rubrica Ano N-1}{Rubrica N-1} \right) * 100\%$.

Tabela 11. Variações Absolutas e Relativas dos elementos do Balanço Funcional (Fundos Patrimoniais e Passivo)

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	DATAS							
	31/12/2018		31/12/2019			31/12/2020		
	Montante	%	Montante	%	Δ2019/2018 (%)	Montante	%	Δ2020/2019 (%)
FUNDOS PATRIMONIAIS								
Recursos Estáveis								
Fundos Patrimoniais								
Fundos	3 756,09	0%	3 831,09	0%	2%	3 856,09	0%	1%
Reservas legais	363,11	0%	363,11	0%	0%	363,11	0%	0%
Reservas	865 279,78	68%	698 783,54	66%	-19%	698 783,54	80%	0%
Resultados transitados	(28 638,53)	-2%	(63 944,46)	-6%	-123%	(135 229,42)	-15%	-111%
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	144 015,25	11%	112 886,50	11%	-22%	76 372,31	9%	-32%
Resultado líquido do período	3 435,07	0%	(71 284,96)	-7%	-2175%	(127 834,57)	-15%	-79%
Total dos Fundos Patrimoniais	988 210,77	77%	680 634,82	64%	-31%	516 311,06	59%	-24%
Passivo Não Corrente								
Financiamentos obtidos	25 000,00	2%	111 321,25	10%	345%	100 000,00	11%	-10%
Total do Passivo Não Corrente	25 000,00	2%	111 321,25	10%	345%	100 000,00	11%	-10%
Total dos Recursos Estáveis	1 013 210,77	79%	791 956,07	75%	-22%	616 311,06	70%	-22%
Recursos Cíclicos				0%				
Passivo corrente				0%				
Fornecedores	13 940,10	1%	27 631,89	3%	98%	29 765,76	3%	8%
Estado e outros entes públicos	56 114,02	4%	61 956,68	6%	10%	54 542,71	6%	-12%
Outras contas a pagar	178 212,59	14%	176 794,96	17%	-1%	169 885,03	19%	-4%
Outros passivos correntes	6 187,99	0%	1 745,11	0%	-72%	358,58	0%	-79%
Total dos Recursos Cíclicos	254 454,70	20%	268 128,64	25%	5%	254 552,08	29%	-5%
Tesouraria Passiva								
Outras contas a pagar	8 965,63	1%	1 748,75	0%	-80%	4 359,48	0%	149%
Total da Tesouraria Passiva	8 965,63	1%	1 748,75	0%	-80%	4 359,48	0%	149%
Total do Passivo Corrente	263 420,33	21%	269 877,39	25%	2%	258 911,56	30%	-4%
Total de Passivo	288 420,33	23%	381 198,64	36%	32%	358 911,56	41%	-6%
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo	1 276 631,10	100%	1 061 833,46	100%	-17%	875 222,62	100%	-18%

Fonte: Elaboração Própria (2021).

Comumente, em termos de valores relativos, percebe-se que de um modo geral a estrutura do ativo mantém-se estável no triénio. As AFL detêm o maior peso do ativo total da CERCIAV, CRL, apesar de expressar um comportamento ligeiramente decrescente (passa de 63%, em 2018, para 55% em 2020), sendo a rubrica de “Ativos fixos tangíveis” o ativo mais relevante da entidade, conseqüentemente, responsável pelas alterações do AFL. Em compensação, as NC apresentam um acréscimo de peso, aproximadamente, na mesma proporção, no mesmo período (passa de 30%, em 2018, para 37% em 2020), com a rubrica “Outras contas a receber” a apresentar o maior peso do ativo neste elemento do balanço funcional.

Importa também referir que o decréscimo ao longo do período dos “Ativos fixos tangíveis” pode apontar para a falta de investimentos relevantes, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresenta um declínio acentuado no triénio possível efeito da recuperação de impostos e por fim, a redução expressiva dos meios financeiros líquidos no triénio, apesar de sofrer um crescimento, pouco redundante, na última parte do triénio.

No que diz respeito às origens de fundos, salienta-se, em termos de variações, o facto dos RE apresentarem uma evolução decrescente ao longo do triénio. Os RC expressam uma singela subida de 2018-2019, voltando a decrescer em 2020, assumindo um valor semelhante a 2018. No que concerne à TP, assume um comportamento contrário aos RC, apresentando uma quebra na primeira parte do triénio e voltando a incrementar em 2020.

Os RE, apesar do seu declínio acentuado ao longo dos anos, constitui a conta de maior relevância na totalidade dos recursos disponíveis para financiar a entidade, essencialmente os fundos patrimoniais que asseguram 77%, 64% e 59% das origens de fundos em 2018, 2019 e 2020, respetivamente, sendo, conseqüentemente, a causa da redução expressiva dos RE. Por sua vez, os fundos patrimoniais diminuíram, sobretudo, devido às reduções das rubricas “Outras reservas” (em 2018 para 2019) e “Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais”, bem como do aumento do valor negativo da rubrica de “Resultados transitados”.

Assim, a entidade apresenta elevada estabilidade do financiamento, em que mais de 70% dos capitais usados pela instituição são RE.

Adicionalmente, verifica-se:

- RE em excesso face às AFL, indicando níveis baixos de eficiência na afetação dos recursos, fundamentalmente na última parte do triénio;
- Aumento ligeiro do passivo corrente em 2018 face 2019, assinalando um incremento do financiamento do ativo com capitais alheios de CP, designadamente nas rubricas de “Fornecedores” e “Estado e outros entes públicos”. Este facto já não se verifica no ano seguinte, visto o passivo corrente diminuir, em consequência da redução das rubricas “Estado e outros entes públicos” e “Outras contas a pagar”.

Na tabela 12 é apresentado o mesmo tipo de informação quantitativa para as demonstrações dos resultados da CERCIAV, CRL, sendo de evidenciar:

- Redução substancial do volume de negócios (rubrica “Vendas e serviços prestados”) ao longo do triénio, sobretudo em 2020, face, fundamentalmente, ao encerramento da atividade provocado pelo COVID19;
- Como expectado, os subsídios, doações e legados à exploração representam o maior peso dos rendimentos da instituição, evidenciando uma forte dependência sobre estas fontes de financiamento, característico do setor terciário. Atende-se a queda considerável destas fontes ao longo do triénio, principal motivo do declínio dos seus rendimentos globais.
- Aumento significativo da rubrica “CMVMC” na primeira parte do triénio, voltando a reduzir no último ano, em oposição à queda constante do volume de negócios. A redução evidenciada deve-se, possivelmente, ao encerramento da atividade pelo motivo já mencionado, dado que CMVMC dizem respeito a matérias-primas para consumo em atividades pontuais e bens alimentares para consumo imediato;
- Recaída da margem bruta (representado, claramente, na tabela 21);
- A conta “Outros Rendimentos e ganhos”, apresenta valores significativos, exibindo um incremento notório no triénio, mesmo com um declínio de 2019 para 2020.

- Decréscimo acentuado da rubrica “Gastos/reversões de depreciações e de amortizações” consubstanciando o indício da ausência de investimentos relevantes em ativos;
- Redução expressiva da conta “Juros e Gastos Similares Suportados”, apesar do aumento do endividamento;
- Degradação dos resultados operacionais e líquidos, consequência da redução geral dos rendimentos, bem como pelo incremento genérico do peso dos gastos sobre o volume de negócios.

Tabela 12. Variações Absolutas e Relativas das Demonstrações dos Resultados por Natureza

Unidade Monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS							
	2018		2019			2020		
	Montante	%	Montante	%	Δ2019/2018 (%)	Montante	%	Δ2020/2019 (%)
Vendas e Serviços prestados	154 152,90	100%	130 117,96	100%	-16%	78 756,08	100%	-39%
Subsídios, doações e legados à exploração CMVMC	1 667 784,49	1082%	1 659 286,56	1275%	-1%	1 614 867,87	2050%	-3%
Fornecimentos e serviços externos	(10 604,72)	-7%	(45 256,08)	-35%	327%	(20 625,22)	-26%	54%
Gastos com o pessoal	(185 984,91)	-121%	(179 887,09)	-138%	-3%	(140 080,67)	-178%	22%
Imparidades (perdas/reversões)	(1 194 639,55)	-775%	(1 278 341,47)	-982%	7%	(1 242 775,03)	-1578%	3%
Provisões (aumentos / reduções)	-	0%	-	0%	-	-	0%	-
Outros rendimentos e ganhos	-	0%	-	0%	-	-	0%	-
Outros gastos e perdas	57 871,57	38%	52 228,86	40%	-10%	120 247,72	153%	130%
	(382 207,37)	-248%	(315 709,46)	-243%	-17%	(443 733,11)	-563%	-41%
EBITDA	106 372,41	69%	22 439,28	17%	-79%	(33 342,36)	-42%	-249%
Gastos /Reversões depreciação e amortização	(100 971,35)	-66%	(92 963,08)	-71%	8%	(93 579,07)	-119%	-1%
EBIT	5 401,06	4%	(70 523,80)	-54%	-1406%	(126 921,43)	-161%	-80%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	1,38	0%	0,85	0%	-38%	0,47	0%	-45%
Juros e Gastos Similares Suportados	(1 967,37)	-1%	(762,01)	-1%	61%	(913,61)	-1%	-20%
Resultados antes de impostos	3 435,07	2%	(71 284,96)	-55%	-2175%	(127 834,57)	-162%	-79%
Imposto sobre rendimento do período	-	0%	-	0%	-	-	0%	-
Resultado líquido do período	3 435,07	2%	(71 284,96)	-55%	-2175%	(127 834,57)	-162%	-79%

Fonte: Elaboração Própria (2021).

5.1.3. Análise da DOAF e Demonstração de Fluxos de Caixa

A DOAF foi elaborada a partir da variação dos balanços patrimoniais da CERCIAV.CRL, respeitantes ao período em análise, tendo em vista uma análise dinâmica das aplicações e origens de fundos, isto é, da análise da política de financiamento e investimento da entidade.

Assim, as tabelas 13 e 14 apresentam a demonstração das variações dos fundos circulantes e a DOAF da CERCIAV, CRL, respetivamente.

Assim, pela análise da DOAF, nomeadamente das variações dos fundos circulantes observa-se, em harmonia com o que foi analisado no balanço funcional, que ocorreu uma diminuição dos fundos circulantes ao longo do triénio. De 2018 para 2019, a redução dos fundos circulantes, em 70 395,13 €, deveu-se, essencialmente, do incremento das dívidas a terceiros de CP, da redução das disponibilidades e do aumento das dívidas de terceiros de CP. Em outras palavras, a instituição recorreu a empréstimos de CP para financiar as suas obrigações de CP.

Por seu turno, a redução dos fundos de 2019 para 2020, em 83 528,50 €, foi fruto, fundamentalmente, da diminuição das dívidas de terceiros de CP e aumento das dívidas a terceiros de CP. Ao mesmo tempo, a entidade aumentou as suas disponibilidades, o que contribuiu também para a diminuição dos fundos circulantes, apesar desta variação não ter sido muito redundante.

Numa análise mais ampla ao DOAF, verifica-se, primordialmente, uma diminuição dos fundos patrimoniais em ambas as variações de anos, de 2018 para 2019 e de 2019 para 2020, sendo mais acentuada na primeira parte do triénio, financiados pela redução de ativos fixos tangíveis, essencialmente, de 2018 para 2019, derivado de correções realizadas às depreciações acumulada.

Complementarmente, pela análise dos fluxos de caixa, tabela 15, observa-se que as variações de caixa e equivalentes têm vindo a evoluir favoravelmente ao longo do período em análise, atingindo no último ano o valor de 1 571,06 €. Esta variações ocorreram fruto do aumento dos fluxos de financiamento e de investimentos e diminuição dos fluxos de caixa das atividades operacionais, na primeira parte do triénio, e da inversão de comportamento em 2020, isto é, da redução dos fluxos de caixa das atividades de financiamentos e investimento acompanhado do incremento dos fluxos de caixa das atividades operacionais.

Tabela 13. DOAF

Unidade Monetária: Euro

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE FUNDOS					
ORIGENS DE FUNDOS			APLICAÇÕES DE FUNDOS		
RUBRICAS	PERÍODOS		RUBRICAS	PERÍODOS	
	2019	2020		2019	2020
Internas:			Distribuições:		
Resultado líquido do período (+/-)	(71 284,96)	(127 834,57)	Por aplicação de resultados		
Amortizações/Depreciações	(92 963,08)	(93 579,07)	Por aplicação de reservas		
Variação de provisões (+/-)	-	-	Subtotal	-	-
Variação de imparidades (+/-)	-	-			
Subtotal	(164 248,04)	(221 413,64)	Diminuições dos Fundos Patrimoniais	236 290,99	36 489,19
			Subtotal	236 290,99	36 489,19
Externas:			Movimentos financeiros a MLP		
Aumento dos Fundos Patrimoniais			Aumentos de investimentos financeiros	1 744,51	1 298,96
Subtotal	-	-	Aumento dívidas de terceiros de MLP		
			Diminuições das dívidas a terceiros de MLP		
Movimentos financeiros a MLP			Subtotal	1 744,51	1 298,96
Diminuições de Investimentos Financeiros					
Diminuição das dívidas de terceiros de MLP			Investimentos		
Aumento das dívidas a terceiros de MLP			Aumento de ativos intangíveis		
Subtotal	-	-	Aumento de ativos fixos tangíveis		
			Trabalhos para a própria entidade		
Desinvestimentos			Aumento dos Fundos Circulantes		
Diminuição de ativos intangíveis			Subtotal	-	-
Diminuição de ativos fixos tangíveis	331 888,41	175 673,29			
Diminuição dos Fundos Circulantes	70 395,13	83 528,50			
Subtotal	402 283,54	259 201,79			
Total das Origens	238 035,50	37 788,15	Total das Aplicações	238 035,50	37 788,15

Nota. Nas variações dos ativos fixos são deduzidas o valor das amortizações/depreciações relativas ao Ano N, visto já estarem evidenciadas na rubrica “Amortizações/Depreciações”. O mesmo raciocínio é efetuado aos Fundos Patrimoniais, sendo subtraído o Resultado líquido do período. **Fonte:** Elaboração Própria (2021).

Tabela 14. Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

Unidade Monetária: Euro

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DOS FUNDOS CIRCULANTES					
APLICAÇÕES DE FUNDOS			ORIGENS DE FUNDOS		
RUBRICAS	PERÍODOS		RUBRICAS	PERÍODOS	
	2019	2020		2019	2020
Variações Ativas			Variações Passivas		
Aumento de existências			Diminuição das existências		
Aumento das dívidas de terceiros de CP	47 341,44		Diminuição das dívidas de terceiros de CP		107 386,64
Diminuição das dívidas a terceiros de CP		22 287,08	Aumento das dívidas a terceiros de CP	92 778,31	
Aumento das disponibilidades		1 571,06	Diminuição das disponibilidades	24 958,26	
Subtotal	47 341,44	23 858,14	Subtotal	117 736,57	107 386,64
Diminuição dos Fundos Circulantes	70 395,13	83 528,50	Aumento dos fundos circulantes		
	117 736,57	107 386,64		117 736,57	107 386,64

Fonte: Elaboração Própria (2021).

Tabela 15. Resumo da Demonstração de Fluxos de Caixa

Unidade Monetária: Euro

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
RUBRICAS	PERÍODOS		
	2018	2019	2020
Fluxo gerado pelas atividades operacionais	210 492,72	(122 378,04)	6 316,62
Fluxo gerado pelas atividades de investimento	(38 182,76)	(4 539,98)	(11 484,38)
Fluxo gerado pelas atividades de financiamento	(199 892,37)	101 959,76	6 738,82
Varição de caixa e seus equivalentes	(27 582,41)	(24 958,26)	1 571,06

Fonte: Elaboração Própria (2021).

5.1.4. Análise do Equilíbrio Financeiro de CP

Partindo do Balanço Funcional, foi calculado os indicadores funcionais de equilíbrio financeiro de CP da entidade, expostos na tabela 16.

Tabela 16. Indicadores funcionais de equilíbrio financeiro de CP

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	DATAS		
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
ATIVO			
AFL	802 219,01	565 038,19	484 242,93
NC	379 423,56	427 581,67	320 195,03
TA	94 988,53	69 213,60	70 784,66
TOTAL	1 276 631,10	1 061 833,46	875 222,62
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
RE	1 013 210,77	791 956,07	616 311,06
RC	254 454,70	268 128,64	254 552,08
TP	8 965,63	1 748,75	4 359,48
TOTAL	1 276 631,10	1 061 833,46	875 222,62
INDICADORES			
FMF	210 991,76	226 917,88	132 068,13
NFM	124 968,86	159 453,03	65 642,95
TL	86 022,90	67 464,85	66 425,18

Fonte: Elaboração Própria (2021).

Pela análise da tabela 16, observar-se os seguintes aspetos:

- Os RE financiam a totalidade das AFL e ainda parte das NC, pelo que ostenta uma margem de segurança evidenciada pelo FMF positivo;
- As NFM assumem valores positivos, mostrando que existe a necessidade de financiar o ciclo de exploração;
- $FMF > NFM$, então o FMF é suficiente para financiar as NFM, deste modo, o excesso de RE sobre AFL permitem financiar a totalidade das necessidades de exploração;
- Nesse sentido, a TL é positiva, fruto de uma margem segurança suficiente para fazer face às necessidades de financiamento do ciclo de exploração;
- A combinação destes indicadores espelha uma situação de equilíbrio financeiro de CP ($TL > 0$), com reserva de liquidez devido ao FMF apresentar valores positivos.

A fim de completar a análise da situação de equilíbrio financeiro de CP da CERCIAV, CRL procede-se agora a análise do conjunto de rácios de atividade e liquidez, comparando-os, conjuntamente, com os do setor⁷, apresentados na tabela 17.

Tabela 17. Rácios de Atividade e Liquidez (Entidade e Setor)

Rácios de Atividade de CP	PERÍODOS					
	2018		2019		2020	
	Entidade	Setor	Entidade	Setor	Entidade	Setor
PMI ^{a b} [em dias]	0	71	0	76	0	88
PMR ^{c d} [em dias]	93	128	99	111	137	108
PMP ^{c d e} [em dias]	11	66	14	62	44	73
Rácios de Liquidez						
LG	1,80	1,71	1,84	1,58	1,51	1,65
LR	1,80	1,69	1,84	1,55	1,51	1,63
LI	0,35	0,64	0,25	0,50	0,26	0,54

Nota. ^a A entidade não possui inventários nem ativos biológicos. ^b Considerou-se no cálculo deste rácio o CMVMC. ^c As taxas do IVA utilizadas para o cálculo correspondem às taxas em vigor à data do período económico das DF utilizadas na análise, ou seja, IVA normal, de 23%. Atende-se que, pelas características intrínsecas e atividades desenvolvidas, a entidade está isenta de IVA (não possui IVA a liquidar), contudo pode ser restituída de IVA. ^d No cálculo deste rácio para a entidade foram considerados adiantamentos de 6 526,81 €, 10 371,22 € e 4 793,15 €, referentes a fornecedores e de 797,27 €, 200 € e 0 €, de clientes, correspondentes aos anos 2018, 2019 e 2020, respetivamente. ^e Os valores obtidos neste rácio podem estar ligeiramente enviesados, devido ao facto de não se conseguir diferenciar o IVA que foi reembolsado na totalidade ou parcialmente, considerando-se sempre a restituição total, isto é, IVA de 23%. Contudo, acredita-se que os valores não fogem muito da realidade, sendo as suas interpretações e comparações aceitáveis. **Fonte:** Elaboração Própria (2021).

Em relação à interpretação dos valores dos rácios/indicadores de liquidez e de atividade de CP pode-se salientar os seguintes aspetos:

- A LG e LR assumem os mesmo valores, visto a entidade não possuir inventários e ativos biológico;
- O rácio de LG apresenta valores bastante razoáveis ($LG > 1$; $FMF > 0$) e superiores à média setorial, em 2018 e 2019, não obstante exibem um decréscimo acentuado no último ano (em 2020), apresentando um valor inferior à média setorial, possível efeito da pandemia COVID19. Deste modo, poder-se-á concluir que a CERCIAV, CRL ostenta sintomas de equilíbrio financeiro

⁷ Por uma questão de coerência no tratamento do informação quantitativa, os rácios e indicadores do setor, apesar de alguns indicadores selecionados para este estudo já se encontrarem expostos na Central de Balanços do Banco de Portugal, foram calculados ou recalculados mediante os(as) parâmetros/fórmulas evidenciado(as) na revisão da literatura efetuada.

de CP, dado que possui aplicações de CP, que uma vez transformadas em meios monetários, suficientes para solver os seus compromissos correntes;

- Todavia, o níveis de LI apresentam valores consideravelmente inferiores aos níveis médios das outras entidades do setor, exibindo, ainda, um decréscimo em 2019 face 2018, estabilizando no restante período de análise;
- Observa-se, no entanto, uma aparente incoerência em relação ao diagnóstico efetuado pela análise dos indicadores FMF, NFM e TL. Na medida em que, apesar dos valores exibidos pelos rácios de liquidez, constata-se que o PMR é muito superior ao PMP, proporcionando uma duração do ciclo operacional⁸ e financeiro⁹ muito elevadas, mostrando dificuldades financeiras. Detalhadamente, denota-se que:

- O PMR é de aproximadamente 3 meses e meio, face ao PMP, que ronda, em média, 1 mês, evidenciando uma diferença bastante redundante. Verifica-se, ainda, um comportamento crescente de ambas ao longo do triénio, contribuindo desfavoravelmente para a sua liquidez;
- A situação de $PMR > PMP$ é típica do setor de atividade na qual a entidade se integra. Contudo, ambos os rácios, PMR e PMP, apresentam valores registados pela entidade abaixo da média setorial, exceto o PMR de 2020 que apresenta um cenário inverso. Esta informação pode indicar que a entidade, nos dois primeiros anos, detinha uma bom poder de negociação e política de crédito com os seus utentes/clientes ($PMR_{entidade} < PMR_{setor}$), no entanto o seu poder negocial se degradou no último ano ($PMR_{entidade} > PMR_{setor}$), face ao

⁸ A duração do ciclo operacional, exhibe o número de dias necessários para que os inventários se vendam e convertam em meios monetários, correspondendo ao tempo de duração do ciclo de exploração. É obtido pela fórmula, $PMI + PMR$, neste caso é igual ao PMR da entidade em análise (Fernandes et al., 2019).

⁹ A duração do ciclo financeiro, apresenta o número de dias em que os meios monetários estão imobilizados pelo ciclo operacional, correspondendo ao tempo em que a entidade precisa de encontrar formas de colmatar as NC com recursos extra exploração. É obtido pela fórmula, **duração do ciclo operacional – PMP**, nesta situação é igual $PMR – PMP$ (Fernandes et al., 2019).

setor. Não obstante, os dados apontam para uma possível ineficiência ao nível do poder de negociação com os fornecedores ($PMP_{entidade} < PMP_{setor}$), ao longo de todo o período em análise, em comparação com o setor.

- Dado o desfasamento entre o PMR e PMP, o número de dias em que os meios monetários da CERCIAV.CRL se encontram imobilizados pelo ciclo operacional é, em média, de 87 dias.

Resumindo, os rácios de liquidez e funcionais, em consonância, apontam para um equilíbrio financeiro de CP. Contudo, a constante obtenção de financiamentos obtidos ao longo do triênio (ver tabela 11), apesar de terem sido considerados como RE pelo seu carácter de permanência, são utilizados para reforçar a tesouraria e fazer face aos seus compromissos de CP, como constatado pela análise das variações dos fundos circulantes, demonstrando uma insuficiência da margem de segurança, e, em consequência, um desequilíbrio financeiro de CP.

5.1.5. Análise do Equilíbrio Financeiro de MLP

Na mesma ótica, com vista a aferir a situação de equilíbrio de MLP da CERCIAV, CRL, procede-se a análise do conjunto de rácios de estrutura de financeiro, solvabilidade e de atividade de MLP, comparando-os, cumulativamente, com a média do setor, apresentados na tabela 18.

Tabela 18. Rácios de Estrutura Financeira, Solvabilidade e Atividade de MLP (Entidade e Setor)

Rácios de Estrutura Financeira e Solvabilidade	PERÍODOS					
	2018		2019		2020	
	Entidade	Setor	Entidade	Setor	Entidade	Setor
AF	0,77	0,64	0,64	0,60	0,59	0,58
ET	0,23	0,36	0,36	0,40	0,41	0,42
EE	0,91	0,75	0,71	0,84	0,72	0,77
Solvabilidade	3,43	1,79	1,79	1,52	1,44	1,39
EF	0,29	0,56	0,56	0,66	0,70	0,72
CGF	2,75	8,28	-92,55	10,10	-138,92	13,9
CSD	0,2	0,4	-0,63	0,4	-1,26	0,30
Rácio de Atividade de MLP						
RA	0,12	0,32	0,11	0,37	0,08	0,36

Fonte: Elaboração Própria (2021).

No que concerne à interpretação dos valores obtidos nos diversos rácios, ressalta-se os seguintes aspetos:

- Elevada AF, com cerca de 67% (média do triénio) das aplicações da entidade financiada com fundos próprios, exibindo valores superiores à média setorial (quase igualando no último ano), refletindo uma estrutura de capitais mais conservadora que o setor. Todavia, salienta-se o comportamento decrescente deste rácio ao longo do período;
- Como já referido, a entidade possui uma elevada estabilidade financeira (mais de 70% dos capitais usufruídos pela instituição são RE), em que os fundos patrimoniais constituem a sua principal fonte de financiamento, resultando, comumente, em um nível de endividamento baixo (aproximadamente 33% dos capitais utilizados como fonte de financiamento são passivos/capitais alheios). Contudo, este rácio tende a crescer no triénio.
- O rácio de EF confirma a informação constatada anteriormente, evidenciando a existência de uma estrutura de capitais mais conservadora que a média setorial, sobretudo nos primeiros anos (2018 e 2019).
- Simultaneamente, observa-se, pela análise do rácio de EE, que o endividamento é fundamentalmente de CP, pois o passivo corrente representa por volta de 78% (média do triénio) do passivo total. Verifica-se que este comportamento é típico do setor;
- O resultado relativo ao rácio de solvabilidade exhibe que o valor dos fundos patrimoniais cobre o valor do passivo total. Não obstante, este rácio regista um decréscimo acentuado ao longo dos anos em análise, mostrando que a capacidade de entidade fazer face aos seus compromissos de MLP se degradou. Apesar disso, os dados obtidos da instituição são sempre superiores à média setorial, realçando a afirmação de uma estrutura de capitais menos arriscada que o setor.
- Os valores registados no rácio de CGF retratam que a instituição apenas apresentou valores de EBIT que permitiram suportar o valor destes gastos em 2018, ostentando nos restantes anos valores cada vez mais negativos. Todavia,

realça-se o reduzido peso dos gastos de financiamento no volume de negócios (ver tabela 12);

- Na mesma linha de pensamento, os valores de CSD evidenciam a crescente incapacidade do EBIT cobrir as suas obrigações financeiras;
- Em termo de atividade, a rotação do ativo, apresenta valores inferiores ao do setor, sendo, ainda, decrescentes no triénio, mostrando uma constante degradação da sua capacidade de recuperação dos capitais investidos por via das atividades de exploração, sobretudo, face à média do setor de atividade. Aponta para uma ineficiência na utilização dos ativos, escassez de investimentos relevantes.

5.1.6. Análise da Rendibilidade

Comumente, para a análise da rendibilidade calcularam-se os respetivos rácios, tal como os do setor de atividade, comparando-os de seguida. Os resultados obtidos encontram-se expressos na tabela 19.

Tabela 19. Rácios de Rendibilidade (Entidade e Setor)

Rácios de Rendibilidade (%)	PERÍODOS					
	2018		2019		2020	
	Entidade	Setor	Entidade	Setor	Entidade	Setor
RLV	2,23%	6,06%	-54,78%	6,39%	-162,32%	5,11%
ROV	3,50%	9,37%	-54,20%	9,63%	-161,16%	9,22%
RAT	0,42%	2,20%	-6,03%	2,59%	-13,10%	1,97%
ROA	0,42%	2,98%	-6,03%	3,51%	-13,10%	3,31%
RFP	0,35%	3,01%	-10,47%	3,70%	-24,76%	3,09%

Fonte: Elaboração Própria (2021).

De modo sucinto, evidenciam-se as seguintes particularidade:

- Redução bastante acentuada dos rácios de rendibilidade, em geral, ao longo do triénio, sendo 2018 o ano com o valor mais elevado. Reforça-se, por isso, a influência dos resultados operacionais, que como já observado, degradam-se ao longo do triénio (em prol do aumento dos gastos e redução dos rendimentos, como se pode verificar na tabela 12);

- Em comparação com os rácios setoriais de rendibilidade, a instituição apresenta valores muito inferiores à média setorial, especialmente nos últimos dois anos, mostrando uma falta de capacidade de gerar resultados, em todos os âmbitos, face ao setor. Detalhadamente:
- O declínio do RLV comprova a ineficiência da entidade para gerar resultados líquidos com o seu volume de negócios;
- Ainda, o RLV apresenta valores menor a ROV, sinal de que o resultado líquido é inferior que o resultado operacional, efeito dos gastos de financiamento serem significativamente superiores aos juros e rendimentos obtidos, durante o período em análise. Aspeto comum com o setor;
- Semelhantemente, a redução do ROV evidencia que a entidade tem pouca capacidade de gerar resultados operacionais através do volume de negócios, revelando a ineficiência de obter lucros por unidade monetária vendida (ou serviço prestado). Acrescenta-se o facto, dos seus valores ficarem muito aquém registados pelo setor (mesmo mostrando uma recaída em 2019);
- Ao nível do RAT a entidade apresenta menos capacidade de gerar rendibilidade das aplicações que as entidades do setor;
- Igualmente, o ROA da entidade retrata uma reduzida capacidade de gerar rendibilidade operacional face às restantes entidades do setor;
- O retorno proporcionado ao detentores de fundos patrimoniais é reduzido, sendo, ainda, degradado ao longo do triénio, sobretudo face ao setor.

5.1.7. Análise da Avaliação do Risco

Na mesma ótica, para análise da avaliação do risco calcularam-se os respetivos rácios, comparando-os, simultaneamente com o setor. Os resultados obtidos encontram-se exibidos na tabela 20. Todavia, alerta-se para a tabela 21 que retrata o resumo dos elementos necessários ao cálculo dos rácios de risco, evidenciados na tabela 20.

Tabela 20. Rácios de Avaliação de Risco (Entidade e Setor)

Rácios de Avaliação do Risco	PERÍODOS					
	2018		2019		2020	
	Entidade	Setor	Entidade	Setor	Entidade	Setor
PCV ^a	153 658,26	9 206,05	135 794,71	10 984,80	84 802,56	11 535,71
MS ^a	0,32%	4,07%	-4,36%	4,64%	-7,68%	4,51%
GAO	311,65	24,55	-22,92	21,56	-13,03	22,19
GAF	1,57	1,14	0,99	1,11	0,99	1,05
GAC	490,01	27,99	-22,68	23,96	-12,93	23,32

Nota. ^a Cálculo efetuado com o Volume de Negócios. **Fonte:** Elaboração Própria (2021).

Em termos de risco económico, que engloba a análise do PCV, MS e GAO, podem realçar-se os seguintes pontos:

- Em 2018 o volume de negócio ultrapassa o valor do ponto crítico em 0,32% (valor da MS), contudo este facto já não se evidencia nos restantes anos. O setor compartilha o mesmo comportamento.
- Em contrapartida, na última parte do triénio, o valor do ponto crítico é superior ao volume de negócios efetuado pela instituição, levando a inexistência de MS;
- O comportamento dos rácios do PCV e MS ao longo do período em análise aponta para um acréscimo do nível de risco económico no triénio;
- Na análise do GAO denota-se uma aparente incoerência em relação ao constatado nos rácios anteriores referente ao comportamento do risco económico, dando a entender que o risco diminui ao longo do triénio pela redução do GAO¹⁰. Isto acontece pelo facto de em 2018 a CERCIAV, CRL apresentar um resultado operacional muito inferior à margem bruta, e nos restantes anos atingir resultados operacionais com elevado valor negativo.

Em relação ao risco financeiro (pela análise do GAF) da CERCIAV, CRL verifica-se que:

- A entidade exhibe um baixo nível de risco financeiro, aspeto comum com o setor, embora o setor apresente níveis de risco financeiro mais elevados;
- Em 2018 o GAF assume o valor de 1,57, o que significa que por cada variação

¹⁰ Atente-se ao facto que a interpretação do GAO, GAF e GAC deve ser realizada em módulo, ou seja, independentemente do sinal obtido (Fernandes et al., 2019).

percentual unitária detetada no resultado operacional, o resultados antes de impostos varia 1,57%. Todavia, em 2019 o seu valor diminui, mantendo-se em 2020, assumindo o valor de 0,99;

- Como já constatado, a empresa apresenta um reduzido nível de endividamento caracterizado, fundamentalmente, por passivo de CP, o que torna os gastos associados inferiores face ao passivo de MLP;
- Salienta-se o inexpressivo peso dos gastos de financiamento no volume de negócios da instituição (cerca de 1% do volume de negócio, em todo o triénio).

No que respeita ao risco global (pela análise do GAC), conclui-se que:

- O valor do GAC encontra-se influenciado pelo resultado oblíquo do rácio GAO, mostrando uma redução do risco económico, isto é, que a variação do volume de negócios impacta cada vez menos os resultados, quer operacionais, antes de impostos ou líquidos. O que de fato não acontece, pois quanto mais reduzido é o volume de negócios ao longo do período em análise mais degradados são os resultados (ver tabela 12).

No âmbito da relação rendibilidade/risco, observa-se que:

- A entidade possui uma baixa capacidade de gerar resultados repercutindo, genericamente, em reduzidos níveis dos indicadores de rendibilidade;
- Comumente, apresenta pouca eficiência na capacidade de remunerar os sócios, visto que a RFP exhibe valores muito restringidos face ao setor;
- Sendo que a RFP é negativamente afetada pelos baixos níveis de RLA e ROA, bem como a elevada autonomia financeira, na medida em que, enquanto o enorme peso dos fundos patrimoniais contribui para uma melhor autonomia, prejudica a respetiva rendibilidade.

Desta forma, observa-se a necessidade de implementação ou manutenção de medidas que proporcionem à aquisição de níveis consideráveis de rendibilidade, tal como possibilitar a obtenção de um desejável grau de diversificação das fontes de financiamento.

Mesmo não sendo o seu objetivo primordial a obtenção de lucro, face ao setor, os rácios de rendibilidade apresentam estar debilitados, como já aferido anteriormente.

Simultaneamente, pode-se constatar que a situação da CERCIAV, CRL, globalmente se caracteriza por possuir um considerável nível de risco está relacionada a frágeis níveis de rendibilidade.

Tabela 21. Resumo dos elementos para o cálculo dos indicadores de risco

Unidade Monetária: Euro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	RUBRICAS	COMPOSIÇÃO	PERÍODOS					
			2018		2019		2020	
			Entidade	Setor	Entidade	Setor	Entidade	Setor
	Produção	Vendas e serviços prestados + Subsídios, Doações e Legados à Exploração + Outros Rendimentos	1 879 808,96	29 832,60	1 841 633,38	32 326,30	1 813 871,67	33 022,60
	Gastos Variáveis	CMVMC + FSE	196 589,63	7 752,00	225 143,17	8 400,00	160 705,89	7 719,00
	Margem Bruta	Produção - Gastos Variáveis	1 683 219,33	22 080,60	1 616 490,21	23 926,30	1 653 165,78	25 303,60
	Gastos Fixos	Gastos com pessoal + Imparidades + Provisões + Outros gastos + Gastos/Reversões de depreciações e amortizações	1 677 818,27	21 181,10	1 687 014,01	22 816,70	1 780 087,21	24 163,50
	Resultado Operacional (EBIT)	Margem Bruta - Gastos Fixos	5 401,06	899,50	(70 523,80)	1 109,60	(126 921,43)	1 140,10
	Custo Líquido do Financiamento	Rendimentos Financeiros + Gastos Financeiros	1 965,99	110,50	761,16	110,50	913,14	80,60
	Resultado Antes de Impostos	Resultado Operacional - Custo líquido de financiamento	3 435,07	789,00	(71 284,96)	999,10	(127 834,57)	1 059,50

Nota. Pela estrutura apresentada da Demonstração de Resultados do Setor foram consideradas na Produção as rubricas: Vendas e serviços prestados + Outros rendimentos, exceto rendimentos financeiros e de financiamento + Rendimentos financeiros e de financiamento. E nos gastos fixos as rubricas: Gastos com o pessoal + Outros gastos, exceto gastos financeiros e de financiamento + Gastos financeiros, exceto de financiamento + Gastos de depreciação e de amortização. O restante elementos são comuns ao considerado na entidade. **Fonte:** Elaboração Própria (2021).

5.1.8. Síntese da Análise e Recomendações

No âmbito da avaliação realizada à situação económico-financeira da CERCIAV, CRL, em resumo, reforçam-se os seguintes pontos:

Ao nível do Equilíbrio Financeiro de CP (Liquidez e Atividade de CP):

- $FMF > 0$, portanto a entidade financia a totalidade das AFL com RE, sendo que os RE são fundamentalmente constituídos por fundos próprios (fonte principal de financiamento, com um peso de 70% no último ano);
- O FMF é suficiente para financiar as NFM, dado que $FMF > NFM$, assim o excesso de RE sobre AFL permitem financiar a totalidade das NC;
- TL positiva;
- A combinação destes indicadores indica uma situação de equilíbrio financeiro de CP, contudo cada vez mais reduzida ao longo do triénio;
- A instituição não tem inventários nem ativos biológicos, logo $LG = LR$;
- LG com valores aceitáveis, superiores à média setorial em 2018 e 2019, sofrendo um decréscimo acentuado no último ano (em 2020), invertendo o cenário de superioridade face ao setor.
- Dado que $LG > 1$, dá indícios de que as aplicações de CP são suficientes para fazer face aos compromissos de correntes;
- LI com valores pouco significativos, evidenciando o inexpressivo peso das disponibilidades na estrutura do balanço, e inferior ao setor;
- No entanto, os rácios de atividade exibem um PMR demasiado elevado face ao PMP, levando a ciclos operacionais (cerca de 3 meses e meio) e financeiros (por volta de um mês) também elevados.
- Dependência face à banca o que evidencia uma insuficiente reserva de liquidez ($FMF > 0$).
- Desequilíbrio financeiro de CP.

Ao nível do Equilíbrio Financeiro de MLP (Estrutura Financeira, Solvabilidade e Atividade de CP):

- Elevada estabilidade do financiamento;
- A entidade privilegia os fundos patrimoniais como principal fonte de financiamento, este facto é realçado pelo elevado nível de solvabilidade, embora apresente um decréscimo no triénio;
- Reduzido grau de endividamento, que é principalmente de CP, apesar de crescer ao longo do triénio;
- Os resultados operacionais (EBIT) apenas permitiram suportar o valor dos gastos de financiamento em 2018. Na mesma ótica, o valor do rácio de CSD reflete a crescente incapacidade do EBIT cobrir as suas obrigações financeiras;
- Constante degradação da capacidade de a entidade recuperar os capitais investidos por via das atividades de exploração, constatada pelo declínio do rácio da RA, apresentando, ainda, valores inferiores ao setor.

Em relação a Rendibilidade:

- Baixa capacidade de gerar resultados, quer operacionais quer líquidos, o que proporciona, genericamente, em reduzidos níveis dos rácios de rendibilidade;
- Em comparação com os rácios setoriais de rendibilidade, a entidade exhibe valores muito inferiores ao setor, especialmente nos últimos dois anos;
- Baixa eficiência de remunerar os sócios;
- A RFP é negativamente afetada pelos baixos níveis de RLV e ROA, bem como a elevada autonomia financeira.

No que respeita ao Risco:

- Elevado risco económico, na qual se destaca o peso relevante dos gastos fixos na estrutura de gastos da entidade;

- Risco financeiro reduzido, consequência do baixo grau de endividamento, bem como do peso, inexpressivo, dos gastos de financiamento;
- Risco global enviesado pelo comportamento oblíquo do GAO.

Elaborando um balanço geral dos pontos abordados na síntese da situação económico-financeira da CERCIAV, CRL, a entidade ostenta os seguintes pontos fortes e fracos, apresentados na tabela 22:

Tabela 22. Pontos Fortes e Fracos da CERCIAV, CRL

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Equilíbrio financeiro de MLP (RE elevados); - Baixo risco financeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desequilíbrio financeiro de CP; - Rendibilidades reduzidas e inferiores ao setor; - Pouca diversificação de fontes de financiamento; - Elevado risco económico; - Declínio da capacidade para pagar os gastos de financiamento, sendo inexistente nos último dois anos.

Fonte: Elaboração Própria (2021).

Desta forma, e com suporte em estudos efetuados anteriormente, tal como, Andrade e Franco, 2007, Silva, et al., 2014 e Sousa et al., 2012, apresentam-se algumas sugestões de melhoria da situação económico-financeira da CERCIAV, CRL, moldável às ESNL, sobretudo às IPSS:

- Ao nível de topo, buscar que os órgãos de gestão sejam suportados por quadros de pessoal adequadamente qualificados, incentivando, de igual modo, o contínuo desenvolvimento, pessoal e profissional, dos mesmos, com vista a obtenção de uma gestão cada vez mais eficiente e profissionalizada;

- Contínuo aperfeiçoamento da gestão de recurso (isto é, reduzir custos e incrementar a eficiência dos já existentes) de maneira a garantir a subsistência financeira e económica da entidade, mediante, por exemplo:
 - A utilização de diversos instrumentos de gestão, como rácios ou *balanced scorecard*¹¹, a fim de detetar problemas e tomar decisões oportunas e corretivas;
 - A constituição de uma central de compras ou adquirir um protocolo com a mesma, de forma obter preços mais baixos em bens ou serviços;
 - O aproveitamento de instalações físicas, equipamentos e recursos humanos especializados que frequentemente são subaproveitados;
- Procurar diversificar as fontes de financiamento, de maneira a reprimir ruturas decorrentes de transferências públicas. Por exemplo, através do aumento do montante de doações ou *fundraising* e peditórios¹², oferta de novos serviços ou até mesmo incrementar a escala dos serviços vigentes a utentes menos carenciados;
- Reforçar a sua rede de parcerias com realização de parcerias com:
 - Fornecedores, com vista a obter fornecimentos de bens e serviços mais económicos ou adquirir patrocínios em proveito de efetuar publicidade do negócio junto de utentes e familiares, ou até mesmo entre parcerias;
 - Outras ESNL, essencialmente IPSS, como intuito de constituírem redes para explorar economias de escala, tal como, a realização de uma marca solidária análoga ou centrais de compras.
 - Realça-se para o máximo aproveitamento das parcerias já existentes. A título de exemplo, a entidade, mediante a parceria já efetuada com Universidade/Escolas Superiores, deve procurar obter voluntariado especializado, designadamente professores e grupos de alunos, que

¹¹ Consiste em um modelo que materializa a visão estratégica da entidade por intermédio de um mapa com objetivos e indicadores de desempenho, organizados de acordo com quatro perspetivas distintas: clientes, financeira, aprendizagem e crescimento, e processos internos (Kaplan & Norton, 1997).

¹² *Fundraising* e peditórios são iniciativas para a angariação de fundos e captação de recursos (Silva, et al., 2014).

auxiliem em áreas, ainda, precariamente exploradas, tal como, o marketing social;

- Investir vigorosamente em tecnologias de informação, tanto para apoiar a gestão quanto para incrementar o fluxo de comunicação junto aos diversos *stakeholders*;
- Por último, a entidade deve dedicar-se à implementação ou prossecução de estratégias de diversificação de fontes de receitas, nomeadamente:
 - À rentabilização do património (quer móvel quer imóvel). Esta estratégia pode ser alcançada mediante o aluguer de móveis (equipamentos médicos, viaturas, entre outros) e arrendamento de imóveis (prédios, lojas, casas, entre outros), ou até mesmo pela cedência de terrenos para a exploração, sendo retribuídas monetariamente ou com bens ou serviços.

6. Conclusões

O presente relatório foi realizado no seguimento de um estágio curricular na área de Contabilidade no domínio da componente não letiva do Mestrado em Contabilidade – Ramo de Auditoria, da Universidade de Aveiro. O estágio realizou-se na CERCIAV, CRL, durante o período de seis meses, uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de cooperativa, equiparada a uma IPSS, cuja sua missão se debruça em promover a inclusão e cidadania das pessoas com deficiência.

As ESNL, designadamente as IPSS e equiparadas, ocupam um papel relevante na comunidade mediante uma sociedade que, continuamente, enfrenta momentos de crise, incerteza e insegurança (Carrascoso, 2014; Kim et al., 2012; Sousa et al., 2012). Consequentemente, o seu desenvolvimento económico proporciona inevitavelmente o incremento do seu impacto económico e social, o que leva a uma maior necessidade de aquisição de recursos, e por efeito, obriga ao aprimoramento contínuo da gestão dos mesmos (Santos, 2015; Sousa et al., 2012).

A análise económico-financeira é um instrumento imprescindível para a gestão de uma entidade, visto possibilitar a averiguação da evolução do seu desempenho ao longo do tempo, bem como auxiliar na tomada de decisões idóneas, ao proporcionar informações relevantes e determinantes. Esta análise pode ser realizada com base em diversos instrumentos analíticos, sendo o método dos rácios e indicadores o mais comumente utilizado, permitindo a aquisição de informação pertinente e complementar àquela que resulta da leitura dos valores absolutos exibidos nas DF (Goh et al., 2018; Teixeira, 2011).

Assim, a aplicabilidade de uma análise económico-financeira pode identificar aspetos problemáticos de uma entidade e denunciar tendências prejudiciais que necessitam ser invertidas. Tornando-se assim de extrema relevância, não só para o órgão de gestão da entidade, bem como para um auditor que executa seu trabalho de auditoria.

Os objetivos deste relatório centram-se na apresentação do trabalho efetuado na entidade acolhedora ao longo dos períodos de estágio, como também na realização de uma análise económico-financeira numa entidade do setor não lucrativo, nomeadamente na

CERCIAV, CRL, para o triénio 2018-2020, cujas recomendações finais poderão ser, em muitos casos, adotadas e adaptadas à generalidade e realidade deste tipo de entidades.

O estudo da análise económico-financeira baseia-se, essencialmente, na análise do equilíbrio financeiro, em geral, liquidez, funcionamento, estrutura financeira, solvabilidade, rendibilidade e risco da entidade em análise.

De forma muito sucinta e geral, observou-se que a entidade acolhedora não possui equilíbrio financeiro de CP, tem rendibilidades reduzidas e inferiores ao setor, possui pouca diversificação de fontes de financiamento (característica do setor) e elevado risco económico. Em contrapartida, a entidade tem uma elevada solvabilidade e uma estrutura financeira estável, refletindo em um equilíbrio financeiro de MLP, bem como um baixo risco de financiamento. Espera-se que sejam adotadas pelo menos algumas das recomendações neste trabalho, a fim de combater os aspetos menos bons encontrados e melhorar a sua sustentabilidade.

Contudo, este estudo possui algumas limitações para além as já inerentes ao método dos rácios e indicadores, construção da DOAF e balanço funcional, como o facto de não ser possível discernir, pelo CAE da Central de Balanços do Banco de Portugal utilizado, as organizações lucrativas das não lucrativas. Adiciona-se a estas, o facto de uma análise económico-financeira não ser capaz de prever terminantemente o sucesso futuro de uma organização por ter por base dados e informações históricas. Ao mesmo tempo, por não se tratar de uma ciência exata, há que ter em conta a subjetividade inerente ao julgamento do indivíduo que a leva a cabo (Fernandes et al., 2019).

Todavia, os objetivos estabelecidos para a elaboração do estágio foram alcançados, permitindo colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do percurso académico, sobretudo no mestrado.

Este relatório de estágio oferece várias contribuições para a literatura académica sobre a aplicabilidade da análise económico-financeira nas entidades, em específico, nas ESFL (Belenioti & Vassiliadis, 2018; Kim et al., 2012).

Por outro lado, a realização do estágio contribuiu para a obtenção de uma visão real sobre o mundo laboral, especialmente na área da contabilidade. Para a entidade acolhedora, a realização deste relatório poderá auxiliar na tomada de decisões estratégicas ou corrigir ações prejudiciais para a evolução e desempenho da entidade. Em síntese, o estágio, e este relatório, permite, de certo modo, perceber o modelo de gestão de uma ESNL.

Para investigações futuras, recomenda-se a comparação ou expansão deste estudo com outros países ou estudar a relevância e aplicabilidade de outros instrumentos e técnicas de gestão, como *balanced scorecard* ou demonstração de resultados por valências/respostas, para a tomada de decisões idóneas nas ESNL, a fim de promover a contínua sustentabilidade deste setor.

Reforça-se a relevância da realização do estágio no desenvolvimento pessoal e profissional ao possibilitar a aquisição e consolidação de conhecimentos, solidificando, conseqüentemente, a preparação para o mercado de trabalho. As dificuldades que figuraram no decurso do estágio foram superadas com dedicação e esforço, bem como, pelo auxílio e suporte de todos os colaboradores da Instituição. É pertinente mencionar que foram disponibilizadas ótimas condições de trabalho, quer ao nível de instalações quer ao nível de recursos técnicos e humanos.

7. Referências Bibliográficas

- Aalbers, (H. L.).R., Dolfsma, W., & Leenders, (Th.A.J.).R. (2016). Vertical and Horizontal Cross-Ties: Benefits of Cross-Hierarchy and Cross-Unit Ties for Innovative Projects. *Journal of Product Innovation Management*, 33(2), 141-153. <https://doi.org/10.1111/jpim.12287>
- Abdi, H., Kacem, H., & Omri, M. A. B. (2018). Determinants of Web-based disclosure in the Middle East. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 16(3), 464-488. <https://doi.org/10.1108/JFRA-11-2016-0093>
- Abdu, M., & Jibir, A. (2017). Determinants of firms innovation in Nigeria. *Kasetsart Journal of Social Sciences*, 39(3), 448-456. <https://doi.org/10.1016/j.kjss.2017.07.006>
- Abid, A., Shaique, M., & ul Haq, M. A. (2018). Do Big Four Auditors Always Provide Higher Audit Quality? Evidence from Pakistan. *International Journal of Financial Studies*, 6(2), 1-22. <https://doi.org/10.3390/ijfs602005>
- Abraham, A. (2006). Financial Management in the Nonprofit Sector: A Mission-Based Approach to Ratio Analysis in Membership Organizations. *The Journal of American Academy of Business*, Cambridge, 10(1): 212-217. <https://ro.uow.edu.au/commpapers/150/>
- Acar, E., & Ozkan, S. (2017). Corporate governance and provisions under IAS 37. *EuroMed Journal of Business*, 12(1), 52–72. <https://doi.org/10.1108/EMJB-03-2016-0007>
- Aksu, M., & Kosedag, A. (2006). Transparency and disclosure scores and their determinants in the Istanbul Stock Exchange. *Corporate Governance: An International Review*, 14(4), 277–296. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2006.00507.x>
- Al-dalaïen, B. O. A., Omar, B., & Dalayeen, A. (2018). Investigating the Impact of Accounting Information System on the Profitability of Jordanian Banks. *Journal of Finance and Accounting*, 9(18), 110–118. <https://core.ac.uk/download/pdf/234632466.pdf>
- Almeida, B. J. (2019). *Manual de Auditoria Financeira - Uma análise integrada baseada no risco* (3.^a ed.). Escolar Editora. ISBN: 978-972-592-554-6
- AlQadasi, A., & Abidin, S. (2018). The effectiveness of internal corporate governance and audit quality: the role of ownership concentration - Malaysian evidence. *Corporate*

- Governance: The International Journal of Business in Society*, 18(2), 233–253.
<https://doi.org/10.1108/CG-02-2017-0043>
- Ameen, E., Strawser, J. (1994). Investigating the use of analytical procedures: an update and extension; *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 13, pp. 69–76.
- Amorin, J. de C. (2011). Regime Fiscal Aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos em Portugal e em Espanha. *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, (20), 179-202.
<https://parc.ipp.pt/index.php/rebules/article/view/983/445>
- Andrade, A. M., & Franco, R. C. (2007). Economia do Conhecimento e Organizações Sem Fins Lucrativos [PDF]. Príncípa Editora.
https://spi.pt/documents/books/economia_conhecimento/docs/Manual_VIII.pdf
- Anning-Dorson, T., Hinson, R. E., Amidu, M., & Nyamekye, M. B. (2018). Enhancing service firm performance through customer involvement capability and innovativeness. *Management Research Review*. <https://doi.org/10.1108/MRR-07-2017-0207>
- Armstrong, J. S., & Green, K. C. (2013). Effects of corporate social responsibility and irresponsibility policies. *Journal of Business Research*, 66(10), 1922–1927.
<https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2013.02.014>
- Arnett, D. B., & Madhavaram, S. (2012). Multinational enterprise competition: Grounding the eclectic paradigm of foreign production in resource-advantage theory. *Journal of Business and Industrial Marketing*, 27(7), 572–581.
<https://doi.org/10.1108/08858621211257347>
- Artiach, T., Lee, D., Nelson, D., & Walker, J. (2010). The determinants of corporate sustainability performance. *Accounting and Finance*, 50(1), 31–51.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2009.00315.x>
- Autoridade Tributária e Aduaneira. (2021). *Código do Imposto de Selo*. Portal das Finanças.
https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/selo/Pages/codigo-do-imposto-do-selo-indice.aspx
- Autoridade Tributária e Aduaneira. (2021). *Código do Imposto Municipal sobre Imóveis*. Portal das Finanças.
https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/cimi/Pages/codigo-do-imi-indice.aspx

- Autoridade Tributária e Aduaneira. (2021). *Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de Imóveis*. Portal das Finanças. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/cimt/Pages/codigo-do-imt-indice.aspx
- Autoridade Tributária e Aduaneira. (2021). *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas*. Portal das Finanças. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/CIRC_2R/Pages/circ-codigo-do-irc-indice.aspx
- Autoridade Tributária e Aduaneira. (2021). *Código do Imposto sobre o valor Acrescentado*. Portal das Finanças. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/civa_rep/pages/codigo-do-iva-indice.aspx
- Autoridade Tributária e Aduaneira. (2021). *Código do Imposto Único de Circulação*. Portal das Finanças. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/iuc/Pages/codigo-do-iuc-indice.aspx
- Autoridade Tributária e Aduaneira. (2021). *Estatuto dos Benefícios Fiscais*. Portal das Finanças. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/bf_rep/Pages/estatuto-dos-beneficios-fiscais-indice.aspx
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, homologa a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística, do Ministério das Finanças - Secretária-geral. Diário da República: II série, n.º 146. <https://dre.pt/application/conteudo/69889539>
- Banco de Portugal. (2021). Central de Balanços. Banco de Portugal. <https://www.bportugal.pt/page/central-de-balancos>
- Bardin. L. (2016). Análise de Conteúdo [PDF]. Lisboa: Edições 70. <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>
- Belenioti, Z.-C., & Vassiliadis, C. A. (2018, setembro 13-15). *Social Media Impact on NOP Brand Equity: Conceptualizing the Trends and Prospects* [Conferência]. 10th

- Annual Conference of the EuroMed Academy of Business - Global and national business theories and practice: bridging the past with the future, Itália.
<https://www.researchgate.net/publication/317645765> Social Media Impact on NPO Brand Equity Conceptualizing the Trends and Prospects
- Białek-Jaworska, A., & Matusiewicz, A. (2015). Determinants of the level of information disclosure in financial statements prepared in accordance with IFRS. *Accounting and Management Information Systems*, 14(3), 453–482.
<https://www.researchgate.net/publication/284163239> Determinants of the level of information disclosure in financial statements prepared in accordance with IFRS
- Borlea, S. N., Achim, M. V., & Mare, C. (2017). Board characteristics and firm performances in emerging economies. Lessons from Romania. *Economic Research-Ekonomska Istrazivanja*, 30(1), 55–75.
<https://doi.org/10.1080/1331677X.2017.1291359>
- Bowman, W. (2011). Financial Capacity and Sustainability of Ordinary Nonprofits. *Nonprofit Management & Leadership*, 22(1), 37–51.
<https://doi.org/10.1002/nml.20039>
- Brhlikova, P. (2004). The Nonprofit Sector in the Czech Republic.
https://www.academia.edu/16954210/THE_NONPROFIT_SECTOR_IN_THE_CZECH_REPUBLIC
- Brigham, E. F. & Houston, J. F. (2009). Fundamentals of Financial Management [PDF]. (12^a.ed.). Mason, OH: South-Western Cengage Learning.
https://www.academia.edu/40650269/Fundamentals_of_Financial_Management_12th_edition
- Butzbach, O., & von Mettenheim, K. E. (2015). Alternative Banking and Theory. *Accounting, Economics, and Law: A Convivium*, 5(2), 105–171.
<https://doi.org/10.1515/acl-2013-0055>
- Callan, S. J., & Thomas, J. M. (2014). Relating CEO Compensation to Social Performance and Financial Performance: Does the Measure of Compensation Matter?. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21, 202–227.
<https://doi.org/10.1002/csr.1307>

- Carp, M., & Toma, C. (2018). Timeliness of earnings reported by Romanian listed companies. *Accounting and Management Information Systems*, 17(1), 46–68. <http://dx.doi.org/10.24818/jamis.2018.01003>
- Carrascoso, A. C. (2014). A framework for a Catholic Stakeholder core. *Journal of Management, Spirituality and Religion*, 11(4), 307–330. <https://doi.org/10.1080/14766086.2014.913496>
- CERCIIV (2014). *HOME*. CERCIIV - Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Aveiro. <http://cerciiv.pt/>
- CERCIIV (n.d). *Estatutos CERCIIV* [PDF]. <http://www.cerciiv.pt/download/Estatutos%20CERCIIV%20NOVOS.0001.download.pdf>
- Chapple, L., Dunstan, K., & Truong, T. P. (2018). Corporate governance and management earnings forecast behaviour: Evidence from a low private litigation environment. *Pacific Accounting Review*, 30(2), 222–242. <https://doi.org/10.1108/PAR-09-2016-0081>
- Charity Commission (2010). *Charities and Risk Management*. Charities and risk management (CC26) - GOV.UK. <https://www.gov.uk/government/publications/charities-and-risk-management-cc26/charities-and-risk-management-cc26>
- Chen, Y. N., & Leitch, R. A. (1998). The error detection of structural analytical procedures: A simulation study. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 17(2), 36–70.
- Choy, A. K., & King, R. R. (2005). An Experimental Investigation of Approaches to Audit Decision Making: An Evaluation Using Systems-Mediated Mental Models. *Contemporary Accounting Research*, 22(2), 311–350. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1506/U1HA-WNBV-URDB-E5P1>
- Conselho Económico e Social (CES). (2013). *Parecer de iniciativa sobre as consequências económicas, sociais e organizacionais decorrentes do envelhecimento da população* [PDF]. <https://www.eapn.pt/documento/353/parecer-de-iniciativa-sobre-as-consequencias-economicas-sociais-e-organizacionais-decorrentes-do-envelhecimento-da-populacao>

- Correia, S. (2014). Qual o desempenho económico-financeiro da minha empresa?. *Revista Portuguesa de Contabilidade*, n.º 16/2014, 4.º Trimestre. <http://rpc.informador.pt/artigos/E199.0106/Qual-o-desempenho-economico-financeiro-da-minha-empresa>
- Costa, C. B. (2018). *Auditoria Financeira - Teoria e Prática* (12ª. ed.). Rei dos Livros. ISBN: 978-989-8823-82-3
- Coutinho, A. C. T. M. (2017). *Estratégias de gestão para a sustentabilidade de uma IPSS: O caso da gestão de recursos humanos na Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Politécnico de Viseu – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu. https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/5472/1/ana_coutinho_tese_18.pdf
- Cruz, A. D., Martinez, E. E. V., Hincapié, J. M. M., & Torres, F. R. (2016). Innovation in tourism companies, where are they and where are they going? An approach to the state of knowledge. *Intangible Capital*, 12(4), 1088–1155. <https://doi.org/10.3926/ic.778>
- Darko, J., Aribi, Z. A., & Uzonwanne, G. C. (2016). Corporate governance: the impact of director and board structure, ownership structure and corporate control on the performance of listed companies on the Ghana stock exchange. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 16(2), 259–277. <https://doi.org/10.1108/CG-11-2014-0133>
- Davis, H. Z., & Peles, Y. C. (1993). Measuring Equilibrating Forces of Financial Ratios. *Accounting Review*, 68(4), 725–747. <https://www.jstor.org/stable/248501>
- De Vito, A., & Gómez, J. P. (2020). Estimating the COVID-19 cash crunch: Global evidence and policy. *Journal of Accounting and Public Policy*, 39(2), 106741. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2020.106741>
- Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, do Ministério dos Assuntos Sociais (1983). Diário da República: I série, n.º 46. <https://dre.pt/application/conteudo/311401>
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, aprova os regimes da normalização contabilística para micro entidades e para as entidades do sector não lucrativo e transpõe a Diretiva

- n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho, e a Diretiva n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 de outubro, do Ministério das Finanças e da Administração Pública (2011). Diário da República: I série, n.º 48. <https://dre.pt/application/conteudo/647296>
- Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, introduzindo mecanismos de simplificação administrativa na concessão da declaração de utilidade pública, da Presidência do Conselho de Ministros (2007). Diário da República: I série, n.º 240. <https://dre.pt/application/conteudo/627799>
- Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, aprova o estatuto das coletividades de utilidade pública da Presidência do Conselho de Ministros (1977) Diário da República: I série n.º 257. <https://dre.pt/application/conteudo/277832>
- Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março, aprova o Código das Associações Mutualistas, do Ministério do Emprego e da Segurança Social (1990). Diário da República: I série, n.º 52. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/332432>
- Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho, simplifica os procedimentos de restituição de IVA às instituições particulares de solidariedade social, às Forças Armadas, às forças e serviços de segurança e aos bombeiros, do Ministério das Finanças (2017). Diário da República: I série, n.º 140. <https://dre.pt/application/conteudo/107725088>
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, do Ministério das Finanças (2015). Diário da República: I série, n.º 106. <https://dre.pt/application/conteudo/67356342>
- Deng, X., Gao, L., & Kim, J. (2020). Short-sale constraints and stock price crash risk : Causal evidence from a natural experiment. *Journal of Corporate Finance*, 60, 1–16. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2019.101498>
- Dinc, Y., & Bilgin, R. (2020). Panel data on factoring payables and financial ratios of publicly listed firms in Turkey over the years 2012–2017. *Data in Brief*, 28, 1-4. <https://doi.org/10.1016/j.dib.2019.104898>

- Domingues, M. (2016). *O Tratamento Contabilístico e Fiscal das Fundações sem fins lucrativos em Portugal* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra – Instituto Superior de Contabilidade e Administração em Coimbra (ISCAC)]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto em Portugal. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/17534/1/Mariana_Domingues.pdf
- Drake, P. P. & Fabozzi, F. J. (2010). *The Basics of Finance – An Introduction to Financial Markets, Business Finance, and Portfolio Management* [PDF]. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc. https://www.academia.edu/36634647/The_Basics_of_Finance_An_Introduction_t_Pamela_Peterson_Drake_CFA_Frank_J._Fabo
- Fernandes, C., Peguinho, C., Vieira, E., & Neira, J. (2019). *Análise Financeira - Teoria e Prática*. (5ª. ed.). Lisboa: Edições Sílabo. ISBN: 978-989-561-002-0
- Fok, R. C. W., Chang, Y. C., & Lee, W. T. (2004). Bank Relationships and Their Effects on Firm Performance Around the Asian Financial Crisis: Evidence from Taiwan. *Financial Management*, 33(2), 89–112.
- Forte, W., Tucker, J., Matonti, G., & Nicolo, G. (2017). Measuring the intellectual capital of Italian listed companies. *Journal of Intellectual Capital*, 18(4), 710–732. <https://doi.org/10.1108/JIC-08-2016-0083>
- Francisco, L. A. A. (2005). *Sistema de Informação de Contabilidade em Organizações Não Governamentais Sem Fins Lucrativos: o caso do Corpo Nacional de Escutas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta]. Repositório Aberto - Universidade Aberta. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/582/1/TMCA_LuisFrancisco.pdf
- Galindo, P. V., Vaz, T. de N., & Nijkamp, P. (2011). Institutional capacity to dynamically innovate: An application to the Portuguese case. *Technological Forecasting and Social Change*, 78(1), 3–12. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2010.08.004>
- Ghecham, M. A., & Salih, A. (2019). Panel financial ratios data underlying the performance of conventional and islamic banks operating in GCC. *Data in Brief*, 24, 1-5. <https://doi.org/10.1016/j.dib.2019.103979>

- Ghosh, A. (Al), & Tang, C. Y. (2015). Auditor Resignation and Risk Factors. *Accounting Horizons*, 29(3), 529–549. <https://doi.org/10.2308/acch-51074>
- Gil, A. C. (1994). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (4.^a ed.). São Paulo: Atlas. ISBN: 85-224-1041-0
- Goh, L., Liu, X., Tsang, A., Hang, T., & Kong, H. (2018). Voluntary disclosure of corporate political spending. *Journal of Corporate Finance*, 61, 1-32. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2018.08.014>
- Gupta, S., Malhotra, N. K., Czinkota, M., & Foroudi, P. (2016). Marketing innovation: A consequence of competitiveness. *Journal of Business Research*, 69(12), 5671-5681. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2016.02.042>
- Han, S., Rezaee, Z., Xue, L., & Zhang, J. H. (2016). The Association between Information Technology Investments and Audit Risk. *Journal of Information Systems*, 30(1), 93–116. <https://doi.org/10.2308/isys-51317>
- Hsu, L.-C., & Chang, H.-C. (2011). The Role of Behavioral Strategic Controls in Family Firm Innovation. *Industry and Innovation*, 18(7), 709–727. <https://doi.org/10.1080/13662716.2011.604474>
- Instituto de Segurança Social, I.P. (2021). *Guia Prático - Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social* [PDF]. <https://www.seg-social.pt/documents/10152/17610794/N42%20-%20Guia%20pratico%20de%20Or%C3%A7amentos%20e%20Contas%20IPSS%202021/89938f20-edd5-4e8a-9027-ed5cbc7122b4>
- International Federation of Accountants (IFAC); *ISA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria* - traduzida pela OROC (eficaz para auditorias de demonstrações financeiras para períodos que comecem em, ou após, 15 de Dezembro de 2009). <https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A009-2012-IAASB-Handbook-ISA-200-PT.pdf>
- International Federation of Accountants (IFAC); *ISA 520 – Procedimentos Analíticos* - traduzida pela OROC (eficaz para auditorias de demonstrações financeiras para períodos que comecem em, ou após, 15 de Dezembro de 2009).

<https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A027-2012-IAASB-Handbook-ISA-520-PT.pdf>

- Kalbaska, N., Janowski, T., Estevez, E., & Cantoni, L. (2017). When digital government matters for tourism: a stakeholder analysis. *Information Technology & Tourism*, 17, 315–333. <https://doi.org/10.1007/s40558-017-0087-2>
- Kanapickienė, R., & Grundienė, Ž. (2015). The Model of Fraud Detection in Financial Statements by Means of Financial Ratios. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 213, 321–327. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.11.545>
- Kaplan, R., Norton, D. (1997). *A estratégia em ação: Balanced Scorecard*. [PDF]. (21^a.ed.). Elsevier Editora. Rio de Janeiro. Boston, MA: Harvard Business School Press. https://books.google.com.br/books?id=XQ-EIA_HJWYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false
- Khalil, S., & Mazboudi, M. (2016). Client Acceptance and Engagement Pricing following Auditor Resignations in Family Firms. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 35(4), 137–158. <https://doi.org/10.2308/ajpt-51489>
- Kim, N., Sung, Y., & Lee, M. (2012). Consumer Evaluations of Social Alliances: The Effects of Perceived Fit Between Companies and Non-Profit Organizations. *Journal of Business Ethics*, 109, 163–174. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1115-3>
- Kumar, N., Mullally, K., Ray, S., & Tang, Y. (2020). Prime (information) brokerage. *Journal of Financial Economics*, 137(2), 371–391. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2020.02.010>
- Lanier Jr., D., Wempe, W. F., & Zacharia, Z. G. (2010). Concentrated supply chain membership and financial performance: Chain- and firm-level perspectives. *Journal of Operations Management*, 28(1), 1–16. <https://doi.org/10.1016/j.jom.2009.06.002>
- Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, da Assembleia da República (2009). Diário da República: I série, n.º 180. <https://dre.pt/application/conteudo/490249>
- Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, aprova o Código Cooperativo e revoga a Lei n.º 51/96, de 7 de setembro, da Assembleia da República (2015). Diário da República: I série, n.º 169. <https://dre.pt/application/conteudo/70139955>

- Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem, da Assembleia da República (2007). Diário da República: I série, n.º 124. <https://dre.pt/application/conteudo/226204>
- Lei n.º 76/2015, de 28 de julho, primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro e sexta alteração ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, por apreciação parlamentar, da Assembleia da República (2015). Diário da República: I série, n.º 145. <https://dre.pt/application/conteudo/69879421>
- Lourenço, I. C., & Branco, M. C. (2013). Determinants of corporate sustainability performance in emerging markets: The Brazilian case. *Journal of Cleaner Production*, 57, 134–141. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.06.013>
- Ma, J. (2020). Funding nonprofits in a networked society : Toward a network framework of government support. *Nonprofit Management & Leadership*, 31(2), 233–257. <https://doi.org/10.1002/nml.21426>
- Madzík, P., Piteková, J., & Daňková, A. (2015). Standard of Living as a Factor of Countries' Competitiveness. *Procedia Economics and Finance*, 34, 500–507. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)01660-3](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)01660-3)
- Marginean, R., Mihaltan, D. C., & Todea, N. (2015). Structure Ratios of Profit and Loss Account – Source of Information for Performance Analysis. *Procedia Economics and Finance*, 26, 396–403. [https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(15\)00790-x](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(15)00790-x)
- Martini, S. B., Corvino, A., Doni, F., & Rigolini, A. (2016). Relational capital disclosure, corporate reporting and company performance Evidence from Europe. *Journal of Intellectual Capital*, 17(2), 186–217. <https://doi.org/10.1108/JIC-07-2015-0065>
- Mendonça, S., Pereira, T. S., & Godinho, M. M. (2004). Trademarks as an indicator of innovation and industrial change. *Research Policy*, 33(9), 1385–1404. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2004.09.005>
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS) & Gabinete de Estratégia e Planeamento GEP). (2019). *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos:*

- Relatório 2018. In Gabinete de Estratégia e Planeamento* [PDF]. <http://www.cartasocial.pt/pdf/csocal2018.pdf>
- Morf, D., Flesher, D. L., Hayek, M., Pane, S., & Hayek, C. (2013). Shifts in corporate accountability reflected in socially responsible reporting: a historical review. *Journal of Management History*, 19(1), 87–113. <https://doi.org/10.1108/17511341311286213>
- Muehombo, P. C. (2013). *A Contabilidade nas Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal* [Relatório de Estágio de Mestrado, Instituto Politécnico do Porto (IPP) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP)]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/4882/1/DM_Preciosa Muehombo 2013.pdf
- Nabais, C., & Nabais, F. (2013). *Prática Financeira I - Análise Económica e Financeira*. (8^a ed.). Lisboa: Lidel-Edições Técnicas. ISBN: 978-972-757-729-3
- Neifar, S., & Jarboui, A. (2018). Corporate governance and operational risk voluntary disclosure: Evidence from Islamic banks. *Research in International Business and Finance*, 46, 43–54. <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2017.09.006>
- Neves, J. (2015). *Análise e Relato Financeiro - Uma visão integrada de gestão* (8.^a ed.). Alfragide: Texto Editora. ISBN: 978-972-47-4326-4
- Nielsen, B., & Smeets, S. (2018). The role of the EU institutions in establishing the banking union. Collaborative leadership in the EMU reform process. *Journal of European Public Policy*, 25(9), 1233–1256. <https://doi.org/10.1080/13501763.2017.1285342>
- O’Toole, C., & Slaymaker, R. (2021). Repayment capacity, debt service ratios and mortgage default: An exploration in crisis and non-crisis periods. *Journal of Banking and Finance*, 133, 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2021.106271>
- Obschonka, M., & Stuetzer, M. (2017). Integrating psychological approaches to entrepreneurship: the Entrepreneurial Personality System (EPS). *Small Business Economics*, 49(1), 203–231. <https://doi.org/10.1007/s11187-016-9821-y>
- Omar, N.; Arshad, R.; Razali, W. (2013). Assessment of risk using financial ratios in non-profit organizations. *Journal of Energy Technologies and Policies*, 3(11), 382- 389. <https://www.iiste.org/Journals/index.php/JETP/article/view/8587/8784>

- Omri, A. (2020). Formal versus informal entrepreneurship in emerging economies: The roles of governance and the financial sector. *Journal of Business Research*, 108, 277–290. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.11.027>
- Palvalin, M., Vuori, V., & Helander, N. (2018). The relation between knowledge transfer and productivity in knowledge work. *Knowledge Management Research and Practice*, 16(1), 118–125. <https://doi.org/10.1080/14778238.2018.1428067>
- Peffer, K., & Tuunanen, T. (2005). Planning for IS applications: a practical, information theoretical method and case study in mobile financial services. *Information & Management*, 42(3), 483–501. <https://doi.org/10.1016/j.im.2004.02.004>
- Pinho, C. P. R. D. S. (2009). *A Utilização de Procedimentos Analíticos de Auditoria. O Caso Português* [Tese de Doutoramento, Universidade Aberta]. Repositório Aberto - Universidade Aberta. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1577/1/TD_CarlosPinho.pdf
- Pisano, S., Lepore, L., & Lamboglia, R. (2017). Corporate disclosure of human capital via LinkedIn and ownership structure: An empirical analysis of European companies. *Journal of Intellectual Capital*, 18(1), 102–127. <https://doi.org/10.1108/JIC-01-2016-0016>
- Poh, L. T., Kilicman, A., & Ibrahim, S. N. I. (2018). On intellectual capital and financial performances of banks in Malaysia. *Cogent Economics & Finance*, 6(1), 1–15. <https://doi.org/10.1080/23322039.2018.1453574>
- Ponikvar, N., Tajnikar, M., & Pušnik, K. (2009). Performance ratios for managerial decision-making in a growing firm. *Journal of Business Economics and Management*, 10(2), 109–120. <https://doi.org/10.3846/1611-1699.2009.10.109-120>
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, aprova o Código de Contas, do Ministério das Finanças (2015). Diário da República: I série, n.º 142. <https://dre.pt/application/conteudo/69861874>
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, aprova os modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o Sistema de Normalização Contabilística, do Ministério das Finanças (2015). Diário da República: I série, n.º 143. <https://dre.pt/application/conteudo/69866634>

- Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, adota o Regulamento que Estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, do Ministério da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (2015). Diário da República: I série, n.º 42. <https://dre.pt/application/conteudo/66639546>
- Psillaki, M., Tsolas, I. E., & Margaritis, D. (2010). Evaluation of credit risk based on firm performance. *European Journal of Operational Research*, 201(3), 873–881. <https://doi.org/10.1016/j.ejor.2009.03.032>
- Ren, F., & Dewan, S. (2015). Industry-Level Analysis of Information Technology Return and Risk: What Explains the Variation?. *Journal of Management Information Systems*, 32(2), 71–103. <https://doi.org/10.1080/07421222.2015.1063281>
- Rendimento das Pessoas Coletivas*. Portal das Finanças, https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/CIRC_2R/Pages/circ-codigo-do-irc-indice.aspx
- República Portuguesa, União das Mutualidades Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), & Confederação Cooperativa Portuguesa (CONFECOOP), (2021). *Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário: Protocolo para o biénio 2021-2022* [PDF]. https://www.seg-social.pt/documents/10152/453857/Protocolo_cooperacao_2021_2022.pdf/94bc9e17-d0e4-4861-aa3f-f2fe8f470172
- Ressler, R. W., Paxton, P., & Velasco, K. (2021). Donations in social context. *Nonprofit Management & Leadership*, 31(4), 693–715. <https://doi.org/10.1002/nml.21449>
- Roosbeh, M. (2018). Optimal QR-based estimation in partially linear regression models with correlated errors using GCV criterion. *Computational Statistics and Data Analysis*, 117, 45–61. <https://doi.org/10.1016/j.csda.2017.08.002>
- Ryan, C., & Irvine, H. (2012). Not-For-Profit Ratios for Financial Resilience and Internal Accountability: A Study of Australian International Aid Organisations. *Australian Accounting Review*, 22(2), 177–194. <https://doi.org/10.1111/j.1835-2561.2012.00163.x>
- Sahu, P. A. & Charan, P. (2013). Ratio Analysis is an Instrument – for Decision Making - A Study. *Asia Pacific Journal of Research*, 1 (8), 36-41.

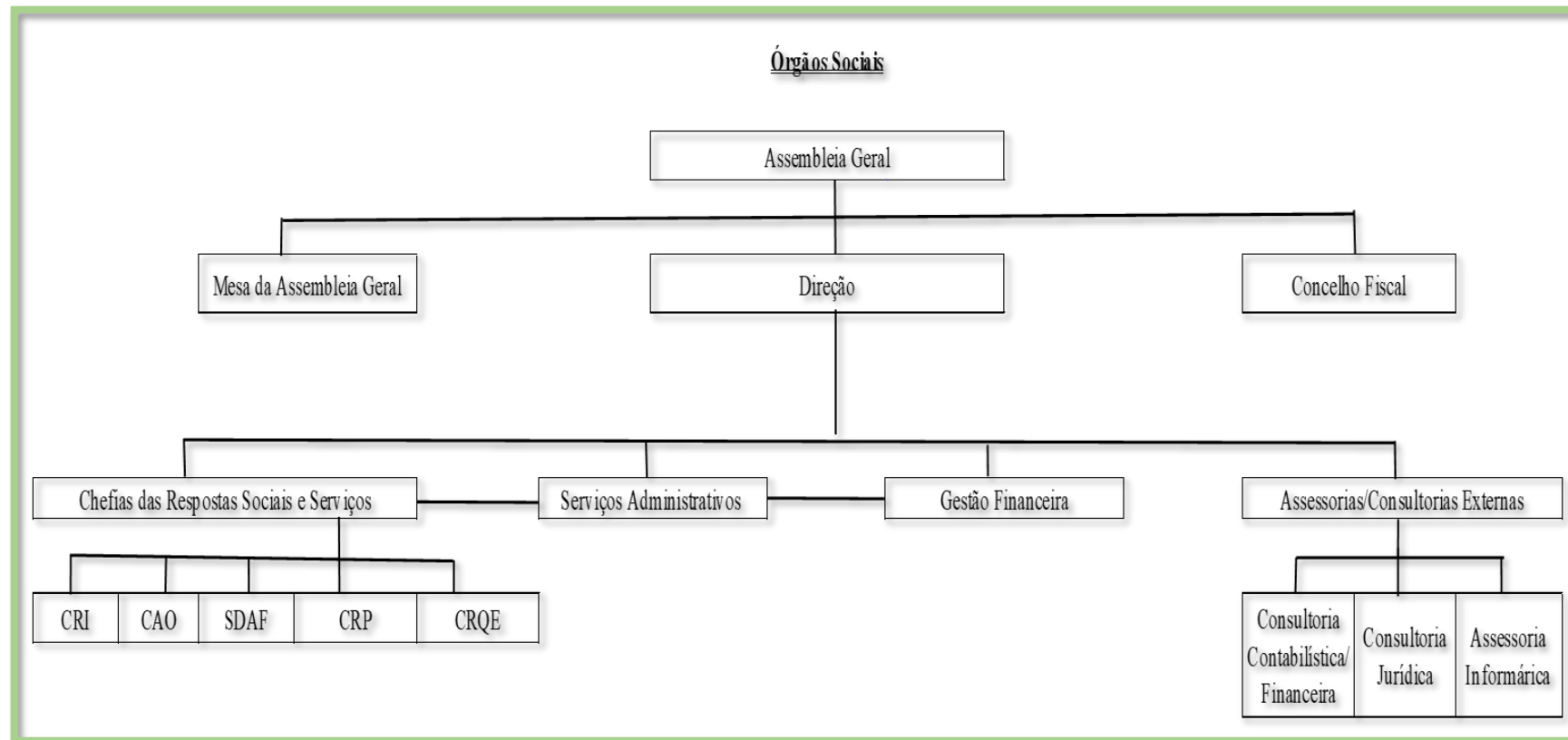
- Sanchez, S., Lizarraga Dallo, F., Arnedo Ajona, L., & Cano Rodriguez, M. (2016). Do banks react to earnings quality in a privately-dominated context? A joint analysis of audit-related and accrual-based measures. *Management Research: The Journal of the Iberoamerican Academy of Management*, 14(2), 166–187. <https://doi.org/10.1108/MRJIAM-02-2016-0634>
- San-Jose, L., Retolaza, J. L., & Torres Pruñonosa, J. (2014). Efficiency in Spanish banking: A multistakeholder approach analysis. *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money*, 32, 240–255. <https://doi.org/10.1016/j.intfin.2014.06.005>
- Santos, A. (2015). *Análise da Viabilidade Económico-Financeira de uma IPSS: Fundação nossa Senhora da Guia em Avela* [Projeto de Mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11457/1/Adriana_Santos.pdf
- Scaltrito, D. (2016). Voluntary disclosure in Italy Firm-specific determinants an empirical analysis of Italian listed companies. *EuroMed Journal of Business*, 11(2), 272–303. <https://doi.org/10.1108/EMJB-07-2015-0032>
- Segurança Social. (2021). *Instituições particulares de solidariedade social - Registo*. Início-seg-social.pt. <http://www.seg-social.pt/instituicoes-particulares-de-solidariedade-social-registo>
- Shao, G. (2010). The effects of board structure on media companies' performance: A stakeholder perspective. *Journal of Media Business Studies*, 7(3), 1–16. <https://doi.org/10.1080/16522354.2010.11073508>
- Silva, J. V., & Ferreira, P. J. (2018). *Princípios de Gestão Financeira*. (2 ed.). Rei dos Livros. ISBN: 978-989-8823-78-6
- Silva, S., Santos, N., Mota, J., Martín, I. (2014). *Sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal* [PDF]. Editora Autores. <https://www.ideg.pt/wp-content/uploads/Sustentabilidade-das-Institui%C3%A7%C3%B5es-Particulares-de-Solidariedade-Social.pdf>
- Singh, R., & Kota, H. B. (2017). A resource dependency framework for innovation and internationalization of family businesses Evidence from India. *Journal of*

- Entrepreneurship in Emerging Economies, 9(2), 207–231.
<https://doi.org/10.1108/JEEE-04-2016-0013>
- Sipa, M., Gorzeń-Mitka, I., & Skibiński, A. (2015). Determinants of Competitiveness of Small Enterprises: Polish Perspective. *Procedia Economics and Finance*, 27(15), 445–453. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)01019-9](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)01019-9)
- Sousa, S. et al. (2012). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de Crise Económica*. Lisboa: IPI - Consulting Network Portugal, CNIS e Fundação Millenium BCP. ISBN: 978-989-96200-6-3
- Stefko, R., Jencova, S., Litavcova, E., & Vasanicova, P. (2017). Management and Funding of the Healthcare System. *Polish Journal of Management Studies*, 16(2), 266–277. <https://doi.org/10.17512/pjms.2017.16.2.23>
- Sum, C. C. (2004). A taxonomy of operations strategies of high performing small and medium enterprises in Singapore. *International Journal of Operations & Production Management*, 24(3), 321–345. <https://doi.org/10.1108/01443570410519051>
- Teixeira, N. M. D. (2011). *A Avaliação do Desempenho Financeiro no Sector das Tecnologias de Informação* [Tese de Doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)]. Repositório do ISCTE. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6585/1/tese_versao_final.pdf
- Tirkey, M. R. & Osamah, M. (2013). Ratio Analysis used to compare the performance of Tata steel and Jindal Steel. (A comparative study). *Journal of Business and Management*, 13 (5), 65-69. <https://doi.org/10.9790/487X-1356569>
- Smith, J.V.D.L., Adhikari, A., Tondkar, R. H., & Andrews, R. L. (2010). The impact of corporate social disclosure on investment behavior: A cross-national study. *Journal of Accounting and Public Policy*, 29(2), 177–192. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2009.10.009>
- Virglerova, Z., Homolka, L., Smrcka, L., Lazanyi, K., & Kliestik, T. (2017). Key Determinants of the quality of business environment of smes in the czech republic. *Business Administration and Management*, 20(2), 87–101. <https://doi.org/10.15240/tul/001/2017-2-007>

- Wang, H., Luo, T., Gang, G., & Yan, H. (2020). How does bank ownership affect firm investment? Evidence from China. *Journal of Banking and Finance*, 113, 105741. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2020.105741>
- Wu, L.-C., & Ong, C.-S. (2008). Management of information technology investment: A framework based on a Real Options and Mean-Variance theory perspective. *Technovation*, 28(3), 122–134. <https://doi.org/10.1016/j.technovation.2007.05.011>
- Yin, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos [PDF]. (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman. https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf
- Zhu, L., & Zheng, Q. (2020). The impact of the Social Security Fund on auditor litigation risk. *China Journal of Accounting Research*, 13(2), 201–221. <https://doi.org/10.1016/j.cjar.2020.05.002>

8. Anexos

Anexo I - Organograma Funcional da CERCIAV, CRL



Fonte: Adaptado de CERCIAV, CRL (2021).

Anexo II - Balanços Patrimoniais da CERCIAV, CRL do triênio de 2018-2020

Unidade Monetária: Euro

BALANÇO			
RUBRICAS	PERÍODOS		
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
APLICAÇÕES DE FUNDOS			
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	797 266,93	558 341,60	476 247,38
Ativos intangíveis	-	-	-
Investimentos financeiros	4 952,08	6 696,59	7 995,55
Subtotal	802 219,01	565 038,19	484 242,93
Ativo Corrente			
Inventários	-	-	-
Créditos a receber (Clientes e Utentes)	40 004,57	31 164,23	28 131,56
Estado e outros entes públicos	4 571,54	648,93	305,58
Outras contas a receber	325 268,42	382 602,47	280 893,87
Diferimentos	6 041,62	5 564,82	4 791,70
Outros ativos correntes	7 324,08	10 571,22	9 042,32
Caixa e depósitos bancários	91 201,86	66 243,60	67 814,66
Subtotal	474 412,09	496 795,27	390 979,69
Total do Ativo	1 276 631,10	1 061 833,46	875 222,62
ORIGENS DE FUNDOS			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	3 756,09	3 831,09	3 856,09
Reservas legais	363,11	363,11	363,11
Reservas	865 279,78	698 783,54	698 783,54
Resultados transitados	(28 638,53)	(63 944,46)	(135 229,42)
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	144 015,25	112 886,50	76 372,31
Subtotal	984 775,70	751 919,78	644 145,63
Resultado líquido do período	3 435,07	(71 284,96)	(127 834,57)
Total dos Fundos Patrimoniais	988 210,77	680 634,82	516 311,06
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal	-	-	-
Passivo Corrente			
Fornecedores	13 940,10	27 631,89	29 765,76
Estado e outros entes públicos	56 114,02	61 956,68	54 542,71
Financiamentos obtidos	25 000,00	111 321,25	100 000,00
Outras contas a pagar	187 178,22	178 543,71	174 244,51
Outros passivos correntes	6 187,99	1 745,11	358,58
Subtotal	288 420,33	381 198,64	358 911,56
Total do Passivo	288 420,33	381 198,64	358 911,56
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo	1 276 631,10	1 061 833,46	875 222,62

Fontes: Adaptado do relatório de contas da CERCIAV, CRL de 2019 e 2020.

Anexo III - Demonstrações dos Resultados por Naturezas da CERCIIV, CRL do triênio 2018-2020

Unidade Monetária: Euro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
RENDIMENTOS E GASTOS	DATAS		
	2018	2019	2020
Vendas e serviços prestados	154 152,90	130 117,96	78 756,08
Subsídios, doações e legados à exploração	1 667 784,49	1 659 286,56	1 614 867,87
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(10 604,72)	(45 256,08)	(20 625,22)
Fornecimentos e serviços externos	(185 984,91)	(179 887,09)	(140 080,67)
Gastos com o pessoal	(1 194 639,55)	(1 278 341,47)	(1 242 775,03)
Imparidades (perdas/reversões)	-	-	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	57 871,57	52 228,86	120 247,72
Outros gastos e perdas	(382 207,37)	(315 709,46)	(443 733,11)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	106 372,41	22 439,28	(33 342,36)
Gastos /Reversões depreciação e amortização	(100 971,35)	(92 963,08)	(93 579,07)
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5 401,06	(70 523,80)	(126 921,43)
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	1,38	0,85	0,47
Juros e Gastos Similares Suportados	(1 967,37)	(762,01)	(913,61)
Resultados antes de impostos	3 435,07	(71 284,96)	(127 834,57)
Imposto sobre rendimento do período	-	-	-
Resultado líquido do período	3 435,07	(71 284,96)	(127 834,57)

Fonte: Adaptado do relatório de contas da CERCIIV, CRL de 2019 e 2020.

Anexo IV - Demonstrações de Fluxos de Caixa da CERCIAV, CRL do triênio de 2018-2020

Unidade Monetária: Euro

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
RUBRICAS	PERÍODOS		
	2018	2019	2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes e utentes	152 020,06	182 669,27	162 224,89
Pagamentos de apoios	(69 989,69)	(87 886,60)	(130 234,89)
Pagamentos de bolsas	(206 256,11)	(210 273,67)	(213 342,04)
Pagamentos a fornecedores	(278 588,34)	(285 484,94)	(160 705,89)
Pagamentos ao pessoal	(1 194 244,85)	(1 278 578,39)	(1 229 764,01)
Caixa gerada pelas operações	(1 597 058,93)	(1 679 554,33)	(1 571 821,94)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-	-
Outros recebimentos/pagamentos	1 807 551,65	1 557 176,29	1 578 138,56
Fluxo gerado pelas atividades operacionais (1)	210 492,72	(122 378,04)	6 316,62
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	(38 184,14)	(4 540,83)	(11 484,85)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	1,38	0,85	0,47
Fluxo gerado pelas atividades de investimento (2)	(38 182,76)	(4 539,98)	(11 484,38)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	165 000,00	111 321,25	100 000,00
Realizações de fundos	25,00	75,00	25,00
Doações	2 050,00	16 325,52	18 948,68
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	(365 000,00)	(25 000,00)	(111 321,25)
Juros e gastos similares	(1 967,37)	(762,01)	(913,61)
Fluxo gerado pelas atividades de financiamento (3)	(199 892,37)	101 959,76	6 738,82
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(27 582,41)	(24 958,26)	1 571,06
Efeito das diferenças de câmbio	-	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	118 784,27	91 201,86	66 243,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	91 201,86	66 243,60	67 814,66

Fontes: Adaptado do relatório de contas da CERCIAV, CRL de 2019 e 2020.

Anexo V - Quadros do Setor¹³

Ano: 2020

Setor da Atividade Económica: 88102 - Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento.

Classe de Dimensão: Todas as dimensões.

Caracterização o Agregado

Indicadores Síntese	
Ativo (Milhares de Euros)	34 420
Vendas e serviços prestados (milhares de Euros)	12 080
Número de pessoas ao serviço	1 294
Número de empresas	71
Entradas de empresas (natalidade) (nº)	2
Saídas de empresas (mortalidade) (nº)	6

Ativo e vendas e serviços prestados das 20% maiores empresas (em percentagem)	
Concentração do agregado (ativo)	82,16
Concentração do agregado (vendas e serviços prestados)	79,35

Distribuição por idade das empresas	Número de empresas	Número de pessoas ao serviço	Vendas e serviços prestados (Milhares de Euros)
Todas as Empresas	71	1 284	12 080
Até 5 anos	25	153	5 342
De 6 a 10 anos	15	31	1 610
De 11 a 20 anos	6	2	4,0
Mais de 20 anos	25	1 108	5 124

¹³ Dados obtidos de <https://www.bportugal.pt/QS/qsweb/Dashboards> à data de 22/11/2021.

Balanço Patrimonial do Setor do triénio 2018-2020

Unidade Monetária: Milhares de Euros

BALANÇO DO SETOR			
RUBRICAS	DATAS		
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
ATIVO	30 165	32 946	34 420
Ativo não Corrente	16 34,3	15 636	16 031
Investimentos não financeiros	16 212	1 555	15 913
Investimentos financeiros	53,9	79,9	90,1
Restantes ativos não correntes	76,4	6,2	28,0
Ativo Corrente	13 822	17 310,00	18 389,0
Inventários e ativos biológicos consumíveis	224,2	249,6	234,7
Clientes	4 134	4 476	4 282
Caixa e depósitos bancários	5 200	5 535	6 030
Restantes ativos correntes	4 264	7 050	7 842
PASSIVO + FUNDOS PATRIMONIAIS	30 165	32 946	34 420
Fundos Patrimoniais	19 344	19 871	20 001
Fundos Patrimoniais, exceto resultado líquido	18 762	19 135	19 384
Resultado líquido do período	581,60	735,9	617,3
PASSIVO	10 821	13 075	14 418
Passivo não Corrente	2 753	2 091	3 252
Financiamentos obtidos não correntes	1 756	2 078	3 236
Restantes passivos não correntes	997,1	12,6	16,1
Passivo Corrente	8 069	10 984	11 166
Fornecedores	1 723	1 802	2 013
Financiamentos obtidos correntes	381,6	554,4	383,3
Restantes passivos correntes	5 964	8 618	8 770

Fonte: Adaptado da Central de Balanços do Banco de Portugal (2021).

Demonstração de Resultados por Naturezas do Setor do triénio 2018-2020

Unidade Monetária: Milhares de Euros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		
	2018	2019	2020
Vendas e serviços prestados	9 597	11 519	12 080
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 155	1 136	1 005
Fornecimentos e serviços externos	6 597	7 264	6 714
Outros rendimentos, exceto rendimentos financeiros e de financiamento	20 220	20 800	20 940
Gastos com o pessoal	18 257	19 970	21 078
Outros gastos, exceto gastos financeiros e de financiamento	1 651	1 775	2 111
Rendimentos financeiros e de financiamento	15,6	7,3	2,6
Gastos financeiros, exceto de financiamento	61,1	(0,3)	(2,2)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	2 111	2 181	2 117
Gastos de depreciação e de amortização	1 212	1 072	976,7
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT)	899,3	1 109	1 114
Gastos de financiamento	110,5	110,5	80,6
Resultados antes de impostos (RAI)	788,8	998,2	1 060
Imposto sobre o rendimento do período	207,2	262,3	442,7
Resultado líquido do período	581,6	735,9	617,3

Outros detalhes:	2018	2019	2020
Rendimentos	29 832	32 326	33 023
Gastos	29 250	31 590	32 405
Valor acrescentado bruto (VAB)	20 579	22 389	23 973
Consumo intermédio	7 758	8 441	7 766
Produção	28 337	30 830	31 740
Compras de bens e serviços no mercado externo	9,9	23,2	37,6
Vendas e serviços prestados no mercado externo	-	33,8	30
Autofinanciamento	1 850	1 978	1 894
Autofinanciamento operacional	2 214	2 343	2 415

Fonte: Adaptado da Central de Balanços do Banco de Portugal (2021).

Fluxos de Caixa do Setor do triénio 2018-2020

Unidade Monetária: Milhares de Euros

FLUXOS DE CAIXA			
RUBRICAS	PERÍODOS		
	2018	2019	2020
Fluxos de caixa operacionais	1 083	(360,7)	40,7
Recebimentos de clientes	7 222	11 802	11 800
Pagamentos a fornecedores	(6 408)	(7 528)	(7 089)
Outros recebimentos operacionais líquidos	268,5	(4 634)	(4 670)
Fluxos de caixa de investimento	(210,9)	376,4	(252,9)
Fluxos de caixa de financiamento	(383,5)	512,6	500,4
Variação de caixa e seus equivalentes	488,9	528,3	288,2
Efeito das diferenças de câmbio	-	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 854	4 580	5 382
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 343	5 108	5 670

Tesouraria			
Aquisição líquida de investimentos não financeiros (tangíveis e intangíveis)	826,7	628,9	1 185
Free cash flow	872,3	15,7	(212,2)
Decomposição da tesouraria líquida:			
Fundo de maneo	5 754	6 326	7 223
Necessidades (+) / Recursos (-) de fundo de maneo	1 772	2 214	1 515
Tesouraria líquida	3 982	4 112	5 708

Fonte: Adaptado da Central de Balanços do Banco de Portugal (2021).

9. Apêndice

Apêndice I - Balanço Funcional da CERCIAV, CRL do triênio 2018 - 2020

Unidade Monetária: Euro

BALANÇO FUNCIONAL			
RUBRICAS	DATAS		
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
ATIVO			
Ativos Não Corrente			
Aplicações Fixas Líquidas			
Ativos fixos tangíveis	797 266,93	558 341,60	476 247,38
Ativos intangíveis	-	-	-
Investimentos financeiros	4 952,08	6 696,59	7 995,55
Total das Aplicações Fixas Líquidas	802 219,01	565 038,19	484 242,93
Total do Ativo Não Corrente	802 219,01	565 038,19	484 242,93
Ativo Corrente			
Necessidades Cíclicas			
Inventários	-	-	-
Créditos a receber (Clientes e Utentes)	40 004,57	31 164,23	28 131,56
Estado e outros entes públicos	4 571,54	648,93	305,58
Outras contas a receber	321 481,75	379 632,47	277 923,87
Diferimentos	6 041,62	5 564,82	4 791,70
Outros ativos correntes	7 324,08	10 571,22	9 042,32
Total das Necessidades Cíclicas	379 423,56	427 581,67	320 195,03
Tesouraria Ativa			
Caixa e depósitos bancários	91 201,86	66 243,60	67 814,66
Outras contas a receber	3 786,67	2 970,00	2 970,00
Total da Tesouraria Ativa	94 988,53	69 213,60	70 784,66
Total do Ativo Corrente	474 412,09	496 795,27	390 979,69
Total do Ativo = Total de Aplicações	1 276 631,10	1 061 833,46	875 222,62
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Recursos Estáveis			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	3 756,09	3 831,09	3 856,09
Reservas legais	363,11	363,11	363,11
Reservas	865 279,78	698 783,54	698 783,54
Resultados transitados	(28 638,53)	(63 944,46)	(135 229,42)
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	144 015,25	112 886,50	76 372,31
Resultado líquido do período	3 435,07	(71 284,96)	(127 834,57)
Total dos Fundos Patrimoniais	988 210,77	680 634,82	516 311,06
Passivo Não Corrente			
Financiamentos obtidos	25 000,00	111 321,25	100 000,00
Total do Passivo Não Corrente	25 000,00	111 321,25	100 000,00
Total dos Recursos Estáveis	1 013 210,77	791 956,07	616 311,06
Recursos Cíclicos			
Passivo corrente			
Fornecedores	13 940,10	27 631,89	29 765,76
Estado e outros entes públicos	56 114,02	61 956,68	54 542,71
Outras contas a pagar	178 212,59	176 794,96	169 885,03
Outros passivos correntes	6 187,99	1 745,11	358,58
Total dos Recursos Cíclicos	254 454,70	268 128,64	254 552,08
Tesouraria Passiva			
Outras contas a pagar	8 965,63	1 748,75	4 359,48
Total da Tesouraria Passiva	8 965,63	1 748,75	4 359,48
Total do Passivo Corrente	263 420,33	269 877,39	258 911,56
Total de Passivo	288 420,33	381 198,64	358 911,56
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo = Total de Origens de Fundos	1 276 631,10	1 061 833,46	875 222,62

Fonte: Elaboração Própria (2021).